

MEFP
Secretaria Nacional
de Planejamento

DEAIN

Departamento de Assuntos Internacionais

SEPLAN/SEAIN/PER
(5)
Set. 1990, ex.2

Boletim de Conjuntura Internacional

2

Setembro-90

MAIO

APRESENTAÇÃO

CELIA MARIA CARDOSO DE MELO

Ministra

O Boletim de Conjuntura Internacional (BCI) é uma publicação semestral do Departamento de Assuntos Internacionais (DEAI) da Secretaria Nacional de Planejamento (SENAPE) do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. O BCI divulga informações, análises e propostas sobre a situação econômica internacional, com o objetivo de contribuir para a tomada de decisões e a elaboração de políticas econômicas e sociais.

CLODOLDO HUGURNEY FILHO

Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais (DEAI) e do Conselho de Assuntos Internacionais (CAI). Foi também Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos (DEAE) e do Departamento de Assuntos Sociais (DEAS). Atualmente é Coordenador de Planejamento e Avaliação do DEAI.

LIVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO

Coordenador de Planejamento e Avaliação do DEAI

BOLETIM DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

PARTE II - Artigos Especiais - Estudos de exclusiva responsabilidade dos autores, elaborados por especialistas e profissionais de diversas instituições, centrados na questão da dívida externa.

PARTE III - Anexo Estatístico

Vale registrar que este trabalho, a exemplo do primeiro número, contou com o investimento financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os colaboradores e colaboradores do Departamento de Assuntos Internacionais (DEAI) e do Conselho de Assuntos Internacionais (CAI).

Alencar Soares de Freitas

Roberto Melo e Souza Jr.

Secretaria Nacional de Planejamento

Nº 2

SETEMBRO

1990

de: 151
EX: 1265402

ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
Ministra

MARCOS GIANETTI FONSECA
Secretário Nacional de Planejamento - SNP

CLODOALDO HUGUENEY FILHO
Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais - DEAIN

LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO
Coordenador de Planejamento e Avaliação do DEAIN

Elaboração e edição sob a responsabilidade dos Técnicos da
Coordenadoria de Análise de Conjuntura Internacional do
DEAIN/MEFP:

- Mozart Foschete da Silva - Chefe da Coordenado-
ria de Análise de Conjuntura Internacional;
- Alencar Soares de Freitas;
- Rubens de Melo e Souza Jr.;
- Edmir Simões Moita

coel: 10002

Parte I - ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. A Economia Internacional em 1990 **APRESENTAÇÃO** 7

1.1. A Economia Internacional no Primeiro Semestre de 1990 7

1.2. Tendências para o 2º Semestre de 1990 8

O Boletim de Conjuntura Internacional (BCI) é uma publicação semestral do Departamento de Assuntos Internacionais (DEAIN), da Secretaria Nacional de Planejamento do MEFP, que divulga informações, análises e propostas sobre temas de relevância no contexto internacional no intuito de contribuir para a formação de opiniões no setor público e para subsidiar decisões em matéria das relações econômicas internacionais do Brasil.

Além do BCI, o DEAIN publica um informativo trimestral sobre a conjuntura internacional (ICI), contendo um acompanhamento de curto prazo da economia mundial, e deverá lançar, ainda este ano, uma outra publicação semestral com as Estatísticas Básicas da Economia Mundial.

Este segundo número do BCI está assim composto:

PARTE I - Análise de Conjuntura Internacional, abordando o desenvolvimento da economia mundial do 1º semestre de 1990 e perspectivas até 1991, já incorporando cenários alternativos para a crise do Golfo Pérsico;

PARTE II - Artigos Especiais - Estudos, de exclusiva responsabilidade dos autores, elaborados por especialistas e profissionais de diversas instituições, centrados, neste número, na questão da dívida externa;

PARTE III - Anexo Estatístico.

Vale registrar que este trabalho, a exemplo do primeiro número, contou com o inestimável apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL), através da valiosa colaboração de Vivianne Ventura Dias, a quem estendemos nossos agradecimentos.

Por último, registramos e agradecemos a importante participação do Professor Winston Fritsch nas discussões, com os técnicos do DEAIN, de vários aspectos tratados neste Boletim.

Marcos Gianetti Fonseca
Secretário Nacional de Planejamento

ÍNDICE

Parte I - ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. A Economia Internacional em 1990: uma visão geral	7
1.1. A Economia Internacional no Primeiro Semestre de 1990	7
1.2. Tendências para o 2º Semestre de 1990	9
2. Situação Econômica e Perspectivas de Curto Prazo	11
2.1. Os Países Desenvolvidos de Economia de Mercado (PDEMs)	11
2.2. Países em Desenvolvimento (PEDs)	15
2.3. União Soviética e Países do Leste Europeu	18
3. O Comércio Internacional e o Sistema Internacional de Comércio	19
3.1. O Comércio de Mercadorias	19
3.2. O Sistema de Comércio Internacional	23
4. Os Mercados Financeiros e Cambiais	30
4.1. Tendências de Curto Prazo	30
4.2. Perspectivas de Longo Prazo	31
APÊNDICE: Reflexos da Crise do Golfo Pérsico na Economia Mundial	34
a) Cenários Alternativos	34
b) Revisão das Projeções	35
Parte II - ARTIGOS ESPECIAIS	41
1. Dívida Externa, Estabilização e Retomada do Desenvolvimento, por Arno Meyer e Paulo Nogueira Batista	41
2. Internalização do Deságio e Mudança do Perfil de Amortização da Dívida Externa Brasileira. Proposta para uma Solução Negociada, por Fábio Giambiagi	51
3. Países em Desenvolvimento e a Rodada Uruguai de Negociações Comerciais, por Marcelo de Paiva Abreu	65
4. O Brasil e o FMI na Década de 80. Uma Síntese das Negociações, por Eugênio Paccelli Ribeiro	95
Parte III - ANEXO ESTATÍSTICO	113

cima as taxas de desemprego e inflação e deverá agravar as dificuldades económicas já existentes.

1. A ECONOMIA INTERNACIONAL EM 1990: UMA VISÃO GERAL

O comportamento da economia internacional no primeiro semestre de 1990 não se afastou muito do que havia sido previsto pelos principais organismos internacionais e do que foi publicado, há seis meses, no primeiro número deste Boletim de Conjuntura Internacional. A desaceleração progressiva da economia mundial, já detectada em 1989, deveria continuar em 1990. Os acontecimentos recentes no Oriente Médio introduziram mais incertezas para as previsões concernentes ao segundo semestre de 1990. Mesmo antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, o Fundo Monetário Internacional (FMI) temia que a economia mundial registrasse, em 1990, a menor taxa de crescimento desde 1962.

Os efeitos de curto prazo, no entanto, são mais piores para os países exportadores e importadores do produto, sendo prematuro quantificar o efeito líquido sobre a economia mundial. Pode-se dizer que para os países importadores de petróleo, como o Brasil, enfrentam severos programas de ajuste, os custos serão elevados.

A crise do Oriente Médio encontra os países da Europa Ocidental, com excepção do Reino Unido e da Dinamarca, em trajetória de crescimento sustentado para 1990 e, em geral, a Europa é considerada menos vulnerável ao aumento dos preços do petróleo do que os Estados Unidos ou o Japão. Este último, com uma taxa reduzida de inflação, está mais exposto pela fragilidade do leme e de seus mercados financeiros. Os Estados Unidos, porém, encontram-se no limiar de uma recessão e, pela primeira vez, terão que enfrentar, esta um déficit orçamentário equivalente, no mínimo, a 3% do seu PNB. O aumento nos preços do petróleo vai pressionar para

1.1. A Economia Internacional no Primeiro Semestre de 1990

Os anos 80 representaram um período próspero para a economia mundial. É no final da década, principalmente no segundo semestre de 1989, que se inicia um processo de desaceleração moderada da economia dos países da Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Económica - OCDE, com aumento das taxas de inflação, sem elevação significativa do nível de desemprego. Nesse período, também, o comércio internacional apresentou redução das taxas de crescimento, tanto em volume quanto em valor.

Essas tendências à diminuição do crescimento da economia mundial foi contida em 1990. Os países da OCDE, que em seu conjunto apresentaram taxa média de crescimento do PNB em torno de 3,8%, em 1989, deverão apresentar taxas superiores em 1990 (Tabela I). A maioria dos países mais ricos do mundo apresentou pronunciada retração no primeiro trimestre do ano de 1990 (Tabela II).

A diminuição do ritmo de crescimento das economias dos países desenvolvidos foi determinada, principalmente, pelas políticas contracionistas executadas pelas autoridades monetárias, resultando na elevação das taxas de juros e no desaquecimento da demanda. Essa política teve por objetivo principal o controle da inflação que, em 1989 e no primeiro trimestre de 1990, começou a se elevar. A inflação nos Estados Unidos saltou de 4,5% em 1989 para 7,13 no primeiro trimestre de 1990. As últimas projeções da OCDE indicam uma estabilização da taxa de inflação nos países desenvolvidos de economia de mercado (PDEMs) em 4,4%, em 1990, uma taxa considerada entre moderada e alta.

O crescimento relativo dos preços nas economias dos PDEMs reflete

Parte I

ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. A ECONOMIA INTERNACIONAL EM 1990: UMA VISÃO GERAL

O comportamento da economia internacional no primeiro semestre de 1990 não se afastou muito do que havia sido previsto pelos principais organismos internacionais e do que foi publicado, há seis meses, no primeiro número deste Boletim de Conjuntura Internacional. A desaceleração progressiva da economia mundial, já detectada em 1989, deveria continuar em 1990. Os acontecimentos recentes no Oriente Médio introduziram mais incertezas para as previsões concernentes ao segundo semestre de 1990. Mesmo antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, o Fundo Monetário Internacional (FMI) temia que a economia mundial registrasse, em 1990, a menor taxa de crescimento desde 1982.

Os efeitos de uma elevação, por um longo tempo, dos preços do petróleo serão múltiplos para os países exportadores e importadores do produto, sendo prematuro quantificar o efeito líquido sobre a economia mundial. Pode-se dizer que para os países importadores de petróleo que, como o Brasil, enfrentam severos programas de ajuste, os custos serão elevados.

A crise do Oriente Médio encontra os países da Europa Ocidental, com exceção do Reino Unido e da Dinamarca, em trajetória de crescimento sustentado para 1990 e, em geral, a Europa é considerada menos vulnerável ao aumento dos preços do petróleo do que os Estados Unidos ou o Japão. Este último, com uma taxa reduzida de inflação, está mais exposto pela fragilidade do iene e de seus mercados financeiros. Os Estados Unidos, porém, encontram-se no limiar de uma recessão e, pela primeira vez, terão que enfrentá-la com um déficit orçamentário equivalente, no mínimo, a 3% do seu PNB. O aumento nos preços do petróleo vai pressionar para

cima as taxas de desemprego e inflação e deverá agravar as dificuldades econômicas já existentes.

1.1. A Economia Internacional no Primeiro Semestre de 1990

Os anos 80 representaram um período próspero para a economia mundial. É no final da década, principalmente no segundo semestre de 1989, que se inicia um processo de desaceleração moderada da economia dos países da Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Econômica - OCDE, com aumento das taxas de inflação, sem elevação significativa do nível de desemprego. Nesse período, também o comércio internacional apresentou redução das taxas de crescimento, tanto em volume quanto em valor.

Essa tendência à diminuição do crescimento da economia mundial foi mantida em 1990. Os países da OCDE, que em seu conjunto apresentaram taxa média de crescimento do PNB em torno de 3,6%, em 1989, deverão apresentar taxas inferiores a 3%, em 1990 (Tabela I). A produção industrial dos sete países mais ricos do mundo apresentou pronunciada retração no primeiro trimestre do ano de 1990 (Tabela II).

A diminuição do ritmo de crescimento das economias dos países desenvolvidos foi determinada, principalmente, pelas políticas contracionistas executadas pelas autoridades monetárias, resultando na elevação das taxas de juros e no desaquecimento da demanda. Essa política teve por objetivo principal o controle da inflação que, em 1989 e no primeiro trimestre de 1990, começou a se elevar. A inflação nos Estados Unidos saltou de 4,5% em 1989, para 7,1% no primeiro trimestre de 1990. As últimas projeções da OCDE indicam uma estabilização da taxa de inflação nos países desenvolvidos de economia de mercado (PDEMs) em 4,4%, em 1990, uma taxa considerada entre moderada e alta.

O crescimento relativo dos preços nas economias dos PDEMs reflete,

principalmente, as altas taxas de utilização da capacidade instalada, característica da expansão contínua da atividade econômica desses países e, em menor escala, o comportamento dos preços internacionais de alguns produtos básicos e do petróleo, em particular. Embora o índice agregado dos preços internacionais dos produtos básicos tenha, em 1989, caído ligeiramente em relação a 1988, o índice de preços para produtos de alimentação aumentou de 114,9 para 118,1 e o de metais, de 166,0 para 169,9 (1). Em 1989, o preço do petróleo recuperou as perdas sofridas em

1988. Entretanto, nos primeiros meses de 1990, houve uma redução significativa de seus preços que chegou em maio a níveis apenas superiores aos de 1988 (18 dólares/barril). Antes do início do conflito no Golfo Pérsico, as expectativas eram de que o preço do petróleo se estabilizasse em torno de 18 dólares. Os outros produtos básicos deverão manter, em 1990, a tendência de queda já observada em 1989 (o índice de preços de todos os produtos básicos caiu de 128, em 1988, para 121 no final de 1989).

TABELA I
PAISES DA OCDE - EVOLUÇÃO DO PNB REAL (A PREÇOS DE MERCADO)
(Taxa média de crescimento)

PAÍS	1989	1990*/	1991*/	(Em percentagem)	
				1989 T1	1990 T1
ESTADOS UNIDOS	2,9	2,3	2,5	4,4	2,2
JAPÃO	4,9	4,7	4,0	3,0	10,4
REP.FED.DA ALEMANHA	4,0	3,9	3,4	12,0	14,1
FRANÇA	3,5	3,1	2,9	4,8	2,8
ITÁLIA	3,4	3,1	3,2	6,1	3,8
REINO UNIDO	2,5	0,9	1,9	1,4	2,8
CANADÁ	2,6	2,0	2,6	3,8	2,2
TOTAL OCDE	3,6	2,9	2,9	-	-

FONTE: OCDE, Economic Outlook, julho 1990; FMI, World Economic Outlook, maio, 1990, The Economist (vários números).

NOTAS: */ Previsão

T: Trimestre

TABELA II
PAISES DA OCDE - PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(Taxa média de crescimento)

PAÍS	1989	1990 */	(Em percentagem)	
			1989 T1	1990 T1
ESTADOS UNIDOS	3,2	2,0	3,2	-0,4
JAPÃO	7,1	4,8	12,2	4,4
REP.FED.DA ALEMANHA	4,6	3,8	8,9	8,9
FRANÇA	4,8	4,3	4,1	-1,2
ITÁLIA	2,6	4,4	1,4	-6,1
REINO UNIDO	4,2	1,3	5,2	-0,2
CANADÁ	1,4	2,1	-1,1	-4,2

FONTE: Ver Tabela I.

NOTAS: */ Previsão

T: Trimestre

A desaceleração do comércio, em volume e em valor, já observada em 1989, deverá se manter em 1990. O GATT estima que o crescimento do volume do comércio se situe entre 5 e 6% e o FMI e a OCDE estimam um crescimento um pouco maior, de 6,6%. Em 1989, o comércio mundial cresceu 7% em volume e 7,5% em valor.

No curto prazo, os efeitos das recentes mudanças nos países socialistas para as economias européias serão limitados. O aumento do nível de comércio dos PDEMs com os países socialistas, que no momento absorvem apenas 2,5% do total das exportações dos países da OCDE, dependerá da execução de reformas estruturais naqueles países. Existem muitas incertezas sobre a possibilidade de, a curto prazo, se estabelecer um processo eficaz de atração e aplicação de capitais europeus nos países socialistas. A República Democrática Alemã representa um caso à parte, dado o processo de reunificação com a República Federal da Alemanha.

Em geral, os países em desenvolvimento (PEDs) continuaram a apresentar taxas de crescimento decrescentes no primeiro semestre de 1990. A maioria dos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, está executando planos de ajustamento econômico com vistas a conter processos inflacionários, nos quais a recessão corretiva é elemento fundamental. A CEPAL prevê uma queda do produto regional, em 1990, de 0,7%.

Os PEDs do Pacífico Asiático, denominados "tigres asiáticos" continuaram, no primeiro semestre de 1990, a apresentar as taxas mais altas de crescimento econômico dos países em desenvolvimento, embora o ritmo tenha sido reduzido em relação a anos anteriores. A retração da demanda internacional por seus produtos e a alta persistente dos salários internos, encarecendo seus custos de produção, poderiam explicar essa redução. As exportações da República da Coreia, Hong Kong e Tailândia apresentam tendência declinante. Além disso, pressões inflacionárias já são visíveis nesses países e a taxa de juros deve elevar-se.

1.2. Tendências para o 2º Semestre de 1990

Os organismos especializados previam, com base nos dados até junho de 1990, a continuação do processo de crescimento moderado para as economias dos PDEMs, e para a economia mundial como um todo.

Entretanto, já no início do segundo semestre de 1990, surgiram fatos novos que provocaram inquietação e lançaram dúvidas sobre o comportamento da economia mundial. Em 23 de julho, os resultados dos balanços das empresas americanas provocaram violenta queda das cotações da Bolsa de Nova Iorque, com repercussão negativa nas Bolsas de Londres, Paris, Zurique e Frankfurt. Os analistas econômicos apontaram o fato como possível indicação de que a redução do ritmo de crescimento da economia americana poderá ser maior do que a prevista anteriormente.

Os Estados Unidos mantiveram, no primeiro semestre de 1990, uma política monetária apertada. Mas, o primeiro trimestre do ano registrou uma inflação de 7,1%, numa base anual. Em que pese as declarações recentes do governo americano de solucionar o problema do déficit público através de uma política fiscal de aumento de impostos, parece inevitável a continuação da política contracionista oficial. No início do segundo semestre, o governo admitiu dificuldades no controle das finanças federais. O déficit público, que há seis meses atrás se acreditava em retrocesso, voltou a se agravar, estando previsto seu crescimento tanto no corrente ano fiscal quanto no de 1991.

O dólar americano, no segundo semestre do ano, deverá continuar se desvalorizando frente à cesta de moedas da OCDE, devido à necessidade de expansão das exportações dos Estados Unidos (ajuste do déficit comercial) e às próprias incertezas da economia do país, que se agravaram com a elevação recente do preço do petróleo. A instabilidade do sistema financeiro do país se soma a este panorama de incertezas. Os bancos estão enfraquecidos pela crise do sistema de poupança e empréstimo, pelos

altos níveis de empréstimo com grandes riscos e pela inadimplência dos países devedores.

A situação econômica da Europa, no decorrer do segundo semestre do ano de 1990, continuará a refletir o processo de preparação para a integração total em 1992. A reunificação alemã, já iniciada com a reunificação monetária no final do primeiro semestre do corrente ano, deverá ter impacto sobre as taxas de investimento, principalmente da República Federal Alemã. Esses efeitos, entretanto, serão suficientes apenas para manter a taxa de crescimento global da Europa no nível moderado de 2,9%, em 1990, principalmente por causa do baixo desempenho das economias do Reino Unido e da Dinamarca. Esta taxa de crescimento moderado deverá, segundo estimativas da OCDE, manter-se em 1991, confirmando a previsão de que os maiores efeitos da abertura e incorporação dos países do leste europeu às economias de mercado somente se farão sentir efetivamente a médio prazo.

Cabe observar que a situação atual de grande instabilidade da União Soviética pode provocar perturbações nas perspectivas européias, dificultando ou retardando os efeitos benéficos prenunciados. A União Soviética não pode liberalizar sua economia sem grandes investimentos externos, o que parece de difícil realização. Ademais, a economia soviética passa pelo segundo ano de péssimo desempenho, com queda do PNB, baixos salários e elevação das taxas de inflação. Somam-se a isso os movimentos de independência regionais que aumentam a instabilidade política da União Soviética, ameaçando sua política de abertura e, em certa medida, dificultando o processo de liberalização dos países do Leste Europeu.

O Japão, apesar de continuar apresentando taxas elevadas de crescimento, em relação aos demais países da OCDE, deverá registrar queda do seu ritmo de produção, provocada pela redução relativa de sua produção industrial, mesmo com altos níveis de consumo doméstico. Essa situação é motivada pela redução do saldo comercial japonês, associado ao rápido

processo de ajustamento externo da economia do país, baseado no aumento dos investimentos no exterior, em resposta ao protecionismo dos países importadores, ao crescimento pronunciado dos custos da mão-de-obra e da terra, e à valorização do iene, ocorrida de 1987 a 1989. A desaceleração do ritmo da atividade industrial deve levar ao arrefecimento das elevadas taxas de crescimento do investimento em capital fixo verificadas entre 1988 e 1989, embora a manutenção dos níveis de demanda doméstica e a desvalorização do iene possam contrabalançar aqueles fatores e impedir a redução acentuada do crescimento da economia japonesa. A OCDE prevê que o ritmo de crescimento do PNB japonês, em 1990, apresentará leve redução com relação a 1989, caindo de uma taxa média anual de 4,9% para 4,7%, mantendo essa tendência em 1991, com taxa prevista de 4,0%. Entretanto, é preciso observar que o Japão apresenta-se bastante vulnerável frente a eventuais incrementos do preço internacional do petróleo. Caso a crise do Golfo se agrave, o desempenho da economia japonesa poderá ser afetado negativamente.

Os países em desenvolvimento (PEDs) do Pacífico Asiático, com suas economias baseadas em altas taxas de poupança doméstica, um sistema de produção flexível e altamente eficiente e forte orientação ao exterior, poderão sofrer as consequências da redução da atividade econômica dos PDEMs, dos quais dependem, devido a seus altos níveis de abertura externa. Existem indicações que países como a República da Coreia estariam se concentrando no mercado interno, recuperando as taxas de crescimento elevadas.

A América Latina, no segundo semestre de 1990, continuará a apresentar taxas de crescimento baixas, confirmando a tendência de agravamento da situação econômica da região, iniciada em 1988, quando o PIB regional caiu de 2,9% (já baixo) para 0,6%, aumentando ligeiramente em 1989, quando atingiu 1,1%. O crescimento negativo da economia brasileira terá um grande impacto sobre a atividade econômica regional (2).

No tocante à dívida externa, registre-se a experiência, até certo ponto válida, da iniciativa do Plano Brady. No entanto, uma solução mais duradoura e até mesmo definitiva do problema, exigirá um esforço maior desse tipo de programa, traduzido em aporte mais expressivo de recursos e em redução efetiva e significativa do ônus da dívida externa. Adicionalmente, é essencial que futuras negociações contenham provisões contra imprevistos no front internacional, como, por exemplo, a crise atual do Golfo Pérsico.

De uma forma global, verifica-se que a economia mundial, embora apresente excelentes perspectivas a médio e longo prazos, enfrenta problemas e incertezas de curto prazo que podem alterar o quadro desenhado. A recente crise do Oriente Médio, iniciada com a invasão do Kuwait pelo Iraque, poderá desencadear um novo surto inflacionário nos PEDs e nos PDEMs e níveis elevados de importação de petróleo. Os países industrializados estão executando políticas antiinflacionárias que têm permitido conter o processo inflacionário em níveis porém elevados. Um novo choque dos preços do petróleo poderá provocar a perda de controle do processo por parte desses países e o recrudesimento da inflação mundial.

2. SITUAÇÃO ECONÔMICA E PERSPECTIVAS DE CURTO PRAZO

2.1. Os Países Desenvolvidos de Economia de Mercado (PDEMs)

Todas as projeções feitas por organismos internacionais são anteriores à invasão do Kuwait pelo Iraque. Os desdobramentos desta crise, principalmente o impacto sobre os preços do petróleo, deverão influenciar profundamente a trajetória de curto prazo da economia mundial.

Depois de seis anos seguidos de expansão econômica, os PDEMs apresentavam, no início de 1989, altas taxas de utilização da capacidade instalada e fortes pressões inflacionárias. Diante disso, a maioria dos governos passou a implementar políticas

fiscais e monetárias contracionistas que moderaram o ritmo da atividade econômica. Assim, a taxa anual de crescimento destes países caiu para 3,1% no segundo semestre de 1989, contra a média de 4,2% nos quatro semestres anteriores. A taxa anual de inflação, por sua vez, caiu de 4,4% no primeiro semestre, para 3,8% no segundo. Para todo o ano de 1989, a taxa de crescimento foi de 3,6% e a taxa de inflação foi de 4,3%.

Em 1990, a preocupação em conter a inflação continuou a determinar a implementação de políticas contracionistas, o que deverá manter o crescimento da maioria dos PDEMs em níveis moderados. A taxa anual de crescimento prevista é de 3,0% no primeiro semestre e de 2,5% no segundo. A taxa anual de inflação, por sua vez, deverá ser de 4,7% no primeiro semestre e de 4,4% para o ano de 1990.

Apesar do desaquecimento das economias dos PDEMs, os investimentos das empresas mantiveram a forte expansão dos anos anteriores, com uma taxa anual de crescimento de 8,0% em 1989. As altas taxas dos últimos três anos, acumulando 27% para toda a OCDE, fizeram com que se revertisse a desaceleração do crescimento do estoque de capital verificada desde meados da década de setenta. Para 1990, prevê-se que a taxa de crescimento dos investimentos caia para 4,8%.

O volume de emprego na OCDE cresceu a uma taxa anual constante de 1,8% no triênio 87/89, tendo, no segundo semestre de 1989, se desacelerado, juntamente com o crescimento do produto. Para 1990, prevê-se que a taxa de crescimento de emprego caia para 1,2%. A taxa de desemprego, por sua vez, tem-se apresentado, em declínio nos últimos anos, passando de 7,4% em 1987, para 6,4% em 1989, devendo estabilizar-se neste patamar em 1990 e 1991. Apesar dessas taxas indicarem um crescimento da força de trabalho menor do que o do nível de emprego, esta tendência tem sido contrabalançada pelos fluxos migratórios de países de renda mais baixa, um

fenômeno de importância crescente para a maioria dos países da OCDE.

Os principais desequilíbrios da economia internacional - o enorme déficit em conta-corrente dos Estados Unidos e o superávit em conta-corrente do Japão - sofreram uma diminuição significativa em 1989, continuando o processo de ajustamento iniciado em 1987. Os valores revistos pelos organismos especializados indicam que o déficit em conta-corrente dos Estados Unidos caiu para 100 bilhões de dólares anuais no segundo semestre de 1989, contra 125 bilhões de dólares no ano de 1988. No primeiro trimestre de 1990, o déficit acumulado dos Estados Unidos, em 12 meses, foi de 106 bilhões de dólares. O ajustamento, mais rigoroso foi feito pelo Japão, cujo superávit em conta-corrente caiu abaixo de 60 bilhões de dólares anuais no segundo semestre de 1989, contra 80 bilhões em 1988. Em maio de 1990, o superávit acumulado do Japão, em 12 meses, foi de 46,3 bilhões de dólares. Esta diminuição do superávit japonês reflete, de um lado, um aumento da demanda doméstica e das importações e, de outro, a deterioração dos termos de troca do Japão. Outro país a apresentar um crônico e elevado superávit em conta-corrente foi a Alemanha Ocidental, cujo saldo continuou a aumentar em 1989. A unificação com a Alemanha Oriental e o aumento da demanda doméstica daí decorrente deverá contribuir para a redução deste superávit.

Estados Unidos

No segundo semestre de 1989, depois de um longo período de expansão econômica, houve diminuição do ritmo de atividade da economia americana. Apesar de apresentar um crescimento de 2,9% no ano, a taxa anual de crescimento do último trimestre de 1989 foi de apenas 1,3%. Este arrefecimento da atividade econômica foi motivado, principalmente, como foi dito, por políticas monetárias restritivas, objetivando conter as pressões inflacionárias, já no início de 1989. Com a queda da taxa de inflação de 5% no primeiro semestre, para 3,4%, no segundo, e diante dos temores de uma recessão, a política monetária foi abrandada, o que

permitiu uma ligeira elevação na taxa anual de crescimento no primeiro trimestre de 1990 (2,2%) e uma forte elevação na taxa anual de inflação (7,1%).

Atualmente, a política econômica tem sido orientada para um crescimento moderado e contenção da inflação, o que permitiu um crescimento anual do PIB de apenas 1,2% e uma taxa anual de inflação de 4,1% no segundo trimestre de 1990. A manutenção de um crescimento um pouco abaixo do potencial da economia (estimado em 2,8% ao ano), com o consumo pessoal restringido, e uma taxa de desemprego estabilizada em torno da taxa atingida em 1989 (5,3%), que se estima próxima à taxa natural de desemprego, deverá manter a inflação nos níveis atuais. As projeções para 1990 são de um crescimento de no máximo 2%, com uma inflação de 4,8%. De acordo com informações do governo americano, a inflação no segundo trimestre de 1990, medida pelo Deflator Implícito de Preços, foi de 4,4%.

A expansão da economia dos Estados Unidos nos anos 80 foi baseada no consumo pessoal (60% do PIB americano), nos investimentos das empresas e parcialmente nas exportações. Com o arrefecimento da demanda doméstica em 1989, as exportações passaram a liderar o crescimento da economia, seguida dos investimentos das empresas. O consumo pessoal, o investimento em residências e os gastos públicos se reduziram, como efeito das políticas domésticas. As exportações cresceram 20,5%, em 1988, 12,5%, em 1989, e, em 1990, deverão crescer 8,4%. As exportações que mais têm crescido são as de bens de capital e a maior parte destas exportações é destinada à Europa e à Ásia. O dinamismo das exportações é o que tem permitido a redução do déficit comercial, uma vez que as importações têm crescido a um ritmo ainda elevado (6,0% em 1988 e 5,8% em 1989), o que deverá ser mantido em 1990 (4,6%).

Uma condição fundamental para a manutenção do crescimento econômico não-inflacionário dos Estados Unidos é a correção do seu crônico desequilíbrio orçamentário. O orçamento apresentado

pelo Governo, no início de 1990, continha propostas que iriam, com base nas projeções do Governo, eliminar o déficit fiscal em 1993, de acordo com meta fixada pelo Congresso (Lei Gramm-Rudman-Hollings). Contudo, não é muito provável a aprovação pelo Congresso dos cortes orçamentários propostos. Diante dessa indefinição, existem grandes diferenças entre as várias projeções de evolução do déficit público.

As informações oficiais recentes indicam que o déficit fiscal dos Estados Unidos cresceu 25,9 bilhões de dólares em julho. Nos dez primeiros meses do ano fiscal de 90, o déficit chegou a 189,1 bilhões, o que significa quase 53% a mais do que os 123,7 bilhões de dólares do mesmo período do ano fiscal de 89, quando o déficit ficou em 152,1 bilhões de dólares. Para o ano fiscal que termina em 30 de setembro, o déficit previsto pela Casa Branca é de 218,5 bilhões de dólares. Segundo o Departamento do Comércio dos Estados Unidos, quase 10,7% do acréscimo do déficit fiscal de 90 sobre 89 são representados pelos pagamentos de juros; 32,5% por despesas médicas e 24,2% pelo seguro-desemprego; ou seja, quase 68% do incremento do déficit público são praticamente incompressíveis. A isto se somam 18,9% de salários federais, em um total de quase 87%.

Deve ser ressaltado que a crise do Golfo Pérsico fatalmente agravará a situação da economia americana, afetando, particularmente, de forma negativa, as contas do setor público. Espera-se um aprofundamento e prolongamento do estado recessivo da economia, um aumento do déficit do setor público pela queda na receita fiscal (função do produto) e pelo aumento das despesas (gastos militares e elevação das taxas de juros), bem como aumento do déficit comercial, devido à alta dos preços do petróleo.

A economia americana continuará, portanto, dependendo fortemente da poupança externa, a qual, atualmente, tem outras aplicações competitivas na Europa e nos países Asiáticos. Tal competição poderá pressionar os juros internacionais para cima.

Japão

A economia japonesa continuou a apresentar, em 1989, o desempenho dos anos anteriores, com um crescimento do PNB de 4,9%. A demanda doméstica cresceu 6,0%, baseada em um vigoroso crescimento dos investimentos das empresas e na recuperação do consumo privado, que havia se desacelerado após a introdução de um imposto sobre o consumo em abril de 1989. Apesar da baixa taxa de desemprego (2,3%), o crescimento dos salários foi modesto, e a taxa de inflação estabilizou-se em 2,5%.

O superávit em transações correntes continuou a diminuir, situando-se abaixo de 60 bilhões de dólares uma redução de 22 bilhões de dólares em relação ao ano anterior. Esta diminuição do superávit em conta-corrente foi consequência, principalmente, da depreciação do iene, ocorrida no segundo semestre de 1989 e mantida em 1990 (3). O iene sofreu uma forte valorização, no período 1985/1988. No entanto, em 1989 passou a depreciar-se, devido, em grande parte, ao fluxo crescente de investimentos japoneses para o exterior. Tal fluxo deverá continuar, dada a alta taxa de poupança doméstica, a apreciação ocorrida nos ativos reais e a realocação da produção para o exterior, empreendida pelas multinacionais japonesas, com o objetivo de evitar barreiras comerciais nos países importadores e explorar vantagens competitivas. A política fiscal, em 1989, foi direcionada no sentido da consolidação do orçamento, levando a um aumento do superávit público, que atingiu 2,8% do PNB.

As projeções para 1990 indicavam um crescimento do PNB de 4,7%. A demanda doméstica deveria crescer 5%, baseada no consumo das famílias e nos investimentos das empresas em plantas e equipamentos. Os investimentos das empresas, impulsionados pelo nível de utilização da capacidade instalada, pela alta rentabilidade das empresas e pelas necessidades de investimentos poupadores de mão-de-obra, deverão crescer 11,6% durante o ano. O superávit em transações correntes deverá continuar diminuindo,

em virtude da depreciação do iene e do aumento dos preços do petróleo.

Observe-se, entretanto, que a economia japonesa é muito vulnerável aos resultados da crise do Oriente Médio: o aumento dos preços do petróleo, os abalos dos mercados financeiros internacionais ou uma recessão prolongada da economia dos Estados Unidos poderão prejudicar o seu desempenho.

Comunidade Econômica Européia (CEE)

A atividade econômica da CEE tem sido vigorosa nos últimos dois anos, e há expectativas de uma pequena diminuição no ritmo de crescimento em 1990-1991. O Reino Unido, à beira de uma recessão econômica, é a grande exceção. A expansão na Europa Continental tem sido sustentada pelo elevado nível dos investimentos. O clima favorável aos investimentos reflete a formação de um mercado único em 1992 e as expectativas de um aumento das oportunidades de negócios com a liberalização das economias do Leste Europeu. A CEE já manifestou o interesse de ampliar os acordos de comércio com esses países, semelhantes aos que mantém com os outros países da Europa.

O crescimento econômico dos anos recentes não se refletiu em um substancial aumento de empregos. A taxa de desemprego começou a declinar em 1988, mas estabilizou-se, em 1989, em níveis elevados e bem superiores aos dos Estados Unidos e Japão. A expansão econômica tem sido, também, acompanhada por um aumento da inflação.

A República Federal da Alemanha, depois de vários anos de baixo crescimento, apresentou em 1988 e 1989 um forte crescimento, consequência de uma bem sucedida estratégia de médio prazo de consolidação fiscal e de uma política monetária antiinflacionária. Com a taxa de crescimento passando de 1,7%, em 1987, para 3,6% e 4,0% em 1988 e 1989, respectivamente, os preços começaram a subir com maior rapidez, de forma que a taxa de inflação passou de 0,6%, em 1987,

para 1,2%, em 1988 e 3,1% em 1989. Diante do aumento da taxa de inflação e a depreciação do marco, o que contribuía para um indesejável aumento do superávit externo, a política monetária, já em 1988, tornou-se mais restritiva, provocando aumento das taxas de juros.

As previsões para 1990 são de um crescimento do produto de 3,9% e uma inflação de 2,6%. Apesar do processo de valorização do marco em relação ao dólar desde 1985, o superávit em conta-corrente da Alemanha tem-se mantido, não só elevado, como em permanente crescimento. Em 1989, este superávit foi de 52,8 bilhões de dólares o que representa 4,4% do PIB. Para 1990, a OCDE projeta um superávit de 63 bilhões de dólares.

Todas as projeções devem ser vistas com muita cautela, uma vez que o processo de unificação da Alemanha trará consequências econômicas de difícil mensuração. A economia da Alemanha Ocidental tem operado próxima à sua plena capacidade e o processo de unificação trará a necessidade de pesados investimentos na Alemanha Oriental, tanto nas empresas, quanto em infra-estrutura. A manutenção da política monetária restritiva com uma política fiscal expansiva poderá levar a um aumento das taxas de juros e a uma valorização do marco, induzindo a vinda de capitais para a Alemanha e uma queda no superávit em conta-corrente. Por outro lado, o fluxo de trabalhadores qualificados provenientes da Alemanha Oriental ocasionará um aumento do produto potencial, possibilitando responder com uma oferta maior às novas exigências de produção.

Ressalte-se, finalmente, que tal como o Japão, embora em menor escala, a Alemanha poderá ter seus indicadores econômicos afetados negativamente pela crise do Golfo Pérsico.

A França apresentou, em 1988 e 1989, um crescimento de 3,8% e 3,5%, respectivamente. Depois de um longo período de crescimento moderado, esta recuperação foi acompanhada de baixas taxas de inflação (2,7% e 3,3%) e de crescimento, tanto das exportações quanto das

importações. O déficit em conta-corrente permaneceu pequeno (em torno de 3,5 bilhões de dólares nos dois anos), graças ao bom desempenho da balança de serviços. Esse desempenho foi acompanhado de uma efetiva apreciação do franco francês, o que reflete a estratégia antiinflacionária perseguida desde 1983. Os componentes-chaves desta estratégia são uma política fiscal direcionada para a redução do déficit público e da carga tributária, e uma política salarial restritiva, particularmente no setor público, com ênfase nas empresas estatais. Salários moderados e aumento da produtividade têm melhorado a competitividade dos produtos franceses, a despeito da apreciação do franco. Essas políticas têm sido complementadas por políticas de ajustamento estrutural, em particular a liberalização de preços, do câmbio e do setor financeiro. Apesar do alto nível de utilização da capacidade, a taxa de desemprego ainda é muito elevada (9,5% em 1989), sem perspectivas de grandes reduções. As previsões da OCDE para 1990 são de um crescimento de 3,1% e uma taxa de inflação de 3%. No setor externo, o déficit em conta-corrente deverá diminuir, atingindo 2 bilhões de dólares.

A Itália tem mantido taxas de crescimento relativamente altas (em torno de 3% ao ano) desde 1984. Em 1989 cresceu 3,4%. As taxas de inflação, apesar de elevadas para os padrões europeus, diminuíram durante toda a década de oitenta, atingindo 6% em 1989. Prevê-se, para 1990, um crescimento de 3,1% e uma inflação de 5,6%. Apesar do crescimento econômico, as taxas de desemprego têm-se mantido elevadas (12,1% em 1989) e a tendência é de estabilização em torno desta magnitude. O déficit público tem permanecido em mais de 11% do PIB durante toda a década de oitenta. A necessidade de reduzir este déficit, com vistas à união monetária da Europa, levou o governo a fixar a meta de um superávit primário de 0,5% do PIB para 1992. Para isso, o governo deverá cortar gastos, diminuir as transferências para empresas estatais e regiões, e aumentar a eficiência da arrecadação de impostos. No setor externo, a Itália tem apresentado, nos últimos anos, um déficit crescente em conta-corrente, devido à deterioração da

conta de serviços. Em 1989, o déficit foi de 11,6 bilhões de dólares, devendo cair para 9 bilhões de dólares em 1990.

A taxa de crescimento do Reino Unido caiu de 4,5%, em 1988, para 2,5% em 1989. Esta desaceleração no ritmo de crescimento foi consequência da política monetária restritiva adotada a partir de meados de 1988, quando a economia começou a dar sinais de fortes pressões inflacionárias. Como consequência da política adotada, o aumento da inflação foi moderado, passando de 4,8%, em 1988, para 5,5% em 1989. O orçamento do governo tem sido superavitário desde 1988 e deverá continuar assim nos próximos dois anos, ao final dos quais se procurará o equilíbrio orçamentário. A combinação das políticas fiscal e monetária restritivas deverá provocar uma diminuição da taxa de crescimento para 0,9% em 1990, enquanto a taxa de inflação deverá ficar em 4,8%. A taxa de desemprego, que diminuiu entre 1987 e 1989, deverá estabilizar-se em torno de 6%. A compressão da demanda interna, desestimulando aumentos de preços e salários tem, também, cumprido a função de aumentar a competitividade internacional do Reino Unido, uma vez que a utilização de desvalorização cambial para este objetivo criaria fortes pressões inflacionárias. O aumento da competitividade do Reino Unido é de fundamental importância face ao crescente déficit em conta-corrente, que evoluiu rapidamente de zero em 1986, para 34 bilhões de dólares em 1989, devendo cair para 29 bilhões de dólares em 1990.

2.2. Países em desenvolvimento (PEDs)

Englobados nessa categoria estão países de características muito diversas, como os países de economia dinâmica da Ásia, os países altamente endividados da América Latina e as frágeis economias da África Sub-Sahariana. A diversidade da estrutura econômica existente nesse bloco de países dificulta bastante o enfoque global do assunto, embora se possa afirmar que, de um modo geral, todos eles experimentarão dificuldades no decorrer deste ano e, muito provavelmente, no ano de 1991, provocadas

por planos de ajustamento interno de suas economias.

As projeções da CEPAL para 1990 indicam a continuação de taxas negativas para o produto da América Latina, podendo a queda do produto regional por habitante alcançar 3%. Para este desempenho global, influi o desempenho de três economias - Argentina, Brasil e Peru - que registram reduções significativas do seu produto no contexto de seus programas antiinflacionários. Outro conjunto de países - Equador, Venezuela e Uruguai - apresentou uma paralização virtual do seu nível de atividade, embora os dois primeiros possam recolher os benefícios do aumento dos preços do petróleo, no segundo semestre de 1990. O Chile, por outro lado, registra uma desaceleração do seu crescimento, devendo apresentar taxa inferior a 3%. Somente países como o México, Colômbia, Costa Rica e a República Dominicana deverão apresentar o crescimento do PIB da ordem de 3% ou ligeiramente superior.

Uma das características mais importantes de 1990 foi a aplicação de programas severos de estabilização nos países que, durante o último semestre do ano passado e começo do ano corrente, registraram índices elevados de inflação. Com isso, foi registrada uma queda significativa na variação mensal do índice de preços ao consumidor na Argentina, Brasil e Nicarágua. Porém, em vários países da região, não há sinais de avanço sobre a redução obtida e, ao contrário, se observa certa tendência para a aceleração de preços, pelo menos durante o primeiro trimestre. É o caso de países como o Chile, Costa Rica, México e Uruguai.

Um dos indicadores macroeconômicos que mais chama a atenção no panorama econômico latino-americano de 1990 é o ajuste fiscal realizado, tanto pela contração de gastos, como por reformas tributárias. Houve diminuição do déficit fiscal na Argentina, Brasil, Peru e Uruguai e a manutenção do mesmo em níveis já reduzidos anteriormente, no caso do Chile, Equador, México e Venezuela. Na maioria dos países, os ajustes fiscais entre 1989 e

1990 corresponderam a cifras equivalentes entre 3 e 7% do PIB.

A dívida externa latino-americana deverá se elevar, apesar do processo de redução da dívida na Costa Rica, México e Venezuela. Ao final de 1990, esta dívida deverá superar os 420 bilhões de dólares. Os acordos de redução tiveram um impacto inferior ao previsto sobre o valor nominal da dívida, devido à preferência dos bancos comerciais por alternativas que não contribuem para a redução do principal. O serviço da dívida externa continuará a exigir um terço das divisas geradas pela exportação de bens em 1990.

Os PEDs do Pacífico Asiático, que apresentaram, em 1988, taxa média anual de crescimento da ordem de 10%, tiveram, em 1989, redução substancial, caindo para 6,3%. Em 1990, estima-se uma leve recuperação, atingindo 6,6%, número bem abaixo de sua taxa média anual na década de oitenta. A ligeira expansão econômica desse grupo de países, prevista para o corrente ano, deve-se, principalmente, ao comportamento da economia coreana, que apresentará taxa média de crescimento anual de 8% em 1990, frente à taxa de 6,7% em 1989.

Mesmo estando em crescimento no corrente ano, a economia coreana está ameaçada pela expansão da inflação, que forçará o governo a mudar suas prioridades de política econômica, adotando medidas de estabilização de preços, com conseqüente redução do seu crescimento. A economia coreana apresenta três problemas específicos: a valorização de sua moeda, o que determinou a redução de suas exportações; níveis elevados de salários; e forte militância sindical. Contudo, a Coreia continua a apresentar vigoroso investimento industrial e altos níveis de consumo doméstico. Isto permitiu um crescimento de 9,9% no 1º semestre de 1990 (10,1% no 1º trimestre e 9,7% no 2º). Houve maior concentração no mercado interno e diminuição da participação das exportações no PNB. A atual crise do Oriente Médio deverá ter impacto negativo sobre as exportações do país.

Além da Coréia, somente Hong-Kong apresentou taxas de crescimento em expansão nesse bloco de países. A economia de Hong-Kong, que já vinha mostrando sinais de recuperação no último semestre de 1989, continuou esse movimento no primeiro semestre do corrente ano. A recuperação gradual de Hong-Kong aumentou o nível de confiança dos investidores e dos consumidores do País, esperando-se que sua economia apresente taxa de crescimento de 3%, no ano de 1990, frente aos 2,5% alcançados em 1989. Entretanto, as exportações de Hong-Kong continuam em declínio (caíram 3,9% nos primeiros quatro meses deste ano), o que é agravado pela contínua retração da demanda dos PDMEs, principalmente dos Estados Unidos. Ademais, com a relativa abertura da China Continental para a economia mundial, grande parte da indústria de manufaturados "intensiva em trabalho" trasladou-se para a China, configurando um acréscimo de problemas para Hong-Kong. A inflação no País está também em elevação, tendo atingido a taxa de 9,4%, nos primeiros quatro meses do corrente ano, embora se espere que, em dezembro, a taxa anual fique em 8,8% (contra 10,1%, em 1989).

Dentro do bloco dos países asiáticos de economia dinâmica, ainda que apresentando particularidades que diferenciam suas economias, Taiwan, Cingapura, Tailândia e Malásia apresentaram em comum, nesse primeiro semestre, tendência à redução de suas taxas de crescimento econômico e recrudescimento das taxas de inflação. Desses quatro países, Taiwan e Tailândia apresentam situação econômica mais grave, com redução das exportações e queda da taxa de investimento privado. Cingapura e Malásia, produtores e exportadores de petróleo, tiveram suas exportações sustentadas e mesmo aumentadas, devido aos energéticos, apresentando reduções pequenas no desempenho de suas economias.

O crescimento econômico da China, depois das altas taxas apresentadas nos anos oitenta (10,3% a.a. no período 1980-1988), permaneceu em declínio no primeiro

semestre de 1990, seguindo a tendência iniciada em 1989 (3,7%). Para 1990, é prevista pequena recuperação, com taxa de crescimento estimada em 5,3%. Nos primeiros cinco meses do ano, a indústria chinesa apresentou taxa de crescimento de 1,3%, como resultado dos cortes nas taxas de investimento em equipamentos industriais e da queda acentuada do consumo interno, motivada pela redução dos salários imposta pelo Governo.

A taxa de investimento em capital fixo pelas empresas públicas da China caiu 3,6%, nos primeiros quatro meses do corrente ano, e a taxa de desemprego cresceu em proporções preocupantes. O desemprego nas cidades aumentou de 2 milhões, com relação ao fim do ano de 1989, e espera-se para o ano de 1990 a taxa recorde de 4% de desemprego, somente verificada em 1980. Essa taxa de desemprego urbano é agravada pela existência, atualmente, de um excesso de 100 milhões de trabalhadores rurais. No segundo semestre de 1990, o governo da China procurará retirar o país da estagnação econômica, de forma a evitar a ampliação da intranquilidade social, que parece persistente.

As economias dos países da África Sub-Sahariana permaneceram estagnadas no período de 1980-87, somente apresentando índices modestos de crescimento em 1988 (2,7%) e 1989 (2,6%). Durante a década de oitenta, a maioria dos países dessa região realizou programas de ajustamento econômico que provocaram seu fraco desempenho. Dentro desse panorama, as perspectivas para 1990 não são boas, com previsões de baixas taxas de investimento e deterioração das infra-estruturas produtivas, mesmo para países como Gana e Nigéria, que executaram rigorosos programas de ajustamento econômico nos últimos anos e que possuem economias relativamente dinâmicas. A participação dos países Sub-Saháricos no mercado mundial declinou em 50% e tende a decrescer ainda mais. A recuperação destas economias necessitará de reformas estruturais (educação, saúde, distribuição de renda, etc.) extremamente rigorosas e

de financiamento externo em níveis adequados.

O endividamento total dos países em desenvolvimento atingiu, em 1989, a cifra de 1.143 bilhões de dólares, com acréscimo de 2% com relação a 1988, permanecendo crítica a situação dos países altamente endividados. O Banco Mundial registrou, em seu "World Debt Tables-1989-90", um decréscimo do endividamento líquido dos PEDs, em 1989, da ordem de 19 bilhões de dólares, representando queda de 25%, em relação a 1988, e 33%, com relação a 1987. Esse decréscimo decorreu da redução dos fluxos de capital (desembolsos) para o Leste da Ásia (16% abaixo da previsão) e para a América Latina (20% abaixo do previsto).

O processo de redução verificado deverá ser interrompido no corrente ano, quando o Banco Mundial prevê um endividamento dos PEDs da ordem de 47 bilhões de dólares, subindo o débito total para 1.190 bilhões de dólares. Para 1991, é esperado endividamento de 40 bilhões de dólares, quando a cifra total do débito chegará a 1.230 bilhões de dólares. O fluxo líquido de capital para os PEDs deverá ser de cerca de 36 bilhões de dólares, tanto para o ano de 1990 quanto para 1991.

A participação dos créditos oficiais no estoque do débito continuou a aumentar em 1989, passando de 32%, em 1985, para 41%. Os aumentos do fluxo líquido de capital para os PEDs, nos anos de 1990 e 1991, serão devidos a acréscimos dos desembolsos das instituições multilaterais, como o Banco Mundial, e de fontes bilaterais, como o Japão.

2.3. União Soviética e Países do Leste Europeu

A rapidez e a profundidade das reformas políticas ocorridas na União Soviética e no Leste Europeu não deixam dúvidas quanto à determinação dos governos desses países de reestruturar suas economias, introduzindo mecanismos de mercado. No entanto, a transição não deverá ser nem rápida nem fácil. A eliminação de distorções microeconômicas, através da re-

moção de controles de preços e subsídios, e a remoção de restrições à contratação e dispensa de trabalhadores, poderá, inicialmente, provocar desemprego e inflação. Por sua vez, a rapidez das reformas dependerá, não só das decisões governamentais mas, principalmente, da mudança de comportamento dos agentes econômicos. Cada país, dependendo da sua situação específica, inclusive do grau de consenso sobre a reestruturação da economia, implementará as reformas à sua maneira. E assim está sendo feito. De forma diferenciada, os passos em direção a uma economia de mercado estão sendo dados pelos principais países do Leste Europeu.

Na União Soviética, a taxa de crescimento caiu, em 1989, para 2,4% contra 4,4% em 1988. Levando-se em conta a inflação não registrada, o produto real provavelmente diminuiu. A estagnação das exportações de petróleo e o aumento das importações de bens de consumo fizeram com que o saldo da balança comercial com países não socialistas caísse de um superávit de 4,2 bilhões de dólares para um déficit de 1,3 bilhão de dólares em 1989. A despeito de um aumento de 4% nos preços das vendas a varejo nos mercados oficiais, a escassez tem-se tornado severa, com frequentes déficits de produtos de consumo. A escassez deve-se, principalmente, à política fiscal expansionista crescimento dos salários. Nos últimos quatro anos, o déficit orçamentário aumentou de 3% para 10% do PNB. Os salários, por sua vez, aumentaram 9% em 1989. A principal prioridade do Governo para 1990 é a redução da inflação. Para isso, os aumentos das folhas de salários acima de 3% serão altamente taxados, e o déficit fiscal será reduzido de 92 bilhões para 60 bilhões de rublos.

Uma série de medidas inovadoras foi anunciada recentemente. Recursos serão redirecionados para a produção de bens de consumo, a intervenção governamental será reduzida e as taxas de juros para empresas sofrerão aumentos. Ações de empresas serão vendidas em larga escala, e as taxas de juros dos depósitos de poupança serão aumentadas. Gradativamente, a

intervenção governamental sobre os preços será retirada. A importação de bens que podem ser produzidos internamente será cortada pela metade nos próximos anos e a exportação de máquinas será estimulada. Pretende-se arrendar empresas estatais para trabalhadores e aperfeiçoar a proteção legal às propriedades privadas. No campo fiscal, pretende-se reduzir o déficit orçamentário para 2,5% do PNB até 1993.

Na maioria dos países do Leste Europeu, a reestruturação da economia já deu importantes passos. A Polônia anunciou, no início de 1990, um amplo programa de reformas econômicas. Os principais elementos são: disciplinas fiscal e monetária, objetivando a estabilidade macroeconômica; liberalização do comércio; diminuição do controle de preços e dos subsídios; mudanças legais para liberalizar e fortalecer o setor privado; estabelecimento de um sistema de seguro social; e intenção de privatizar empresas estatais. Na Hungria, importantes medidas em direção à liberalização de preços e salários foram tomadas; o sistema de impostos foi reformado; foi iniciado um programa de liberalização das importações e descentralização do sistema bancário; várias leis foram introduzidas para assegurar igualdade de condições para empreendimentos em todos os setores da economia, com o objetivo de permitir a entrada de novas empresas e a expansão de pequenas empresas; e estabelecida uma estrutura para privatização de empresas estatais. Na Tchecoslováquia, uma série de medidas legais está sendo tomada, com o objetivo de eliminar as restrições à atividade econômica privada, permitir a criação de sociedades por ações, e privatizar empresas estatais. Na Alemanha Oriental, as reformas visam preparar o país para a unificação com a Alemanha Ocidental, o que deverá tornar os custos da transformação em economia de mercado muito menores do que os das outras economias do Leste Europeu.

3. O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O SISTEMA INTERNACIONAL DE COMÉRCIO

3.1. O Comércio de Mercadorias

Tendências e Perspectivas

O volume do comércio de bens medido pelas exportações cresceu a taxas elevadas, entre 1985 e 1988, registrando diminuição do ritmo de crescimento, pela primeira vez, em 1989 (Tabela III). Essa desaceleração deve continuar em 1990, quando se espera que o crescimento do volume do comércio se situe no intervalo entre 5% e 6% (GATT) ou em cerca de 6,6% (FMI e OCDE) (4). Os economistas do GATT e do FMI atribuem essa desaceleração à queda do ritmo de crescimento da atividade econômica global e da diminuição dos investimentos mundiais, em geral intensivos em comércio. Como já foi dito, o impacto das transformações das economias centralmente planejadas em economias de mercado não será de curto prazo.

Um fator de incerteza para a previsão do crescimento e da composição do comércio de bens no segundo semestre de 1990 é o resultado final dos acontecimentos no Oriente Médio. A invasão do Kuwait pelo Iraque, o embargo internacional ao Iraque e a paralização da produção e comércio do petróleo pelos dois países terão um impacto não apenas em termos dos preços reais do petróleo, mas diretamente na atividade econômica dos Estados Unidos e de outros países industrializados e na economia internacional, como um todo.

Os dados do FMI para o valor das exportações dos países industrializados, no primeiro trimestre de 1990, indicam um crescimento de 10% sobre o mesmo período de 1989 (578,5 bilhões de dólares, contra 521,6 bilhões de dólares para o primeiro trimestre de 1989). O maior crescimento foi o da Alemanha, cujas exportações aumentaram quase 18%, no período assinalado (99,8 bilhões de dólares), superando ligeiramente o valor das exportações dos Estados Unidos (97,15 bilhões de dólares). O valor das importações dos países industrializados, para o primeiro trimestre de 1990, apresentou um crescimento de 12% (610,6 bilhões de dólares contra 545,9 bilhões de dólares para o primeiro trimestre de 1989).

Quatro países asiáticos (China, Hong Kong, República da Coréia e Cingapura) registraram um aumento de 7,7% nas exportações do primeiro trimestre de 1990 (53,22 bilhões de dólares contra 49,40

bilhões de dólares, no primeiro trimestre de 1989), e de 6,2% nas importações (56,88 bilhões de dólares contra 53,54 bilhões de dólares).

TABELA III

CRESCIMENTO DO COMÉRCIO MUNDIAL
VOLUME E VALOR
(Taxa média de crescimento)

ANOS	(Em percentagem)									
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
VOLUME	0	0,5	-2,5	3,0	8,5	3,5	4,5	5,5	8,5	7,0
VALOR	22,5	-1,5	-6,0	-2,0	5,5	1,0	10,0	17,0	14,0	7,5

FONTE: GATT - El Comercio Internacional 88-89, volume II, Tabela I.2.

É interessante salientar que a demanda das seis maiores economias dinâmicas da Ásia (Tailândia, Malásia, Cingapura, República da Coréia, Taiwan e Hong Kong) representa praticamente um terço das exportações dos países da OCDE para o resto do mundo, ou 9% das exportações totais desses países. Portanto, a desaceleração do crescimento dessas economias, que é esperada para 1990, terá um impacto negativo sobre o desempenho exportador das economias dos países industrializados.

Dados preliminares do GATT indicam que o comércio mundial, em 1989, cresceu cerca de 7,5% em valor e 7% em volume, uma diminuição em relação às taxas respectivas de 14% e 8,5% observadas em 1988 (5). Como pode ser visto na Tabela III, a taxa de crescimento do volume do comércio mundial, em 1989 foi o terceiro maior aumento da década e foi duas vezes superior à taxa do crescimento econômico mundial. O valor do comércio mundial de mercadorias ultrapassou, em 1989, os 3 trilhões de dólares, atingindo a cifra de 3,1 trilhões de dólares, ou seja, quase um trilhão de dólares a mais que o valor das exportações mundiais em 1986 (6).

O que chama a atenção na Tabela III é que, em 1989, pela primeira vez na década,

tanto o volume quanto o valor do comércio mundial cresceram praticamente à mesma taxa. Segundo o GATT, a aparente estabilidade dos preços unitários de exportação nos mercados mundiais (quando medidos em dólares) reflete o fato de que preços mais elevados do petróleo e a inflação moderada, nos preços de muitos produtos, foram compensados pelo "efeito de valorização" do dólar em relação a um certo número de moedas.

Embora os dados desagregados para o comércio mundial de 1989 só estejam disponíveis dentro de alguns meses pelo GATT, os dados preliminares indicam uma desaceleração relativa para os três grandes grupos de produtos (agrícolas, minérios e metais e manufaturas).

Composição por Grupos de Países

Os dados preliminares do GATT, para 1989, sugerem taxas semelhantes para o crescimento do volume das exportações para os países em desenvolvimento e para os países industrializados. O crescimento mais elevado, em valor, das exportações dos países em desenvolvimento se explicaria pelo aumento dos preços do petróleo em 1989 (Tabela IV).

A taxa de crescimento das exportações dos países industrializados em 1989 (6,5%), tanto na análise dos economistas do GATT como do FMI foi reduzida à metade, em

relação à taxa de 1988 (14,5%) e foi levemente inferior à taxa média das exportações mundiais (7,5%).

TABELA IV

COMÉRCIO MUNDIAL POR GRUPOS DE PAÍSES EM 1989

(Taxas médias de crescimento)

	VALOR (Em US\$ bilhões)	TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO			
		EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
		Valor	Volume	Valor	Volume
PDEMs	2170	6,5	7,5	7,5	7,0
PEDs	645	12,0	7,0	8,5	8,0
Área de Comércio Oriental */	275	1,0	1,0	4,5	3,0
Mundo	3090	7,5	7,0	7,5	7,0

FONTE: GATT/1477, 14.3.90, pags.15 e 17.

NOTA: */ Países Europa Oriental, União Soviética, China e outras economias de planejamento central na Ásia.

A diminuição dos preços dos produtos primários (exclusive o petróleo) e a diminuição das elevadas taxas de crescimento das exportações dos países da Ásia Oriental determinaram que, pela primeira vez, desde 1985, as exportações dos países em desenvolvimento não aumentassem a taxas superiores à média mundial. Por outro lado, a diminuição do crescimento das exportações atingiu todos os grupos de países em desenvolvimento, inclusive os exportadores dinâmicos de manufaturas. O único elemento dinâmico dentre os países em desenvolvimento foi o crescimento do volume e do valor das exportações dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Em 1989, os Estados Unidos voltaram a ser o principal país exportador (364,4 bilhões de dólares e 11,8% do valor das exportações mundiais) depois de ter permanecido por três anos, em segundo lugar, depois da Alemanha. Entre as razões para o melhor desempenho do país, citam-se a depreciação do marco alemão em relação ao dólar e o aumento relativo do volume das exportações americanas. A Alemanha, por sua vez, representou 11% do valor das exportações mundiais em 1989 (341,4 bilhões de dólares).

A taxa de expansão do volume de exportações da América Latina se reduziu, em 1989, à metade da taxa do ano anterior. Em valor, as exportações da região aumentaram 8,7% em 1989 (7).

Outras modificações, em 1989, incluem a melhoria da classificação do México entre os maiores 25 exportadores mundiais, (22ª posição em 1988 e 20ª em 1989); China (16ª em 1988 e 14ª em 1989) e a Arábia Saudita (24ª em 1989 e fora dos 25 em 1988). Entre os países que desceram na classificação consta o Brasil (19ª em 1988 e 21ª em 1989).

O México obteve ganhos em suas exportações que foram superiores ao dobro da média mundial, acumulando para a década 192% de crescimento, só superados pelos países asiáticos. O Brasil obteve ganhos modestos de 2%, em relação a 1988, acumulando a soma total de 126% para a década, a nona melhor taxa, mas inferior à da Espanha e à do México.

O crescimento do comércio mundial, na última década, foi decorrente do aumento de transações entre países industrializados e do comércio de manufaturas que, em 1988, representaram mais de 70% do valor

das exportações mundiais. Cerca de 80% do aumento total do volume do comércio mundial de bens são explicados pelo comércio de manufaturas. Enquanto o valor das exportações entre países industrializados aumentou quase 90% entre 1984 e 1989 (de 871,9 para 1.609,4 milhões de dólares) o valor de suas exportações para os países em desenvolvimento aumentou 47% (de 311,2 para 459,5 milhões de dólares). Dados do FMI indicam que, em 1989, os países industrializados representavam 73% das exportações mundiais de bens, um aumento em relação à proporção de 69%, em 1984. Esta troca intensiva de produtos entre os países da OCDE também sofreu uma desaceleração, a partir de 1988, influenciando de forma decisiva no

comportamento global das exportações (Tabela V).

Os dados preliminares do governo dos Estados Unidos para o primeiro semestre de 1990 registraram um déficit comercial de 45,8 bilhões de dólares. As exportações aumentaram 8,4% e as importações 2,8% em relação ao mesmo período de 1989. A queda das importações foi consequência da diminuição da demanda doméstica. No mês de junho, a balança comercial dos Estados Unidos apresentou o melhor desempenho em sete anos, reduzindo-se o saldo negativo de 7,8 bilhões, para 5,1 bilhões de dólares em maio.

TABELA V

Composição do Comércio Mundial por Grupos de Países
(bilhões de US\$)

Com os países industriais		Com os países em desenvolvimento		Com a U.R.S.S. e outros que não são membros do Fundo */		Total		
Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	
Países industrializados								
1983	799,6	825,1	307,3	357,9	29,6	31,2	1148,8	1218,0
1984	871,9	903,2	311,2	385,9	28,6	32,2	1224,5	1326,3
1985	921,7	965,5	305,4	378,3	28,2	29,4	1268,4	1378,3
1986	1110,7	1155,6	322,7	361,1	29,1	27,2	1475,7	1550,2
1987	1323,5	1358,7	366,2	431,5	30,2	30,5	1733,8	1828,7
1988	1503,3	1540,5	427,6	483,2	35,1	31,7	1983,8	2067,6
1989	1609,4	1650,6	459,5	540,4	38,7	34,1	2125,5	2237,0
Países em desenvolvimento								
1983	320,8	318,4	160,7	162,7	25,7	23,6	527,4	516,2
1984	342,5	316,6	165,1	167,4	25,5	22,3	556,9	518,0
1985	326,0	312,8	159,5	160,6	28,6	23,8	534,1	508,0
1986	304,7	319,0	147,8	148,3	27,0	25,4	498,0	502,7
1987	373,6	360,4	183,8	181,4	28,3	26,3	607,9	581,3
1988	422,8	433,5	224,4	218,6	30,7	28,0	700,1	694,9
1989	475,5	469,6	251,2	251,6	34,8	29,0	786,8	765,1

*/ Albânia, Bulgária, Cuba, Checoslováquia, Mongólia, República Democrática da Alemanha e República Popular Democrática da Coreia.

Fonte: FMI. Directions of Trade Statistics Yearbook, 1990.

Composição do Comércio Mundial por Grupos de Países
(Taxas de crescimento - %)

	Com os países industriais		Com os países em desenvolvimento		Com a U.R.S.S. e outros países que não são membros do Fundo */		Total	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Países industrializados								
1983	-	-	-	-	-	-	-	-
1984	9,04	9,47	1,27	7,82	-3,38	3,21	6,59	8,89
1985	5,71	6,90	-1,86	-1,97	-1,40	-8,70	3,59	3,92
1986	20,51	19,69	5,66	-4,55	3,19	-7,48	16,34	12,47
1987	19,16	17,58	13,48	19,50	3,78	12,13	17,49	17,97
1988	13,59	13,38	16,77	11,98	16,23	3,93	14,42	13,06
1989	7,06	7,15	7,46	11,84	10,26	7,57	7,14	8,19
Países em desenvolvimento								
1983	-	-	-	-	-	-	-	-
1984	6,76	-0,57	2,74	2,89	-0,78	-5,51	5,59	0,35
1985	-4,82	-1,20	-3,39	-4,06	12,16	6,73	-4,09	-1,93
1986	-6,53	1,98	-7,34	-7,66	-5,59	6,72	-6,76	-1,04
1987	22,61	12,98	24,36	22,32	4,81	3,54	22,07	15,64
1988	13,17	20,28	22,09	20,51	8,48	6,46	15,17	19,54
1989	12,46	8,33	11,94	15,10	13,36	3,57	12,38	10,10

*/ Albânia, Bulgária, Cuba, Checoslováquia, Mongólia, República Democrática da Alemanha e República Popular Democrática da Coreia.

Fonte: FMI. Directions of Trade Statistics Yearbook 1990, elaboração de CEPAL-Brasil.

Os Desequilíbrios Comerciais

Os dados do FMI para o primeiro trimestre de 1990 indicam um déficit comercial global dos PDEMs de 32,1 bilhões de dólares, um aumento de 32% em relação ao déficit de 24,3 bilhões de dólares no mesmo período de 1989. Este aumento global inclui a redução significativa do déficit comercial dos Estados Unidos. Para a diminuição do déficit comercial americano, em junho, contribuiu a diminuição do déficit anterior mantido com quase todos os países, ou grupo de países (incluindo o Brasil) (8). O único país a registrar a ampliação do seu superávit com os Estados Unidos, entre os dois meses, foi a Alemanha (538,2 milhões de dólares em maio e 819,2 milhões de dólares em junho).

A República Federal da Alemanha acumulou entre janeiro e julho de 1990, um superávit de 72,9 bilhões de marcos

(46,8 bilhões de dólares) inferior ao superávit correspondente aos sete meses do ano passado: 80,7 bilhões de marcos (51,7 bilhões de dólares). Até julho, a Alemanha exportou um total de 381,6 bilhões de marcos (244,6 bilhões de dólares) e importou 308,7 bilhões de marcos (197,8 bilhões de dólares).

3.2. O Sistema de Comércio Internacional

Negociações Comerciais Multilaterais: A Rodada Uruguai

A Rodada Uruguai está prevista para terminar com uma reunião ministerial, em Bruxelas, na semana que começa no dia 3 de dezembro. O processo negociador está atrasado. A reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) dos dias 23 a 26 de agosto, que deveria apresentar as versões preliminares dos acordos a serem

assinados em Bruxelas, conseguiu produzir apenas um inventário de posições dos vários países. O Presidente do TNC chamou a atenção dos representantes dos países presentes para o fato dos acordos legais que deverão ser adotados em Bruxelas determinarem mudanças em leis nacionais em áreas politicamente sensíveis, o que faz com que a preparação da reunião de dezembro necessite de muito mais cuidados do que as reuniões ministeriais anteriores.

Para que seja cumprido o cronograma, na semana que se inicia em 8 de outubro deverão ser estabelecidos os acordos finais. Para tanto, os altos funcionários responsáveis pelas negociações em Genebra, deverão ter poder total para negociar e concluir acordos. O TNC vai dirigir as negociações para permitir a elaboração de um conjunto final e integrado que deverá estar pronto, em três idiomas, até 23 de novembro.

Os quatro dias de negociações terminaram sem soluções para os principais problemas em áreas cruciais, como agricultura, têxteis, subsídio e o comércio de serviços.

Os grupos negociadores sobre temas vinculados a **acesso a mercados** (tarifas, medidas não-tarifárias, recursos naturais, têxteis, agricultura e produtos tropicais) que vinham trabalhando separadamente passaram a trabalhar de forma integrada. Este passo foi necessário, por um lado, para que os países pudessem impedir que concessões obtidas em um grupo fossem anuladas por acontecimentos em outro (9). Além disso, o procedimento de pedidos e ofertas, pelo qual os países interessados, em bases bilaterais, trocam listas de produtos para reduções das alíquotas tarifárias, necessita um esforço de coordenação em todos os aspectos em que havia sido dividida a área de acesso a mercados, para que um país possa assegurar um equilíbrio entre as concessões feitas e recebidas.

O Brasil apresentou, em julho, sua oferta inicial e condicional para a área de acesso a mercados, que circulou em todos os grupos relevantes. Se confirmada nas negociações,

a lista representará a consolidação (10), no GATT, de 1611 itens, com uma redução média das alíquotas de 34% em relação aos níveis tomados como base para as negociações de 1986.

Os grupos que apresentam mais problemas são a agricultura e os têxteis. Além disso, posições divergentes entre os Estados Unidos e a Comunidade Européia quanto à eliminação dos subsídios aos produtos agrícolas e sua resistência ao desmantelamento do Acordo Multifibras têm prejudicado as discussões sobre tarifas e medidas não-tarifárias naqueles setores. Um problema mais recente é o representado por propostas do Canadá e, principalmente, dos Estados Unidos, de liberalização total do comércio em setores por eles selecionados. Como estes setores não necessariamente coincidem com os desejos dos demais países, estas propostas poderiam introduzir mais dificuldades na obtenção de resultados equilibrados nas negociações de acesso a mercados.

O documento de trabalho do Grupo Negociador sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs), apesar dos esforços dos PEDs, não diferenciou entre as questões de propriedade intelectual (PI) vinculadas ao comércio internacional e os padrões e princípios relativos à disponibilidade, alcance e uso de direitos de PI. Os focos principais de controvérsias são: 1) definição do foro em que será institucionalizado o eventual acordo (GATT, OMPI (11) ou outro); 2) os padrões de proteção aos direitos da PI e o grau de detalhamento que o eventual acordo deve prescrever; 3) a fiscalização e a aplicação da legislação de proteção aos direitos de PI; e 4) o mecanismo de solução de controvérsias a ser ou não adotado (associado diretamente ao primeiro item).

Em serviços, o grupo negociador (GNS) não resolveu os problemas que separam os PDEMs dos PEDs. O projeto do acordo-quadro foi apresentado sob responsabilidade do Presidente do GNS, sem que tenha havido endosso do grupo do seu conteúdo. Falta consenso sobre os elementos fundamentais do acordo-quadro.

Seis áreas principais do acordo necessitarão de novas consultas durante o segundo semestre, a saber: 1) abrangência do acordo-quadro; 2) definição de comércio de serviços; 3) aplicação da cláusula de nação-mais-favorecida (NMF) (12) ao comércio de serviços; 4) setores cobertos pelo acordo; 5) reforço das disposições sobre a participação crescente dos PEDs no comércio de serviços; 6) liberalização progressiva; e 7) negociação e aplicação dos compromissos negociados.

A CEE quer compromissos significativos em todos os setores de serviços mas, o Japão, os Estados Unidos e a Áustria exigiram que o texto de apresentação do Presidente contivesse uma nota de rodapé relativa à posição desses países favorável à exclusão de determinados setores da cobertura do acordo (13). Várias delegações enfatizaram a incoerência da postura dos Estados Unidos, que se recusaram a aceitar a oposição da maioria dos países favorável à cobertura global do acordo-quadro e, por outro lado, têm insistido em negociar compromissos iniciais de liberalização até o final da Rodada Uruguai.

A CEE e países individuais, como Itália, submeteram propostas para transformação do GATT, ao final das negociações em Bruxelas, em uma Organização Internacional de Comércio ou Organização do Comércio Multilateral. O argumento da CEE de que o GATT necessitará uma base legal para assegurar que os resultados da Rodada serão efetivamente aplicados. Além disso o GATT necessita um status de organismo internacional e um sistema de solução de controvérsias para impedir medidas unilaterais como as dos Estados Unidos, sob a Seção 301 de sua Lei do Comércio.

Os Blocos Regionais (14)

O crescimento em valor do comércio internacional da última década foi explicado, fundamentalmente, pelo crescimento das trocas entre países industrializados: a participação dos países industrializados no valor total das exportações mundiais aumentou de 64% para 71%, entre 1980 e 1988. No mesmo período, a proporção do

Para os PDEMs, a liberalização do comércio de serviços deveria permitir o livre movimento de serviços e consumidores assim como o direito de estabelecer uma presença comercial em outros países. Alguns PEDs querem assegurar-se de que o Acordo sobre Comércio de Serviços (GATS) permita o ingresso de trabalhadores em serviços "trabalho-intensivos", sendo eliminados os regulamentos de imigração que atuam como barreiras desnecessárias ao comércio destes serviços.

valor das exportações mundiais representada pelas transações entre os países industrializados (comércio Norte-Norte) aumentou de 45% para 55% (ou inversamente, a proporção do comércio mundial representada pelas trocas Norte-Sul diminuiu de 19% para 16%). Portanto, o crescimento do comércio mundial, nos últimos anos de 1980, foi consequência do incremento do comércio intra-grupos de países industrializados. Como um subgrupo, o comércio intra-europeu (todos os países europeus, incluindo o Leste Europeu e a União Soviética) aumentou de 71% para 74% do valor de suas exportações. As mesmas tendências são observadas para fluxos de capital.

O comércio intra-regional, em valor, tem crescido a taxas superiores à média de crescimento para o comércio mundial (Tabela VI). O comércio intra-asiático (15) foi o que mais cresceu: 14,5%, entre 1973 e 1988 e 10% no período 1980/88. O comércio nas outras grandes regiões do comércio mundial - a América do Norte desenvolvida (sem o México) e a Europa Ocidental - cresceu a taxas próximas da média durante todo o período, mas teve um crescimento acentuado durante os anos 80. Mesmo o comércio entre os países da Europa Oriental e a União Soviética teve um crescimento acima da média durante a última década (ver Tabela VII).

A exceção a esse padrão foi o comércio regional da África, Oriente Médio e da América Latina. O crescimento negativo do comércio regional da América Latina (de menos

TABELA VI

EVOLUÇÃO DOS INTERCÂMBIOS COMERCIAIS DAS PRINCIPAIS REGIÕES */
1973-1988
(Variação percentual média anual em valor)

	1973-88	1980-88
América do Norte 1/		
intra-regional	10,5	8,0
com Europa Ocidental	10,5	6,5
com Ásia 2/	14,5	11,5
com América Latina	11,0	2,5
com Europa Oriental e URSS	7,0	0,5
Europa Ocidental		
intra-regional	11,5	6,5
com América do Norte	10,5	6,5
com Ásia	14,0	11,0
com América Latina	7,5	0,0
com Europa Oriental e URSS	9,5	1,0
Ásia		
intra-regional	14,5	10,0
com América do Norte	14,5	11,5
com Europa Ocidental	14,0	11,0
com América Latina	10,5	3,5
com Europa Oriental e URSS	11,0	6,0
América Latina		
intra-regional	8,0	-4,0
com América do Norte	11,0	2,5
com Europa Ocidental	7,5	0,0
com Ásia	10,5	3,5
com Europa Oriental e URSS	12,5	4,0
Europa Oriental e URSS		
intra-regional	10,0	5,5
Oriente Médio		
intra-regional	10,0	-8,5
África		
intra-regional	6,0	0,0
Comércio Mundial	11,5	4,5

Fonte: GATT, El Comercio Internacional 88-89, vol II, tabela III.4, p.12.

*/ O Comércio da região A com a região B é definido como a soma das exportações de B para A.

1/ Canadá, Estados Unidos e outros territórios da América do Norte.

2/ Inclui países desenvolvidos como Austrália, Japão, e Nova Zelândia.

TABELA VII

PARTE DO COMÉRCIO MUNDIAL DE MERCADORIAS CORRESPONDENTE AOS INTERCÂMBIOS
COMERCIAIS DAS PRINCIPAIS REGIÕES */
1973-1988
(Porcentagens)

	1973	1980	1988
América do Norte 1/			
intra-regional	5,8	4,0	5,2
com Europa Ocidental	8,2	6,3	7,4
com Ásia 2/	7,0	6,5	10,8
com América Latina	3,8	4,1	3,5
com Europa Oriental e URSS	0,5	0,4	0,3
Europa Ocidental			
intra-regional	30,8	27,1	31,4
com Ásia	5,3	4,7	7,5
com América Latina	2,9	2,5	1,8
com Europa Oriental e URSS	4,0	4,0	3,1
Ásia			
intra-regional	6,2	6,5	9,8
com América Latina	0,9	0,9	0,9
com Europa Oriental e URSS	1,1	0,9	1,0
América Latina			
intra-regional	0,9	1,1	0,6
com Europa Oriental e URSS	0,5	0,6	0,6
Europa Oriental e URSS			
intra-regional	5,2	4,1	4,4
Oriente Médio			
intra-regional	0,2	0,6	0,2
África			
intra-regional	0,3	0,2	0,2
Intercâmbios comerciais, n.e.p.	16,6	26,1	11,5
TODO O MUNDO	100,0	100,0	100,0

Fonte: GATT, El Comercio Internacional 88-89, vol II, tabela III.4, p.12.

*/ O Comércio da região A com a região B é definido como a soma das exportações de B para A.

1/ Canadá, Estados Unidos e outros territórios da América do Norte.

2/ Inclui países desenvolvidos como Austrália, Japão, e Nova Zelândia.

NOTA: O total pode não somar 100 devido ao arredondamento dos valores intermediários.

4,0%) só foi superado pela taxa de crescimento negativo do comércio intra-regional do Oriente Médio - de menos 8,5%. O comércio intra-europeu é o mais expressivos,

tanto em termos do seu peso no comércio mundial, como em termos de sua importância para o comércio dos países da região: como já foi assinalado, 71% das exportações

européias, em 1988, foram destinadas aos países da região e o conjunto de trocas regionais representou 31% do comércio mundial naquele ano. O comércio intra-asiático, dadas as taxas elevadas de crescimento, aumentou sua participação no comércio mundial de mercadorias de 6,2%, em 1987, para quase 10%, em 1988. O comércio entre os Estados Unidos e o Canadá, medido pelas exportações, aumentou, em termos da sua importância, para o total do comércio dos dois países: em 1980, 28% das exportações dos dois países representaram trocas entre si, e esta proporção aumentou para 34%, em 1988. Em termos gerais, o comércio intra-regional das várias regiões representou quase 52% do comércio mundial, em 1988).

Deve ser levado em consideração que o pleno desenvolvimento das inovações tecnológicas dos últimos anos, ou a implementação do novo paradigma tecnológico tem provocado profundas transformações na estrutura produtiva dos países centrais com repercussões nos padrões de competitividade da economia internacional. É dentro desse contexto de reestruturação produtiva que deve ser analisada a formação de blocos econômicos e comerciais, dois quais os únicos formalizados são o Mercado Comum Europeu e o livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá.

O Bloco Norte-americano

Os Estados Unidos e o Canadá assinaram o Acordo de Livre Comércio, a 4 de outubro de 1987, o qual entrou em vigor a 1 de janeiro de 1989. O Acordo abrange tanto barreiras tarifárias como não-tarifárias que afetam fluxos de bens, serviços, capital e tecnologia entre os dois países. O Congresso mexicano aprovou, em julho de 1990, a abertura de negociações para um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos. O Congresso dos Estados Unidos deverá, também, discutir a proposta, quando apresentada pelo Presidente Bush. Um comunicado recente dos representantes do comércio exterior dos dois países definia a data de setembro de 1992 para o final das negociações do Acordo e o início de sua implementação.

Não existem dados disponíveis, desagregados para 1989, que possibilitem a identificação do impacto do Acordo sobre o comércio Estados Unidos-Canadá. Tampouco se dispõe, no momento, de informações sobre o comércio mexicano. O comércio entre os Estados Unidos e o Canadá cresceu a 8% a.a., no período 1980/88, quando a média para o comércio total foi de 4,5%. Este segmento de comércio representou, em 1988, 5,2% do comércio mundial, aumentando, em relação ao ano de 1980 (4,0%), mas inferior à fração correspondente em 1973 (5,8%). O comércio regional absorveu cerca de 34% das exportações totais dos dois países, em 1988, aproximadamente a mesma proporção que em 1973.

O Bloco Asiático

A análise das relações de complementaridade e competição entre a economia japonesa, a economia dos "tigres asiáticos" ou países de industrialização recente (PIR) (16) e a dos países de economia primário-exportadora, membros da ANSEA (17) permite identificar a consolidação de um "sistema geo-econômico tripartite", tendo como componentes: 1. o Japão, como força propulsória; 2. em um extremo, os países-membros da ANSEA (com exceção de Cingapura); e 3. no outro extremo, os PIR.

O comércio intra-asiático (18) foi o segmento da matriz de comércio internacional que mais cresceu no período de 1973 a 1988: 14,5% a.a. em relação à média do comércio em geral de 11,5%; entre 1980 e 1988, o comércio regional cresceu a 10,0% a.a., contra 4,5% para a média global. Em termos de sua magnitude global, este comércio regional representou 6,2% do comércio total, em 1973, 6,5%, em 1980, e 9,8%, em 1988.

Os países em desenvolvimento (PEDs) da Ásia, como um todo, têm absorvido uma proporção constante das exportações japonesas ao longo do período (aproximadamente 25%). O comércio entre os PEDs asiáticos também tem significado uma fração constante de 21% das exportações da região.

O Mercado Único Europeu (Europa/92)

A importância da comunidade econômica européia (CEE) no comércio mundial pode ser vista nestes números: em 1988, foi responsável por 37% das exportações mundiais e 36,5% das importações, totalizando mais de 1 trilhão de dólares. Somente quatro países (República Federal da Alemanha, 11,2%, França, 5,8%, Reino Unido, 5,0% e Itália, 4,5%) representaram 26,5% do total das exportações mundiais.

A grande preocupação dos países que não pertencem à CEE com os passos que estão sendo tomados para a implementação de um mercado comum, sem fronteiras, a partir de 1993, é com os seus efeitos para as relações econômicas internacionais. Como já demonstraram vários autores, a expansão da renda dos países da CEE poderá beneficiar a economia internacional e o comércio, permitindo a "criação" de fluxos de comércio. No entanto, a curto prazo, dada a preocupação européia com o controle inflacionário, é difícil imaginar que as taxas futuras de crescimento dos países comunitários ultrapassem as taxas recentes (inferiores a 4%).

A taxa de crescimento do comércio europeu, como um todo, no período de 1973 a 1988, foi igual à taxa média de crescimento para o comércio mundial. Durante o período 1980/88, a taxa foi de 6,5% superior, portanto, aos 4,5% da média global. Este importante segmento do comércio mundial representou mais de 31% do total de comércio, fração semelhante à observada em 1973, antes da elevação dos preços do petróleo (Tabelas VI e VII).

A proporção que a CEE representa para o comércio europeu aumentou, no período 1980/88 (de 55% para 59%). Cerca de 82% das trocas intra-europeias são representadas pelas transações intra-comunitárias.

Acordos entre Países e Integração Latino-Americana

A abertura de negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre os Estados Unidos e o México e o seu

cronograma foram aprovados pelo Senado Mexicano, em junho deste ano. O governo dos Estados Unidos deverá, também, encaminhar um pedido formal de aprovação, ao Congresso, para as negociações. Estas deveriam ter início nos primeiros meses de 1991 e têm previsão de término para setembro de 1992. Tal como se deu com o Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-Canadá, o acordo bilateral deve eliminar não apenas barreiras comerciais para o comércio de bens, como os obstáculos aos investimentos estrangeiros e a proteção aos direitos da propriedade intelectual, temas que são objetos de negociações na Rodada Uruguai. Os Estados Unidos representam 60% de todo o estoque de investimento externo no México. E o México representa 60% das importações dos Estados Unidos provenientes da América Latina e 51,5% das exportações americanas para a região.

No dia 27 de junho passado, o Presidente Bush lançou um conjunto de propostas econômicas para a América Latina, sob o título de "Iniciativa para as Américas" (Enterprise for the Americas). Esta "iniciativa" é composta de quatro partes: meio ambiente, dívida, comércio e investimento, embora os "pilares" sejam as três últimas. A proposta de meio ambiente está articulada com a da dívida, uma vez que a reestruturação da dívida concessional poderia ser destinada para financiamentos a projetos ambientais para países selecionados; são também contempladas conversões da dívida para uso em preservação do meio ambiente.

O capítulo do comércio acena com a possibilidade do estabelecimento de Acordos de Livre Comércio (ALC) com grupos sub-regionais (Grupo Andino, Caricom) e com outros grupos de países que tenham se associado com fins de liberalização. Estes acordos seriam nos moldes dos ALCs Estados Unidos-Canadá e o que se elaborará entre os Estados Unidos e o México, sendo este último parte da proposta global. A curto prazo, os Estados Unidos pedem uma cooperação mais estreita entre os países da região e os Estados Unidos para um final bem sucedido da Rodada Uruguai e a promoção do livre comércio através de acordos bilaterais, como os que já existem entre os Estados Unidos e o México e a Bolívia.

O capítulo de investimentos propõe a criação de um fundo de investimento para as Américas, que seriam administrado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e que poderia fornecer até 300 milhões de dólares por ano para reformas com objetivos de estabelecer programas de privatização e aperfeiçoar o mercado como instrumento de alocação de recursos, removendo barreiras ao investimento. Os Estados Unidos deverão contribuir com 100 milhões de dólares para o fundo, a Europa e o Japão contribuindo com os 200 milhões de dólares restantes.

O capítulo da dívida introduz o BID para atuar junto com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial para a redução da dívida dos bancos comerciais, de acordo com o Plano Brady. O governo americano deverá propor legislação para permitir levar a cabo a redução de obrigações concessionais da Agência para o Desenvolvimento Internacional, créditos do Eximbank e da Corporação de Crédito de Produtos Básicos e outras agências oficiais. A redução do débito bilateral oficial (cerca de 12 bilhões de dólares para toda a região) poderia alcançar mais de 50% para alguns países (de menor desenvolvimento relativo).

4. OS MERCADOS FINANCEIROS E CAMBIAIS

4.1. Tendências de Curto Prazo

A análise das perspectivas das tendências nos Estados Unidos, Japão e CEE permite algumas generalizações sobre o comportamento agregado das economias centrais e sobre as perspectivas do ajuste das contas-correntes e de taxas de câmbio entre as principais moedas nos próximos doze a dezoito meses.

Os diferenciais de juros entre ativos denominados em dólar e em outras moedas-chave continuarão a ser o elemento central na determinação das paridades cambiais no horizonte da presente discussão. Portanto, para especular sobre o curso futuro do dólar, vis-à-vis o marco alemão ou o iene, é fundamental projetar o futuro provável das

taxas de juros nos Estados Unidos, por um lado, e na Alemanha e no Japão, por outro.

As recentes informações sobre o comportamento da Economia norte-americana, com a inflação acelerando (7,1% no primeiro trimestre de 1990), redução da taxa de crescimento, e a nova perda de controle do déficit das finanças federais, reconhecida pelo governo em julho, levarão, inevitavelmente, à manutenção ou até mesmo ao reforço das medidas de restrição econômica, com aumento das taxas de juros.

O enfraquecimento recente do iene, entre meados de 1989 e início de 1990, não refletiu diferenciais de taxas de juros, mas amplas variações no chamado core balance: a soma dos saldos em conta-corrente, os investimentos diretos no exterior e os fluxos oficiais de capital, cujos componentes são menos sensíveis aos movimentos das taxas de juros. Como o período de grande deterioração do core balance japonês parece ter-se encerrado, os próximos meses devem registrar a volta da influência dos diferenciais de juros sobre o valor do iene.

A Alemanha, como já foi mencionado anteriormente, enfrenta uma taxa de inflação ascendente, que a levará a manter a política monetária restritiva adotada desde 1988, em que a sustentação de altas taxas de juros é instrumento fundamental.

Embora sejam esperadas altas das taxas de juros tanto nos Estados Unidos quanto no Japão e na Alemanha, é provável que, devido a injunções comerciais e políticas, o diferencial das taxas de juros entre o dólar e as duas outras moedas diminua, de modo a provocar novas pressões para a depreciação do dólar e mesmo levar a pressões para o realinhamento das paridades no sistema monetário europeu. A tendência para a valorização em relação ao dólar deverá ser sentida primeiro pelo iene, refletindo a elevação mais rápida dos juros no Japão, já iniciada após a reunião do G-7 em abril. O timing da apreciação do marco alemão deve refletir o esperado aperto da política monetária quando aparecerem os problemas de aquecimento da demanda com a unificação. Previsões razoáveis são de um ajuste até

135 ienes e 1,5 marco por dólar até fins de 1991.

4.2. Perspectivas de Longo Prazo

Em um horizonte de mais longo prazo, a questão relevante para o comportamento dos mercados internacionais de ativos é a da evolução dos desequilíbrios em conta-corrente nos países do G-3. Neste sentido, deve-se notar que os últimos meses presenciaram um notável progresso.

Como foi mencionado, a tendência explosiva do desequilíbrio em conta-corrente norte-americano já havia sido revertida significativamente, entre 1985 e 1988, pela queda da taxa de câmbio real efetiva do dólar. Entretanto, a experiência desde 1987-88 demonstrou que, com a economia norte-americana perto da plena capacidade, era difícil prosseguir com o ajuste da taxa de câmbio real. Desvalorizações nominais adicionais tendem a gerar inflação e provocar pressões para elevação das taxas de juros que afetam a demanda por ativos em dólar e revertem a tendência à queda da taxa de câmbio. Em uma situação como esta, a depreciação real do dólar só pode ser viabilizada se a desvalorização nominal for acompanhada pela queda de pressão da demanda doméstica. Isto foi conseguido pelo aperto da política monetária desde 1988, e o déficit em conta-corrente norte-americano, que ainda era de cerca de 125 bilhões de dólares em 1988, caiu a 106 bilhões em 1989 e deve voltar à faixa dos dois dígitos em 1990. Se, finalmente, o governo norte-americano agir com firmeza no sentido de reduzir o déficit público, se houver uma recuperação das economias latino-americanas e prosseguir a reforma de "impedimentos estruturais" ao comércio no Japão, este processo de ajuste pode ser consideravelmente acelerado.

Presenciou-se, também, uma surpreendentemente rápida reversão do crescimento do superávit corrente japonês, em grande parte como resultado da substancial onda de seus investimentos diretos no exterior. O investimento feito nos países da bacia do Pacífico, em busca de mão-de-obra barata e áreas monetárias atreladas ao dólar, é vol-

tado principalmente para criar exportações para o mercado japonês e contribuir para reduzir os superávits bilaterais do Japão com esses países, enquanto que o investimento feito nos Estados Unidos e Europa, em reação preventiva contra possíveis pressões protecionistas, substitui exportações japonesas e também contribuir para redução dos superávits bilaterais com os países da OCDE. A manutenção quase certa dessas tendências deve contribuir para manter a tendência de redução do superávit em conta-corrente japonês, iniciada em 1988.

Por outro lado, a realizarem-se as previsões de maior crescimento alemão, seu superávit comercial - gerado por um saldo quase todo derivado do intercâmbio com parceiros europeus - poderá cair do patamar de cerca de 50 a 55 bilhões de dólares em que se estabilizou desde 1988. Projeções do comportamento do superávit alemão são incertas. Com efeito, está cada vez mais claro que este desequilíbrio resulta, basicamente, de diferenças entre o ritmo de crescimento da Alemanha e dos outros países-membros e, em especial, em período mais recente, da maior competitividade alemã na produção de bens de capital, que foi parte importante das importações européias nos últimos dois a três anos. A consequência principal deste desequilíbrio comercial intra-europeu é que o problema da redução do superávit alemão deve ser buscado não no realinhamento da ECU (European Currency Unit) em relação ao dólar, mas no realinhamento das paridades dentro do sistema monetário europeu, ou na redução do crescimento das demais economias em relação à Alemanha. Como mudanças radicais das paridades são difíceis de serem implementadas e os franceses são tradicionalmente relutantes em desvalorizar o franco, parece difícil conseguir-se o ajuste por esta via. Por outro lado, dada a notória resistência alemã em adotar políticas expansionistas de gerências de demanda, até há pouco tempo era difícil vislumbrar como a correção do enorme superávit alemão poderia se efetuar sem políticas restritivas nos países deficitários da Europa, induzidas por problemas de pagamentos ou pela inflação. Entretanto, a recente perspectiva de maior crescimento

alemão induzido pelos efeitos econômicos do processo de unificação poderá dar importante contribuição ao ajuste europeu a longo prazo.

Portanto, em que pesem as incertezas sobre a cena internacional, pode-se dizer que,

pela primeira vez em muitos anos, parecem mais prováveis as perspectivas de uma aterrissagem suave do dólar em níveis compatíveis com a estabilidade macroeconômica global.

NOTAS

- (1) 1985 = 100. FMI, Estadísticas Financieras Internacionales, julho de 1990, página S83.
- (2) A Queda do PIB regional de 0,7% pela CEPAL, 1990, supõe uma queda de 4% no produto do Brasil.
- (3) A depreciação do iene, ao contrário do esperado, tem apresentado um efeito negativo sobre o saldo em conta-corrente do Japão, uma vez que a queda do valor em dólares não é compensada por aumento de volume.
- (4) O FMI espera que a taxa diminua para 5,8% em 1991; a OCDE espera um ligeiro aumento, para 6,9%.
- (5) Dados do FMI estimaram em 9,1% o crescimento do volume do comércio em 1988, em 7,2% em 1989.
- (6) 3.003,4 milhões de dólares, segundo o FMI (Directions of Trade Statistics, Abril de 1990.)
- (7) Ver o Boletim de Conjuntura Internacional, nº 1, março de 1990, p.11.
- (8) O saldo positivo do Brasil reduziu-se de 386,1 milhões de dólares em maio, para 272,8 milhões de dólares em junho.
- (9) Por exemplo, um produto para o qual tivesse havido redução tarifária poderia estar coberto por quota.
- (10) Consolidação (Binding) - compromisso resultante da negociação. A tarifa consolidada não pode ser elevada acima do valor negociado (MRE/GETEC, 1990, Boletim de Negociações Comerciais Multilaterais, nº 2, maio, p.33).
- (11) Organização Mundial da Propriedade Intelectual.
- (12) NMF - Tratamento de Nação-mais-favorecida - compromisso de um país de conceder a um outro país tratamento igual ao melhor tratamento oferecido a qualquer país em termos de acesso a seu mercado. Pode ser incondicional ou condicional. MRE/GETEC, 1990 - Boletim de Negociações Comerciais Multilaterais, nº 2, maio, p.34.
- (13) Telecomunicações, serviços financeiros, transportes marítimos e aviação civil.
- (14) Esta seção tomou como base o estudo "Notas para Uma Estratégia de Diversificação de Parceiros Comerciais e de Mudanças na Inserção Internacional do Brasil", de Vivianne Ventura Dias, CEPAL, mimeo, agosto, 1990.

- (15) Considerando todos os países da região, inclusive Austrália, Japão, Nova Zelândia e China.
- (16) Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong.
- (17) Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA): Cingapura, Filipinas, Malásia, Indonésia, Tailândia e Brunei.
- (18) Incluindo todos os países da região, como o Japão, Austrália, Nova Zelândia e China

APÊNDICE

REFLEXOS DA CRISE DO GOLFO PÉRSICO

NA ECONOMIA MUNDIAL

a) Cenários Alternativos (*)

As projeções citadas anteriormente foram elaboradas antes da crise do Golfo Pérsico, iniciada com a invasão do Kuwait pelo Iraque, cujas conseqüências, principalmente seu impacto sobre os preços do petróleo, poderão alterar substancialmente o panorama da economia internacional. No momento, as incertezas sobre o desenrolar da crise são grandes, não havendo sentido em se projetar uma trajetória para as variáveis econômicas mais atingidas por ela. Diante disso, resta a possibilidade de considerar cenários alternativos de desenvolvimento da crise e suas conseqüências sobre a variável que, provavelmente, mais afetará a economia mundial - o preço do petróleo.

Antes de considerar essas alternativas, é importante analisar a situação do mercado de petróleo.

Os choques do petróleo da década de setenta e a manutenção de seu preço acima de 30 dólares no período 80/85 foram poderosos estímulos, tanto para exploração e produção do petróleo em todo o mundo, como para a racionalização de seu uso e a sua substituição por outros energéticos. Os resultados foram impressionantes. Do lado do consumo, houve uma queda de 65,7 milhões de barris/dia, em 1979, para 64,1 milhões, em 1989, apesar do vigoroso crescimento das economias industrializadas na década. Por outro lado, a crescente entrada de novos produtores obrigou a OPEP a restringir a sua própria produção, de forma a sustentar os preços em torno de 30 dólares o barril. Dessa forma, a produção da OPEP foi diminuindo, ano a ano, passando de 31,5

milhões de barris/dia, em 1979, para 17,3 milhões, em 1985. O cartel resistiu até esse ano (1985). Depois disso, foi impossível manter a produção de cada país nos limites de sua cota e os preços caíram dramaticamente, no primeiro semestre de 1986, passando de 26 dólares para menos de 10 dólares. Depois disso, os preços sofreram uma recuperação e passaram a oscilar em torno de 16 dólares. Mesmo a manutenção dos preços a esses níveis foi feita através de cotas aos países-membros. Atualmente, a OPEP produz 23,6 milhões de barris/dia, ainda muito aquém da produção de 1979 (oito milhões de barris/dia a menos), apesar das reservas terem crescido significativamente nos últimos anos. Atualmente, a OPEP produz apenas 37% da produção mundial de petróleo, apesar de contar com quase 75% das reservas provadas e apresentar os mais baixos custos de produção. Esta distorção do mercado foi a resposta do resto do mundo à cartelização promovida pela OPEP, e deixou claro que a manutenção de preços excessivamente elevados contraria os interesses de longo prazo da organização. Antes da crise, o mercado apresentava, claramente, excesso de capacidade de produção, e os preços eram sustentados, com grande dificuldade, através de fixação de cotas entre os países-membros da OPEP. Em um mercado em tal situação, deve-se esperar um aumento rápido e grande da produção em resposta a aumentos de preços. Estas especificidades do mercado do petróleo devem ser consideradas em todas as alternativas de evolução da crise do Golfo Pérsico.

Simplificando bastante, pode-se aventar dois cenários para a evolução do conflito:

- i) um cenário moderado, onde o bloqueio ao Iraque dure mais algum tempo, termine ainda este ano, através de negociação, com a produção voltando ao normal em seguida;
- ii) um cenário catastrófico, onde uma guerra de duração rápida leve à destruição de uma capacidade de produção de 10 milhões de barris/dia.

No **cenário moderado**, até que a crise se resolvesse, a produção do Iraque e do Kuwait seria coberta com o aumento da produção mundial, incluindo a OPEP.

* Cenários desenhados pela equipe técnica da Coordenadoria de Análise de Conjuntura Internacional do DEAIN, com informações disponíveis até 15/09/90.

Diante das incertezas, que perdurarão mesmo após a crise resolvida, os preços se manteriam em torno de 25 dólares até meados de 1991, caindo para 21 dólares até o final daquele ano. Em tal situação, os estoques estratégicos de petróleo dos países industrializados, avaliados em 1,5 bilhão de barris (a produção do Iraque e do Kuwait em um ano) continuariam como reserva. Numa crise moderada, a tendência mais provável é de que estes estoques aumentem por razões de segurança, pressionando, ainda mais, o mercado no curto prazo.

Neste cenário, o aumento dos preços do petróleo teria reflexos perversos sobre a economia mundial, ainda que moderados. Em consequência, teriam que ser desenvolvidos esforços adicionais por parte dos países industrializados para se ajustarem à nova situação. Políticas fiscais e monetárias restritivas seriam adotadas para conter as pressões inflacionárias, o que provocaria aumento das taxas de juros e diminuição das taxas de crescimento do produto. A deterioração nos termos de troca aprofundaria o déficit externo dos Estados Unidos, o que reforçaria a necessidade de contenção da demanda e levaria a uma diminuição dos crônicos superávits externos da Alemanha e do Japão. O crescimento dos países industrializados seria arrefecido pela crise, embora mantivesse taxas positivas.

Para os países em desenvolvimento não produtores de petróleo, o aumento dos preços do petróleo seria um constrangimento a mais para a retomada do crescimento, interrompido desde o choque de 1979. A transferência de renda para o exterior, que este aumento ocasiona, criaria pressões inflacionárias e dificuldades para equilibrar o balanço de pagamentos, o que demandaria políticas de contenção da demanda e desvalorizações cambiais, levando a uma queda no ritmo de crescimento. O desaquecimento da economia mundial tornaria mais difícil as exportações, piorando, ainda mais, as relações de troca. Os países endividados teriam um aumento do serviço da dívida, devido à alta das taxas de juros dos países industrializados. O aumento dos preços aos níveis vigentes antes de 1986, embora não tornasse a situação dos países em desenvolvimento muito pior do que naquela

época, impediria que a maioria desses países saíssem da letargia da década de oitenta.

No **cenário catastrófico**, a guerra levaria à destruição da capacidade de produção de 10 milhões de barris diários. Supõe-se, nesta hipótese, que o preço do petróleo atinja um nível médio de 65 dólares no período compreendido pelo último trimestre de 1990 e todo o ano de 1991, passando a apresentar uma tendência decrescente durante 1992, até atingir 25 dólares ao final daquele ano, e estabilizar-se neste valor.

As consequências desse cenário para a economia mundial serão muito negativas. As pressões inflacionárias serão acentuadas nos países industrializados, que se verão compelidos a adotar políticas monetárias e fiscais extremamente restritivas, deflagrando um processo recessivo agudo. Os Estados Unidos, particularmente, serão bastante afetados, seja pelo aumento de seu déficit comercial, seja pelo aumento do déficit do setor público, decorrente do aumento das taxas de juros (que podem atingir até 18%), que incidem sobre a elevada dívida do governo. A reação dos Estados Unidos a esta situação deverá traduzir-se em maiores restrições às importações e à demanda interna, incluindo gastos governamentais.

Neste contexto, os reflexos da crise sobre os países em desenvolvimento não produtores de petróleo seriam extremamente penosos, uma vez que, com dificuldades em financiar o déficit externo e enfrentando um novo foco de pressões inflacionárias, a maioria desses países teria que proceder a um drástico ajustamento doméstico. Em relação aos endividados, a situação seria ainda pior, uma vez que o aumento das taxas de juros internacionais e o arrefecimento do comércio mundial tornariam extremamente difícil o atendimento do serviço de suas dívidas.

b) Revisão das Projeções

A crise do Golfo Pérsico, sem solução até este momento, tem forçado os centros e institutos de pesquisas e estudos de economia internacional a reverem suas pro-

jeções para o biênio 1990/91. Estas revisões, em absoluto, anulam a análise desenvolvida em nosso texto da conjuntura internacional. Exceto na hipótese de um desfecho catastrófico para a crise Iraque/Kuwait - caso em que projeções careçam de sentido - outras soluções para aquele conflito não alteram, de forma significativa, o quadro descrito em nossa análise anterior. Isto não significa desconhecer os efeitos negativos sobre a economia mundial, decorrentes da crise, qualquer que seja sua solução.

Isto posto, vale considerar, por exemplo, a revisão feita, em meados de setembro, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de suas projeções, divulgadas em maio deste ano, em seu "World Economic Outlook". As hipóteses que subsidiam estas novas projeções são: (i) o conflito do Golfo Pérsico deverá estar resolvido até o final do 1º trimestre/91, com a oferta mundial de petróleo se elevando, em decorrência da reação positiva dos demais países produtores aos preços mais elevados; (ii) relacionado à hipótese (i), estimativa de preços de petróleo estáveis em torno de 26 dólares neste ano e de 21 dólares o barril, a partir de 1991.

Com estas hipóteses, as novas projeções do FMI indicam um arrefecimento do ritmo de crescimento real do produto mundial, que deverá ficar em 2%, em 1990, e 2,4%, em 1991 (menos 0,3% e 0,7%, respectivamente, em relação às projeções anteriores). Naqueles dois anos, os países industrializados cresceriam 2,6% e 2,4%, enquanto os países em desenvolvimento deverão crescer na faixa de 2,2%, em 1990, e de 4,2%, em 1991, crescimento este explicado principalmente pelo desempenho dos países produtores de petróleo.

A inflação, nos países desenvolvidos, deverá situar-se, em 1990, 0,5% acima da taxa registrada em 1989, mas declinando já em 1991, para os mesmos níveis daquele ano. Para os países em desenvolvimento, as taxas de inflação deverão se manter elevadas no corrente ano (104,8% anual, na média dos países), prevendo-se, no entanto, uma redução drástica desta média, em 1991, para o patamar de apenas 16,1% desde que

os planos de estabilização postos em prática na maioria dos países apresentem o sucesso esperado.

Dentre outros aspectos realçados na análise do FMI, vale destacar, ainda, que, agora, mais do que antes, o déficit fiscal norte-americano, estimado em 163 bilhões de dólares para este ano, continua sendo a maior fonte de preocupação. Difícilmente se pode esperar que o equilíbrio orçamentário seja alcançado até 1993, conforme previsto anteriormente.

No tocante à dívida externa dos países em desenvolvimento, o prognóstico do FMI é de que sofrerá um aumento de 90%, entre 1990 e 91, atingindo o montante de US\$ 1,354 trilhão ao final de 1991. Este aumento fica por conta do crescimento da dívida junto aos credores oficiais, uma vez que a dívida com os bancos privados deverá cair em mais de 1%.

Outros números das novas projeções do Fundo Monetário Internacional estão sumarizados na Tabela A.

TABELA A

ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS MUNDIAIS
(Variações anuais em %, exceto quando indicado)

	PROJEÇÕES ATUAIS				DIFERENÇAS EM RELAÇÃO ÀS PROJEÇÕES DE MAIO DE 1990	
	1988	1989	1990	1991	1990	1991
PRODUÇÃO MUNDIAL	4,1	3,0	2,0	2,4	0,3	0,7
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	4,4	3,4	2,6	2,4	0,5	0,5
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	4,2	3,0	2,2	4,2	1,0	0,3
ÁFRICA	2,5	3,2	2,7	3,2	0,1	0,1
ÁSIA	9,0	5,0	5,0	5,4	0,4	0,3
EUROPA	1,2	1,4	3,1	2,1	3,2	0,9
ORIENTE MÉDIO	3,8	3,7	2,6	3,7	0,6	0,3
HEMISFÉRIO OCIDENTAL	0,5	1,6	0,4	3,6	1,8	0,6
MEMORANDO						
EUROPA ORIENTAL 1/ E UNIÃO SOVIÉTICA	1,5	2,8	0,1	1,2	2,2	
EUROPA ORIENTAL	1,7	0,2	5,3	0,4	4,6	2,7
ECONOMIAS RECÉM-INDUSTRIALIZADAS 2/	9,5	5,5	6,3	6,2	0,5	0,6
COMÉRCIO MUNDIAL						
VOLUME	9,1	7,3	5,4	5,3	1,2	0,5
PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES						
PRIMÁRIOS NÃO-COMBUSTÍVEIS (EM US\$)	23,5	0,3	8,1	0,4	2,0	2,5
PREÇOS DO PETRÓLEO (US\$ EM US\$) 3/ 4/	20,5	21,4	19,9	10,5	17,2	6,9
INFLAÇÃO 5/						
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	3,3	4,4	4,8	4,3	0,6	0,6
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	70,6	104,6	104,8	16,1	33,8	1,8
LIBOR DE SEIS MESES (EM %) 6/	8,1	9,3	8,4	8,0	0,2	0,3

Obs.: As projeções presumem taxas cambiais efetivas, reais e constantes, a partir do nível médio prevalente em agosto de 1990. Esta suposição implica uma depreciação efetiva real do dólar de cerca de 7,75% em relação à suposição utilizada na análise de maio/1990.

NOTAS:

- 1/ A Europa Oriental como está definida inclui a Bulgária, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polônia, Romênia e Iugoslávia. Os três primeiros países e a União Soviética não são, atualmente, membros do FMI e compõem o grupo de "outros países" no Apendice Estatístico.
- 2/ As economias recém-industrializadas asiáticas compreendem Hong Kong, Coreia, Cingapura e Taiwan.
- 3/ Suposições para 1990 e 1991.
- 4/ Média não ponderada dos preços a vista do petróleo Brent britânico, Dubai e North Slope.
- 5/ Preços de consumidor, média ponderada.
- 6/ Taxa de juros, em dólar.

(-) As opiniões emitidas nos artigos incluídos no presente Boletim são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, de forma alguma, posições oficiais do Governo Brasileiro.

Arno Meyer (*)

Paulo Nogueira Batista Jr. (**)

O elemento central da primeira fase do programa econômico do novo governo brasileiro foi, como se sabe, um choque monetário baseado na reestruturação unilateral da dívida pública interna e de maior parte dos demais ativos financeiros domésticos. Este choque monetário foi acompanhado no seguio de medidas de aumento da receita tributária, de redução do gasto público e de liberalização do comércio exterior.

A rapidez com que foram adotadas as decisões no campo interno contrasta com a aparente falta de definição no que se refere à política externa. No entanto, a estabilização da economia e a retomada do desenvolvimento dependem não apenas de um rigoroso programa de ajustamento interno, mas também da solução do problema da dívida externa, problema este que, ao longo do tempo, tornou-se o principal entrave à recuperação econômica brasileira.

Parte II

ARTIGOS ESPECIAIS (*)

A experiência histórica indica que a solução de pendências financeiras externas foi um ingrediente fundamental dos programas bem-sucedidos de combate à hiperinflação (1). Isto porque a consolidação da estabilidade monetária depende da estabilidade cambial e do equilíbrio financeiro do setor público. O equilíbrio das contas externas e das contas públicas depende, por sua vez, do equacionamento das obrigações internacionais.

A Restrição Cambial

No caso brasileiro, as obrigações externas representam uma restrição de importância crucial. A dívida externa total alcança US\$ 114,7 bilhões no final de 1989, o equivalente a 3,3 vezes o valor das exportações de mercadorias (2). Em 1989, o total de pagamentos devidos atingiu US\$ 14,5 bilhões, incluindo US\$ 9,8 bilhões de despesas líquidas de juros e US\$ 4,7 bilhões de amortizações de principal (Tabela I). Isto significa que os compromissos relativos à dívida externa corresponderam a 42% do valor das exportações de bens

(*) As opiniões emitidas nos artigos incluídos no presente Boletim são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, de forma alguma, posições oficiais do Governo Brasileiro.

DÍVIDA EXTERNA, ESTABILIZAÇÃO E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Arno Meyer(*)

Paulo Nogueira Batista Jr.(**)

O elemento central da primeira fase do programa econômico do novo governo brasileiro foi, como se sabe, um choque monetário baseado na reestruturação unilateral da dívida pública interna e de maior parte dos demais ativos financeiros domésticos. Este choque monetário foi acompanhado ou seguido de medidas de aumento da receita tributária, de redução do gasto público e de liberalização do comércio exterior.

A rapidez com que foram adotadas as decisões no campo interno contrasta com a aparente falta de definição no que concerne à dívida externa. No entanto, a estabilização da economia e a retomada do desenvolvimento dependem não apenas de um rigoroso programa de ajustamento interno, mas também da solução do problema da dívida externa, problema este que, ao longo dos anos 80, contribuiu decisivamente para provocar o que talvez tenha sido o mais prolongado período de instabilidade e estagnação na história da economia brasileira.

A experiência histórica indica que a solução de pendências financeiras externas foi um ingrediente fundamental dos programas bem-sucedidos de combate à hiperinflação (1). Isto porque a consolidação da estabilidade monetária depende da estabilidade cambial e do equilíbrio financeiro do setor público. O equilíbrio das contas externas e das contas públicas depende, por sua vez, do equacionamento das obrigações internacionais.

A Restrição Cambial

No caso brasileiro, as obrigações externas representam uma restrição de importância crucial. A dívida externa total alcançou US\$ 114,7 bilhões no final de 1989, o equivalente a 3,3 vezes o valor das exportações de mercadorias (2). Em 1989, o total de pagamentos devidos atingiu US\$ 14,5 bilhões, incluindo US\$ 9,8 bilhões de despesas líquidas de juros e US\$ 4,7 bilhões de amortizações de principal (Tabela I). Isto significa que os compromissos relativos à dívida externa corresponderam a 42% do valor das exportações de bens.

* Economistas do Centro de Análise de Políticas Macroeconômicas do Instituto de Economia da Setor Público / FUNDAP. Texto baseado em informações disponíveis até julho de 1990.

Ressalte-se que uma parcela pouco expressiva do serviço da dívida tem sido refinanciada de forma voluntária pelos credores externos. Em 1989, os empréstimos em moeda e a capitalização parcial de juros negociada no âmbito do Clube de Paris totalizaram US\$ 2,0 bilhões, o equivalente a menos da metade das amortizações não-reescaladas e a apenas 14% dos pagamentos devidos naquele ano. Não fosse a acumulação de atrasados, a transferência líquida de recursos ao exterior associada à dívida externa alcançaria US\$ 12,5 bilhões (Tabela I), isto é, 36,3% das exportações.

De que forma esta carga de pagamentos afeta a política de estabilização? Em primeiro lugar, ela dificulta a acumulação das reservas internacionais necessárias para conferir estabilidade ao valor externo da moeda nacional. Em economias marcadas por forte instabilidade de preços e ameaçadas por hiperinflação, a taxa de câmbio constitui, como se sabe, uma variável crucial na determinação dos demais preços e das expectativas inflacionárias.

TABELA I

Transferência Líquida Associada à Dívida Externa Brasileira, 1989.

Discriminação	US\$ bilhões
1. Pagamentos de principal (*)	4,7
2. Pagamentos de juros (líq.)	9,8
3. Total de pagamentos devidos (1+2)	14,5
4. Empréstimos em moeda (**)	2,0
5. Transferência líquida (3-4)	12,5
6. Atrasados referentes à dívida externa (***)	4,0
7. Transferência líquida efetivamente realizada (5-6)	8,5

(*) Inclui pagamentos a agências governamentais, entidades multilaterais, fornecedores e outros. Exclui pagamentos a bancos brasileiros no exterior e pagamentos em cruzados novos aos bancos estrangeiros.

(**) Inclui empréstimos de entidades multilaterais e de bancos comerciais, capitalização de juros negociada no âmbito do Clube de Paris e empréstimos intercompanhias. Exclui variações nas linhas de curto prazo e financiamento de importações.

(***) Inclui atrasados com os bancos comerciais, o Clube de Paris e outros credores.

Fonte dos dados primários: Banco Central do Brasil, Brasil: Programa Econômico, Vol. 24, mar./1990.

Na ausência de uma redução dos pagamentos externos, a sustentação do nível de reservas tende a ser alcançada por meio de recorrentes desvalorizações reais do câmbio, o que pode levar à ruptura da estabilidade monetária interna.

A margem de manobra da política de estabilização depende também da possibilidade de suplementar a oferta doméstica de bens com produtos importados. Dados o poder de

compra das exportações e o nível desejado de reservas internacionais, a capacidade de importar varia inversamente com a transferência líquida de recursos financeiros ao exterior. Na década de 80, o aumento das transferências líquidas de recursos ao exterior, decorrente da crise da dívida externa, diminuiu a exposição da economia brasileira à concorrência externa, o que favoreceu a ação de oligopólios que controlam grande parte da indústria do país. O predomínio de oligopólios fortemente protegidos da competição de fornecedores externos mantém as margens de lucro em nível anormalmente elevado e contribui para tornar a inflação rígida para baixo.

Note-se que, nos últimos anos, a situação de balanço de pagamentos agravou-se de forma sensível. Além dos pesados encargos associados à dívida externa, o Brasil vem realizando transferências líquidas crescentes relacionadas a outros itens de suas contas externas. As despesas líquidas registradas no balanço de pagamentos, exclusive balança comercial, variação de reservas e contas relacionadas a capital de empréstimo, triplicaram entre 1986 e 1989, passando de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 8,4 bilhões (Tabela II), em parte como consequência da instabilidade gerada pelo problema da dívida externa.

TABELA II

Evolução de Contas Seleccionadas do Balanço de Pagamentos do Brasil, 1986 - 1989.

Discriminação	US\$ bilhões			
	1986	1987	1988	1989
1. Serviços, exclusive juros	-3,9	-3,3	-4,6	-5,2
2. Transferências unilaterais	0,1	0,1	0,1	0,2
3. Investimentos diretos (liq.)(*)	-0,3	0,5	2,3	0,1
4. Financiamentos brasileiros	0,5	-0,3	-0,1	-0,1
5. Capitais de curto prazo (**)	0,5	-0,3	-1,2	-2,5
6. Outros capitais (***)	-0,2	-0,3	-2,1	-0,9
7. Erros e omissões	0,1	-0,8	-0,8	-0,4
8. Obrigações de curto prazo do Banco Central(****)	0,4	-0,2	0,0	0,4
9. Total (1+2+3+4+5+6+7+8)	-2,8	-4,6	-6,4	-8,4

(*) Inclui conversões de dívida em investimentos. Exclui lucros reinvestidos.

(**) Exclui contrapartida de pagamentos a bancos brasileiros.

(***) Inclui contrapartida de conversões de dívida em investimentos. Exclui pagamentos em cruzados novos aos bancos estrangeiros.

(****) Exclui atrasados, reclassificação de obrigações refinanciadas junto ao Clube de Paris e parcelas do acordo de dezembro de 1987 com os bancos comerciais.

Fonte: Banco Central do Brasil, Brasil: Programa Econômico, vários números e Relatório-1987, Vol.24, 1988.

As crescentes transferências não diretamente associadas à dívida externa, combinadas com a redução do refinanciamento voluntário das obrigações externas e com o aumento das taxas de juros internacionais, fizeram com que o superávit comercial requerido

para garantir o equilíbrio global do balanço de pagamentos aumentasse substancialmente. Tome-se, como exemplo, o ano de 1989. Considerando-se que as transferências líquidas associadas à dívida externa somaram US\$ 12,5 bilhões, que as demais despesas líquidas atingiram US\$ 8,4 bilhões e que o país recebeu financiamentos vinculados à importação de mercadorias no valor de US\$ 1,2 bilhão (valor não incluído nas Tabelas I e II), tem-se que o superávit requerido para manter as reservas cambiais constantes era de US\$ 19,7 bilhões. A diferença entre este superávit e o efetivamente alcançado corresponde à acumulação de atrasados líquida do aumento de reservas internacionais.

A Restrição Fiscal

Além de ameaçar a estabilidade cambial e de reduzir a capacidade de importar, o serviço da dívida externa dificulta o reequilíbrio financeiro do governo. Cerca de 90% da dívida externa brasileira são de responsabilidade do setor público (Tabela III). Isto significa que os pagamentos ao exterior constituem um importante componente das necessidades de financiamento do setor público. Em 1989, por exemplo, o cumprimento integral dos compromissos financeiros externos teria resultado em transferência líquida de recursos de aproximadamente US\$ 11,3 bilhões à conta do setor governo, o equivalente a quase 30% da receita fiscal bruta do Tesouro Nacional (3). Tendo em vista as inevitáveis dificuldades associadas ao ajustamento do orçamento primário do setor público e o estreitamento das fontes internas de financiamento não-monetário, esta carga de pagamentos externos acaba sendo financiada por meio da criação de um volume excessivo de liquidez monetária ou quase-monetária, o que tem contribuído para o fracasso de sucessivas tentativas de estabilização.

TABELA III

Dívida Externa Registrada do Brasil, Pública e Privada 1986 - 1989

PERÍODO	(Em US\$ bilhões)				
	DÍVIDA EXT.	DÍVIDA EXT.	TOTAL	(4)=(1)/(3)	(5)=(2)/(3)
	PÚBLICA (*)	PRIVADA	(3)=(1)+(2)	EM %	EM %
	(1)	(2)			
Dez.1986	87,1	14,6	101,8	85,6	14,4
Dez.1987	93,1	14,4	107,5	86,6	13,4
Dez.1988	91,0	11,5	102,6	88,8	11,2
Dez.1989	89,5	9,8	99,3	90,1	9,9

(*) Inclui dívidas privadas garantidas pelo setor público.

FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim Mensal, vol.26, nº 4, abr.1990.

Algumas circunstâncias tornam o quadro das finanças públicas particularmente difícil neste início da década de 90. Os anos 80 deixaram como herança uma notória repressão do gasto público na área social e de infra-estrutura. A necessidade de iniciar uma recomposição desses gastos limita as possibilidades de ajustamento no âmbito do orçamento primário. O mais grave, porém, é que o programa de estabilização implementado abalou a confiança nos ativos financeiros internos e produziu, assim, uma redução adicional das fontes não monetárias de financiamento interno, além de aumentar sua instabilidade potencial. Nessas circunstâncias, a persistência de um déficit significativo nas contas do setor público teria efeito potencialmente explosivo sobre a taxa de inflação, podendo conduzi-la a níveis nunca antes vistos no Brasil.

Tudo isso torna a solução da questão externa mais importante do que nunca. Ressalte-se que as dimensões cambial e fiscal das transferências externas estão interligadas. Além de pressionar diretamente a taxa de inflação, a desvalorização real da taxa de câmbio, requerida para produzir mega-superávits na balança comercial, aumenta as necessidades de financiamento do setor público, na medida em que eleva o contravalor em moeda nacional do serviço da dívida externa.

Nos últimos anos, os problemas cambiais e fiscais decorrentes das transferências externas contribuíram para uma substancial fuga de capital do Brasil. Em primeiro lugar, porque as expectativas de desvalorização cambial, associadas ao elevado serviço da dívida externa, aumentaram o rendimento esperado dos ativos externos vis-à-vis dos ativos domésticos. Em segundo, porque as agudas dificuldades de financiamento do setor público e a incerteza quanto à capacidade de pagamento do governo criaram expectativas de inadimplência ou de impostos adicionais sobre ativos e rendimentos domésticos. A fuga de capital agravou, por sua vez, o desequilíbrio das contas externas e reduziu as possibilidades de financiamento interno do gasto público. Estima-se que o estoque de capital brasileiro refugiado no exterior representava algo como US\$ 28 bilhões em fins de 1988 (4).

Implicações de Longo Prazo

Não se deve perder de vista que as transferências externas têm, ademais, importantes implicações de longo prazo (5). Dada a taxa de poupança interna, um aumento da transferência de recursos ao exterior reduz a disponibilidade de recursos para investimento doméstico, comprometendo a geração da capacidade produtiva e, portanto, o crescimento futuro da economia. Mantida uma transferência anual líquida da ordem de 5%

do PIB, as taxas marginais de poupança interna requeridas para garantir a indispensável recomposição do investimento agregado seriam incompatíveis com os reduzidos níveis de consumo per capita do país e, em especial, com qualquer política que envolva um esforço sistemático de redistribuição da renda nacional.

A retomada do investimento supõe, além do mais, o aumento das importações de bens intermediários e de capital, o que também requer uma redução das transferências externas. Como a expansão das exportações brasileiras está limitada, em alguma medida, pela evolução da renda mundial e pelas barreiras impostas pelos parceiros comerciais, os problemas de financiamento externo e a excessiva transferência de recursos ao exterior podem acabar restringindo, também por esta via, os níveis de investimento agregado no país.

Quando o Estado é o principal devedor em moeda estrangeira, o aumento das transferências externas prejudica, sobretudo, o investimento público. Foi o que se observou durante toda a década de 80, período em que as dificuldades financeiras associadas à crise da dívida externa provocaram drástica redução na capacidade de investir do governo e de suas empresas. Como existe um certo grau de complementaridade entre investimento público e investimento privado, a diminuição do primeiro contribuiu para que também se reduzissem os investimentos do setor privado nacional e estrangeiro.

É importante frisar, por fim, que os fatores que estimulam a fuga de capital contribuem, também, para a redução dos investimentos privados. Como mencionado, as expectativas de desvalorização cambial e os impostos adicionais sobre ativos e rendimentos domésticos aumentaram o rendimento esperado dos ativos externos em relação aos ativos domésticos. Em uma situação deste tipo, recursos que poderiam ser destinados ao investimento interno tendem a ser transferidos para investimentos no exterior.

A Necessidade de Uma Solução Duradoura para o Problema da Dívida Externa

Do que foi dito até aqui, segue que a solução da questão da dívida externa é fundamental não apenas do ponto de vista da política de estabilização, mas também para garantir uma retomada sustentável do desenvolvimento econômico. Cabe mencionar que a mera manutenção da moratória não pode ser considerada uma solução duradoura, uma vez que apenas prorroga a vulnerabilidade decorrente do problema da dívida externa e dificulta, portanto, a formação de expectativas favoráveis à consolidação de um processo de

estabilização. A simples acumulação de atrasados mantém uma ameaça permanente de ruptura do equilíbrio do orçamento público e das contas externas. Em outras palavras, persiste uma tributação pendente, uma espada de Dâmoques suspensa sobre as finanças públicas e o balanço de pagamentos.

A retenção de juros resulta, inclusive, no contínuo crescimento de uma dívida já excessivamente elevada, aumentando a hipoteca de valor incerto que paira sobre a economia do país. Qualquer melhora na situação fiscal e cambial é motivo para que os credores externos redobrem os seus esforços de cobrar as obrigações pendentes, transformando assim o processo de ajustamento interno numa verdadeira tarefa de Sísifo. A decisão de protelar o encaminhamento do problema externo será interpretada como um sintoma de hesitação e fraqueza, contribuindo para aumentar a insegurança das expectativas internas e estimular as pressões no sentido de que o país retome o pagamento da dívida.

Nesta fase inicial, o governo dispõe de uma boa oportunidade para avançar na solução do problema da dívida externa. Isto por vários motivos. No plano interno, o país tem pela primeira vez em quase trinta anos um governo legitimado por eleições diretas, que conta inicialmente com apoio popular. Este governo lançou um programa de ajustamento e reforma da economia, cujo sucesso pressupõe a imposição de pesados sacrifícios à sociedade brasileira.

No plano internacional, as condições também favorecem a obtenção de uma solução abrangente para o problema da dívida externa. A impossibilidade de continuar pagando a dívida nas condições originalmente acordadas está hoje mais clara do que nunca. O volume de pagamentos em atraso acumulado por países em desenvolvimento cresceu rapidamente nos últimos anos. O Instituto de Finanças Internacionais, entidade sediada em Washington e mantida por bancos privados, estima que os atrasos de juros dos países em desenvolvimento aos bancos comerciais saltaram de US\$ 6,4 bilhões no final de 1988 para US\$ 14,4 bilhões no final de 1989 e US\$ 18,2 bilhões em março de 1990. O Brasil, que voltou a suspender parte do serviço de dívida externa desde julho de 1989, responde por 29% do total de atrasado acumulado até março último (Tabela IV).

Esta extraordinária acumulação de atrasados tem um duplo significado. Por um lado, ela revela a insuficiência do tratamento que vem sendo dado ao problema da dívida externa. Por outro, ela constitui uma valiosa alavanca nos entendimentos com os credores externos.

Não só porque concorre para a recomposição das reservas externas do país, mas também porque pode ser utilizada como importante instrumento na reestruturação da dívida.

TABELA IV

Atrasos de Juros de Países em Desenvolvimento aos Bancos Comerciais, 1985-1990.

Países	(Em US\$ milhões)					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990 Março
- Argentina	442	257	228	1.949	5.139	6.150
- Bolívia	213	260	317	220	192	195
- Brasil	0	0	3.430	0	3.250	5.300
- Camarões	0	0	0	0	76	100
- Costa do Marfim	0	0	182	439	564	610
- Costa Rica	1	54	154	248	325	345
- Egito	18	39	60	82	108	115
- Equador	0	0	368	804	1.189	1.345
- Marrocos	50	126	142	0	0	0
- Nigéria	342	622	838	569	346	300
- Panamá	0	0	5	177	404	460
- Paraguai	0	3	9	16	28	30
- Peru	466	944	1.357	1.946	2.539	2.765
- Polônia	0	0	0	0	145	340
- Repúb.Dominicana	36	0	0	0	69	95
TOTAL	1.569	2.305	7.089	6.449	14.374	18.150

Fonte: The Institute of International Finance, Improving the Official Debt Strategy: Arrears are not the way, Washington D.C., May/1990.

É fundamental não desperdiçar a oportunidade que se apresenta neste início de governo. Isto significa agir com rapidez, pois os trunfos com que conta o país nesta fase tendem a se depreciar com o passar do tempo. Em primeiro lugar, porque a repercussão positiva de decisões internas de impacto tende naturalmente a se dissipar. Em segundo, porque o programa de estabilização poderá enfrentar problemas crescentes, especialmente se não se alcançar uma solução efetiva no front externo. Tarde venientibus ossa. Que não se repita o erro cometido em 1986/87, quando o governo brasileiro não soube sincronizar as suas iniciativas nos planos interno e externo, com conseqüências desastrosas para a execução do Plano Cruzado e para o encaminhamento da questão externa.

NOTAS

(1) Para uma análise comparativa de onze programas exitosos de combate à hiperinflação no século XX, ver Juan J. Llach, "Las Hiperestabilizaciones Sin Mitos", Instituto Torcuato di Tella, mimeo. nov./1989.

(2) O valor FOB das exportações de mercadorias foi de US\$ 34,4 bilhões em 1989. Banco Central do Brasil, Brasil: Programa Econômico, Vol. 24, mar./1990, p.79.

(3) O valor em dólares da receita fiscal bruta alcançou US\$ 39,8 bilhões em 1989. Banco Central do Brasil, Relatório-1989, Vol. 26, 1990, pp.66 e 90. A transferência líquida à conta do governo foi estimada com base na hipótese de que o setor público responde por 90% dos pagamentos e dos financiamentos voluntários.

(4) Arno Meyer e Maria Sílvia Bastos Marques, "A Fuga de Capital no Brasil", Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional, IBRE/FGV, mimeo., ago./1989, pp.19-34.

(5) Para uma avaliação do efeito das transferências de recursos ao exterior sobre a taxa de investimento e o crescimento econômico no caso do Brasil, ver Paulo Nogueira Batista Jr., "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior", in Revista de Economia Política, Vol. 7, nº 1, jan.-mar./1987, pp.10-28. Uma análise de caráter mais geral das várias implicações das transferências ao exterior pode ser encontrada em Edmar Bacha, "Um Modelo de Três Hiato", in Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 19, nº 2, ago./1989, pp.213-232.

Como contraponto a isso, face ao florescimento de um mercado secundário de títulos, no qual estes são negociados com deságios elevados, surgiram, recentemente, no debate sobre o problema da dívida, diversas propostas no sentido desse desconto ser apropriado pelo país, que teria então uma parcela da sua dívida perdoada (debt forgiveness).

Ambas propostas, consideradas como casos extremos, apresentam problemas importantes. A primeira opção não pode ser considerada satisfatória nem pelo lado devedor nem pelo credor, aquele porque enfrenta um ônus elevado e este porque continua tendo um ativo de retorno duvidoso. Já a segunda opção, para que viesse a gerar a redução pretendida no fluxo de transferências reais ao exterior, teria que implicar a adoção de fatores de deságio dificilmente aceitáveis por parte dos bancos.

Este trabalho procura adotar um enfoque alternativo, destinado a satisfazer quatro condições, referentes ao relacionamento do Brasil com os credores externos privados:

- a redução inicial do fluxo de transferências reais ao exterior;

- a adoção de um esquema de securitização com novos títulos de valor inferior ao valor de face do título original;

- a definição de um esquema de pagamento que dê perspectivas aos bancos comerciais de receber uma parcela do capital investido superior à que poderiam obter vendendo os títulos no mercado secundário;

* Professor da FEA/UFPA e Diretor de Ass. Econ. do BNDES.

INTERNALIZAÇÃO DO DESÁGIO E MUDANÇA DO PERFIL DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA.

PROPOSTA PARA UMA SOLUÇÃO NEGOCIADA

Fábio Giambiagi(*)

1) Introdução

A estratégia de muddling through seguida nos últimos anos em relação à dívida externa, em que pesem os "ziguezagues" da política observados ao longo do período, pode ser resumida como a adoção de uma norma pela qual os juros da dívida são pagos e as amortizações são passíveis de roll over na data de vencimento correspondente.

Como contraponto a isso, face ao florescimento de um mercado secundário de títulos, no qual estes são negociados com deságios elevados, surgiram, recentemente, no debate sobre o problema da dívida, diversas propostas no sentido desse desconto ser apropriado pelo país, que teria então uma parcela da sua dívida perdoada (debt forgiveness).

Ambas propostas, consideradas como casos extremos, apresentam problemas importantes. A primeira opção não pode ser considerada satisfatória nem pelo lado devedor nem pelo credor, aquele porque enfrenta um ônus elevado e este porque continua tendo um ativo de retorno duvidoso. Já a segunda opção, para que viesse a gerar a redução pretendida no fluxo de transferências reais ao exterior, teria que implicar a adoção de fatores de deságio dificilmente aceitáveis por parte dos bancos.

Este trabalho procura adotar um enfoque alternativo, destinado a satisfazer quatro condições, referentes ao relacionamento do Brasil com os credores externos privados:

- a redução inicial do fluxo de transferências reais ao exterior;
- a adoção de um esquema de securitização com novos bônus, de valor inferior ao valor de face do título original;
- a definição de um esquema de pagamento que dê perspectivas aos bancos comerciais de receber uma parcela do capital investido superior à que poderiam obter vendendo os títulos no mercado secundário;

* Professor da FEA/UFRJ e Gerente da Área de Planejamento do BNDES.

- amortização integral da dívida remanescente, em parcelas escalonadas e num prazo de 20 anos;

Para isso, será desenvolvida uma proposta que combina um deságio intermediário entre zero e o nível observado no mercado secundário, com a redistribuição temporal do serviço da dívida restante, de modo a gerar um fluxo real uniforme dos desembolsos incorridos nos pagamentos feitos aos bancos privados.

Dada uma inflação internacional positiva, isso implica que o fluxo nominal de desembolsos é crescente, existindo inicialmente uma necessidade de new money, que é posteriormente compensada pelo pagamento efetivo da dívida. Mostra-se que esse sistema é perfeitamente viável, do ponto de vista da capacidade de geração de fluxos de desembolso por parte do país e muito mais razoável do que a alocação do serviço da dívida ao longo do período que resulta da estratégia pretendida pelos credores.

O artigo se divide em cinco seções. Depois desta introdução, são expostos os antecedentes da proposta a ser defendida, que é explicada na terceira seção, à luz da utilização de um modelo relativamente simples. Na quarta seção são apresentados os resultados da eventual adoção da proposta, supondo algumas hipóteses a respeito dos valores dos parâmetros-chave. Por último, sintetizam-se as principais conclusões do texto.

2) Antecedentes

A proposta a ser feita inspira-se em dois trabalhos - independentes entre si -, um de natureza teórica e outro com uma preocupação eminentemente prática. O primeiro deles é o trabalho de Dreizzen (1985). Tendo como base a taxonomia de Minsky (1982) para as estratégias de financiamento de diferentes tipos de firma - hedge, especulativo e Ponzi -, o autor discute o conceito de "fragilidade financeira" e adapta a análise de Minsky a um contexto de inflação elevada. Demonstra-se então que o sistema de crédito indexado distribui o serviço da dívida, em termos reais, de modo mais regular ao longo do período de amortização, do que o sistema não-indexado. Neste último, o pagamento de juros nominais - que incorporam uma previsão inflacionária implícita -, aplicados a um estoque de dívida não corrigido, representa uma quitação real antecipada do principal - tanto maior quanto maior for a inflação implícita na taxa de juros.

Este fenômeno explica a rationale de, nos países que convivem com taxas de inflação elevadas, ser adotada uma cláusula de correção monetária. Esta, entre outras coisas, permite - utilizando esquemas de tipo tabela Price - alocar os desembolsos do tomador de recursos - associados ao serviço da dívida - de forma regular no tempo, o que evita a ocorrência de ônus iniciais significativos.

No sistema de crédito internacional, tal prática não existe, dado que a inflação é pequena. Contudo, vale lembrar que, para um dispêndio nominal constante, uma inflação externa da ordem de 5% anual representa uma corrosão real acumulada de aproximadamente 22% em cinco anos. Isso é a mesma coisa que dizer que o valor real de um fluxo de dispêndio nominal constante é 28% superior num ano t ao valor pago no ano $(t+5)$.

A racionalidade econômica desse esquema de pagamento é certamente questionável, uma vez que a lógica financeira sugere que os desembolsos deveriam ser, em termos reais, diretamente proporcionais à capacidade de pagamento do devedor - em geral crescente com o tempo -, ou, no mínimo, constantes, mas não inversamente proporcionais, como ocorre quando se paga mais no início do que no fim do período de pagamento. Transportando este raciocínio para a escala macroeconômica, isso implica, da mesma forma, que o país é onerado de forma decrescente no tempo, ou seja, exige-se dele uma contribuição efetiva maior no começo e menor posteriormente. Tal fato vai contra a lógica do desenvolvimento econômico, segundo a qual o dispêndio com o pagamento de dívidas nacionais deveria ir crescendo na medida em que os investimentos, feitos com a ajuda dos créditos assumidos no exterior, fossem amadurecendo progressivamente.

Tendo em vista este tipo de questões, Kanitz (1987) elaborou uma proposta, que é a segunda fonte de inspiração para o presente trabalho. Este, de fato, nada mais é do que um **aggiornamento** daquele. As duas diferenças básicas são que: a) enquanto aquela proposta acarretava a necessidade de modificações legais importantes nos contratos internacionais, para incorporar uma cláusula de correção monetária, a nossa prescinde disso; e b) admite-se a adoção de um deságio, fato que na época da proposta original de Kanitz era provavelmente inviável, considerando que a idéia não tinha sido devidamente amadurecida e gerava resistências muito maiores do que hoje.

Em resumo, o que se está sugerindo - a ser detalhado no próximo item - é a adoção combinada de um deságio com posterior pagamento de um fluxo real constante de serviços da dívida, o que - dada a existência de uma inflação internacional positiva - representaria um

fluxo nominal crescente. Ele seria inferior às necessidades de pagamento de juros em 1991 e iria aumentando a partir daí, permitindo que o principal da dívida seja quitado de forma gradual. Em outras palavras, a trajetória da dívida externa nominal com os bancos privados seria tal que ela cairia em 1990 - por conta do deságio - e, a seguir, no esquema de debt rescheduling previsto, aumentaria inicialmente - dada a tomada de new money - e depois cairia, uma vez que o principal começasse a ser amortizado.

3) Os cenários para o pagamento do serviço da dívida

3.1) Muddling through x Internalização do deságio com mudança do perfil de distribuição do serviço da dívida no tempo

No exercício que será exposto, iremos comparar os resultados de dois esquemas de tratamentos alternativos para a dívida externa brasileira.

O primeiro deles, denominado de cenário A, corresponde à estratégia de muddling through, representada por três condições básicas: pagamento integral dos juros externos, ausência de deságio e rolagem automática das amortizações. No segundo, chamado de cenário B, supõe-se que o país internaliza parte do deságio externo e, adicionalmente, faz uma reprogramação de desembolsos com os bancos privados comprometendo-se a pagar um serviço real da dívida - juros brutos mais amortizações líquidas - constante ao longo de 20 anos. Isto significa que: -i) o valor nominal desse serviço cresce em função da inflação internacional; ii) há uma necessidade inicial de endividamento líquido adicional, enquanto o fluxo de desembolsos do país é inferior ao pagamento dos juros; e iii) a dívida remanescente após o deságio é quitada totalmente em 20 anos.

Note-se que, pela proposta, não há nenhuma mudança na legislação bancária externa, no sentido de adotar uma cláusula de correção monetária. O que ocorre é apenas que o país se compromete a gerar um fluxo de recursos calculado na forma de uma prestação real constante que cobre, ao longo do período de pagamento da dívida, tanto a parcela de juros como a de amortização.

O espírito da proposta é apresentar aos credores uma barganha aceitável. Evidentemente, o esquema admite variantes, mas em princípio o dinheiro novo viria dos próprios bancos. Além disso, a taxa de juros seria fixa, mas com a ressalva de que ela seria igual ao atual nível de mercado. Alternativamente, pode-se pensar na capitalização

automática daquilo que ultrapassar o referido nível, com renegociação do resíduo da dívida depois de 20 anos ou, ainda, na concessão de empréstimos compensatórios por parte de entidades internacionais e organismos governamentais.

As contas a serem feitas supõem que os esquemas são mutuamente excludentes, ou seja, que todo o estoque da dívida com os bancos comerciais é submetido a um tratamento ou a outro. É possível, porém, definir a proposta de tal modo que os bancos se defrontem com a alternativa da escolha, optando por aceitar o deságio - e em compensação recebendo parte do principal - ou recusá-lo - recebendo então os juros integrais, porém continuando com parte do seu ativo comprometido com empréstimos de retorno duvidoso. Em outras palavras, há um trade-off entre rentabilidade e prazos, que pode tornar interessante para os bancos a alternativa de deságio. De fato, este em geral é difícil de ser aceito pelos credores, pois as propostas apresentadas costumam acarretar apenas prejuízos e nenhuma vantagem para eles. Contudo, se em troca do deságio lhes for oferecida alguma compensação, as chances de obtenção de um acordo melhorariam substancialmente.

Em resumo, pela proposta, os bancos comerciais arcam com o custo do deságio mas, em contrapartida, são remunerados a uma taxa de juros no nível inicial do mercado, recebem as amortizações da dívida remanescente e têm-na quitada totalmente até o ano 2010.

Por sua vez, os demais credores, por hipótese, recebem um tratamento idêntico ao previsto no cenário A.

3.2) O cálculo dos fluxos de desembolso

Admite-se que o valor da dívida externa bruta total (D) do país, em termos nominais, seja dado por:

$$D_t = D_{t-1} \cdot (1 + i_t^n) - F_t \quad (1)$$

onde i_t^n é a taxa nominal média de juros externos e F é o valor nominal dos desembolsos associados ao pagamento de juros brutos, excluindo recebimentos, e amortizações líquidas. Tais desembolsos são iguais à soma de exportações reais, recebimento de juros e investimentos diretos menos a soma de importações reais, lucros e dividendos e variação das reservas internacionais. Supõe-se que esta conta se ajusta de modo que:

$$F_t = i_t^n D_{t-1} \quad (2)$$

O índice de preços internacionais P resulta da adição de uma taxa de inflação p ao índice do período anterior, supondo P de 1990 igual a 1:

$$P_t = P_{t-1} (1 + p_t) \quad (3)$$

Assim, definem-se os valores da dívida bruta externa total do país em US\$ constantes de 1990 (D^*) e do fluxo real de desembolsos para cobrir o serviço da dívida a preços constantes na mesma unidade (F^*), como o resultado da divisão dos valores nominais das respectivas variáveis, pelo referido índice de preços:

$$D_t^* = D_t / P_t \quad (4)$$

$$F_t^* = F_t / P_t \quad (5)$$

Deste modo, temos condições, então, de calcular os valores de F, F^*, D e D^* , no cenário A. No caso do cenário B, o ponto de partida é o cálculo do fluxo real de desembolsos associados ao pagamento de juros brutos e amortizações líquidas da dívida de médio e longo prazos com bancos comerciais privados (FP^*). Este valor é obtido com base numa fórmula simples de matemática financeira, dados o valor inicial da dívida - já desagida - a taxa real média externa de juros (i^r) e o prazo de amortização a partir de 1990 (n):

$$FP_t = DP_o \cdot \left[\frac{(1+i^r)^{n-1}}{i^r (1+i^r)^n} \right] \quad (6)$$

onde DP_o é a dívida privada de médio e longo prazo em 1990. A taxa de juros real seria aquela observada no mercado no ano da renegociação (1990). É fundamental ressaltar que o valor da taxa real de juros não constaria de nenhum contrato, sendo apenas utilizado pelo país para efeitos do cálculo do compromisso a ser assumido, em termos do desempenho do setor externo.

O valor do fluxo nominal FP, associado a FP^* , corresponde a:

$$FP_t = FP_t^* \cdot P_t \quad (7)$$

O fluxo (FO) do serviço referente às outras dívidas representa um valor nominal constante, supondo ausência de deságio, pagamento integral dos juros e rolagem das amortizações (a rigor, a hipótese implícita não é exatamente a de uma rolagem automática e sim que o fluxo dos novos empréstimos compensa o fluxo de amortização dos empréstimos assumidos no passado).

$$FO_t = i_t^n \cdot DO_{t-1} \quad (8)$$

Onde DO refere-se às outras dívidas, abrangendo o passivo externo do país com os bancos brasileiros no exterior, instituições não-bancárias - entidades internacionais, organismos governamentais etc. -, e a dívida não registrada com bancos comerciais. O valor de FO a preços de 1990 é obtido por:

$$FO_t^* = FO_t / P_t \quad (9)$$

Os fluxos totais de desembolsos efetivos com o serviço da dívida, a preços correntes e em US\$ constantes de 1990, são iguais, respectivamente, a:

$$F_t = FP_t + FO_t \quad (10)$$

$$F_t^* = FP_t^* + FO_t^* \quad (11)$$

Cabe lembrar que o valor deste fluxo total é, por hipótese, igual ao resultado do saldo de transações de bens e serviços não-fatores mais a soma de recebimento de juros e investimentos diretos e menos a soma dos lucros e dividendos e da variação de reservas.

O valor nominal da dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais (DP) resulta da adição ou subtração de um fluxo NM de **new money** ou de amortizações líquidas à dívida inicial, conforme:

$$DP_t = DP_{t-1} + NM_t \quad (12)$$

sendo, por (1),

$$NM_t = i_t^n \cdot DP_{t-1} - FP_t \quad (13)$$

Desse modo, enquanto o valor de FP não cobre as necessidades de pagamento de juros, uma parte destes é capitalizada, até que, ocorrendo uma mudança no sinal de NM, o país passa a amortizar a dívida em parcelas crescentes, na medida em que, com a queda do estoque, o fluxo de dispêndio com juros cai e "sobram" mais recursos para o pagamento do principal.

As outras dívidas (DO), em termos nominais, se conservam no nível inicial DO₀, já que os juros são pagos integralmente:

$$DO_t = DO_0 \tag{14}$$

Assim, analogamente aos fluxos, o valor da dívida externa bruta total do país, em US\$ correntes e constantes do ano inicial, é igual a:

$$D_t = DP_t + DO_t \tag{15}$$

e

$$D_t^* = D_t / P_t \tag{16}$$

4) Resultados

Para obter os resultados de ambos os cenários, foram adotadas as hipóteses que constam do Quadro 1.

QUADRO 1
HIPÓTESES

VARIÁVEL	VALOR
Taxa nominal de juros(%)	9,20
Taxa real de juros (%)	4,00
Inflação externa (%)	5,00
Dívida de médio e longo prazo com bancos privados em 1990 (US\$ bilhões)	60
Outras dívidas em 1990 (US\$ bilhões)	55
Dívida externa total (US\$ bilhões)	115

A diferença entre os cenários A e B é que, enquanto que no primeiro a dívida nominal de médio e longo prazo com os bancos privados se mantém constante, no segundo ocorrem as mudanças antes expostas, como consequência das seguintes hipóteses:

- dívida de médio e longo prazo com bancos privados em 1990: US\$ 39 bilhões;
- outras dívidas em 1990: US\$ 55 bilhões;
- dívida externa total: US\$ 94 bilhões;
- período de pagamento da dívida a partir de 1990: 20 anos.

Tais hipóteses representam um perdão da dívida de US\$ 21 bilhões em 1990, aplicado a um estoque de US\$ 60 bilhões com os bancos privados. Isso corresponde a um deságio de 35%, similar ao aplicado ao México. Embora os bancos estejam relutantes em aceitar um desconto como esse - julgado elevado por eles - para ser aplicado a outros países, o percentual se tornaria mais palatável, na medida em que estaria relacionado a uma perspectiva de recebimento do principal. Por outro lado, é evidente que, para ampliar as possibilidades de obtenção de um acordo, é preciso atrelar a proposta a um esquema sólido de garantias que dê aos bancos a certeza de que a perda de capital não se repetirá, garantias essas que poderiam ser dadas, por exemplo, pelo Banco Mundial.

Os resultados encontram-se na Tabela 1, onde DP e DO estão expressos em termos nominais. Essa tabela é complementada pelo Gráfico 1 e pela Tabela 2. Na tabela 2 é feita uma análise de sensibilidade, mostrando como evoluem a curto e médio prazo os fluxos nominais de serviço da dívida - juros efetivamente pagos mais amortizações - e de new money para prazos diferenciados, que vão de 2010 até 2030, como o ano final de pagamento do principal.

No Gráfico 1 são mostrados os valores de F^* da Tabela 1.

Os pontos mais importantes a destacar, no conjunto de resultados apresentados, são os seguintes:

- a) durante toda a década de 90, o fluxo de transferências ao exterior seria menor no caso do cenário B do que no caso do esquema de muddling through do cenário A;
- b) supondo que a entrada de investimentos diretos e o ingresso de divisas, na forma de pagamento de juros pelas reservas cambiais do país depositadas no exterior, compensem o

dispêndio com lucros e dividendos e a variação de reservas e admitindo ainda um déficit de serviços não financeiros próximo a US\$ 3 bilhões, o fluxo de F em 1991 implicaria gerar um superávit comercial da ordem de US\$ 11 bilhões, ou seja, em torno de 2/3 do nível médio observado durante 1989/90;

TABELA 1
RESULTADOS PRINCIPAIS

US\$ MILHÕES

CENÁRIO	VARIÁVEL	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
A	F		10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580
	F *		10076	9596	9139	8704	8290	7895	7519	7161	6820	6495
	D	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000
	D *	115000	109524	104308	99341	94611	90106	85815	81728	77837	74130	70600
	DP	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000
	DO	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000
B	F		8073	8224	8382	8548	8723	8906	9098	9300	9512	9734
	F *		7689	7459	7241	7033	6834	6646	6466	6294	6131	5976
	D	94000	94575	95052	95415	95645	95721	95622	95321	94791	94000	92914
	D *	94000	90071	86215	82423	78687	75000	71355	67743	64158	60593	57041
	DP	39000	39575	40052	40415	40645	40721	40622	40321	39791	39000	37914
	DO	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000
	NM		575	477	363	230	77	99	301	530	791	1086

CENÁRIO	VARIÁVEL	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A	F	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580	10580
	F *	6186	5891	5611	5344	5089	4847	4616	4396	4187	3987
	D	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000	115000
	D *	67238	64036	60987	58083	55317	52683	50174	47785	45509	43342
	DP	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000	60000
	DO	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000
B	F	9968	10214	10471	10742	11026	11324	11637	11966	12312	12674
	F *	5828	5687	5553	5425	5304	5188	5077	4972	4872	4777
	D	91494	89698	87478	84785	81559	77738	73253	68026	61973	55000
	D *	53494	49947	46392	42822	39231	35613	31960	28266	24525	20729
	DP	36494	34698	32478	29785	26559	22738	18253	13026	6973	0
	DO	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000	55000
	NM	1420	1796	2219	2694	3226	3821	4485	5227	6053	6973

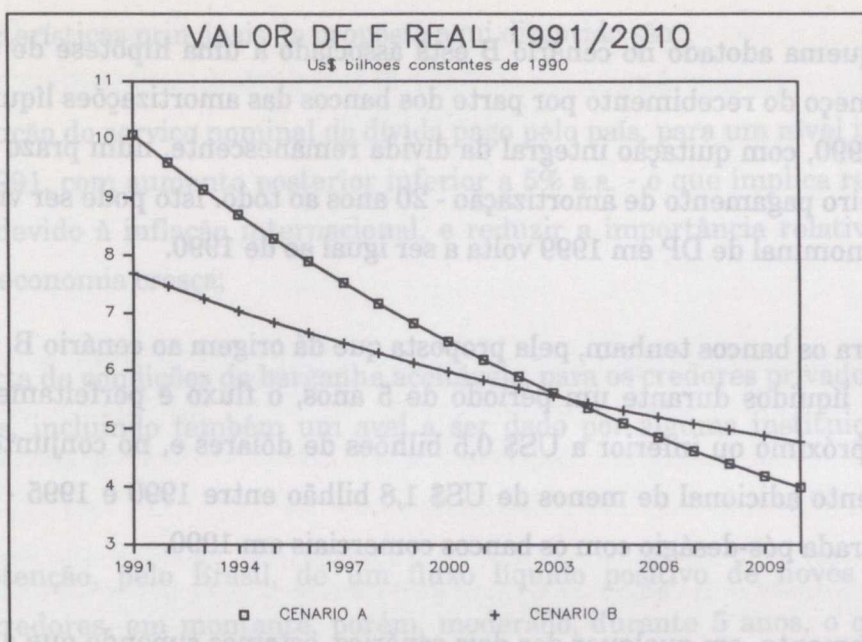


TABELA 2

RESULTADOS COMPARADOS PARA DIVERSOS VALORES DE N

Variável (US\$ milhões correntes)	"Muddling through"	Valor de n (anos)				
		20	25	30	35	40
F 1991	10580	8073	7681	7428	7254	7129
F 1995	10580	8723	8246	7938	7727	7575
NM 1991	0	575	967	1220	1394	1519
NM 1995	0	77	730	1153	1443	1652
Ano em que F de B > F de A		2004	2007	2009	2010	2012

c) mantendo as hipóteses de paridade dos termos de troca e de variação do preço das exportações e importações em linha com a inflação internacional, o aumento dos desembolsos com o pagamento de FP em divisas na proporção de 5% a.a. seria compatível com a preservação do valor desse fluxo, em termos reais. A importância relativa deste dispêndio, porém, iria caindo, na medida em que o PIB aumentasse. Além disso, o valor real do total do serviço da dívida cairia, devido à corrosão inflacionária dos juros referentes à dívida não desagiada, cujo fluxo nominal seria constante. Assim, supondo para 1990 um PIB de US\$ 500 bilhões e um crescimento real médio deste de 5% - além da inflação internacional - a partir de agora, a relação pagamento com juros e amortizações/PIB cairia de 1,5% em 1991, para 1,1% em 1995 e 0,7% no ano 2000;

d) o esquema adotado no cenário B está associado a uma hipótese de carência de 9 anos para o começo do recebimento por parte dos bancos das amortizações líquidas da dívida existente em 1990, com quitação integral da dívida remanescente, num prazo de 11 anos, a partir do primeiro pagamento de amortização - 20 anos ao todo. Isto pode ser visto na Tabela 1, onde o valor nominal de DP em 1999 volta a ser igual ao de 1990.

e) embora os bancos tenham, pela proposta que dá origem ao cenário B, que conceder novos recursos líquidos durante um período de 5 anos, o fluxo é perfeitamente razoável, sendo sempre próximo ou inferior a US\$ 0,5 bilhões de dólares e, no conjunto, perfazendo um endividamento adicional de menos de US\$ 1,8 bilhão entre 1990 e 1995 - ou seja, 4,4% da dívida registrada pós-deságio com os bancos comerciais em 1990.

Evidentemente, em qualquer dos dois cenários, estamos supondo que a taxa de juros do mercado internacional não muda. Caso ocorra alguma alteração, ela, obviamente, afetaria os resultados. Nos termos da proposta aqui feita, isso teria que ser equacionado através de financiamento adicional, o que no final do período analisado deixaria como resíduo uma dívida não nula - decorrente do diferencial de juros capitalizados -, a ser paga a partir do ano 2011.

5) Conclusões

As possibilidades de redução do fluxo de transferências reais do Brasil ao exterior, a partir da aplicação de um deságio à dívida externa com bancos comerciais, foram limitadas até agora pela falta de incentivos para que estes aceitem um acordo baseado no mencionado princípio.

A proposta aqui feita tem como objetivo viabilizar a aceitação de tal princípio por parte dos bancos, oferecendo como barganha o pagamento integral dos 65% da dívida remanescente - supondo um deságio de 35% - até o ano 2010. Assim, os bancos privados trocariam rentabilidade por prazo, arcando com o custo de realizar uma perda de capital e, em compensação, garantindo a recuperação integral do resto do patrimônio aplicado em empréstimos ao Brasil. Vale lembrar que se hoje esse patrimônio tivesse que ser convertido em recursos líquidos, através da venda de títulos no mercado secundário, sofreria um deságio de 70%.

As características principais da proposta aqui discutida são:

a) a redução do serviço nominal da dívida pago pelo país, para um nível inicial de US\$ 8 bilhões em 1991, com aumento posterior inferior a 5% a.a. - o que implica reduzir o fluxo real absoluto, devido à inflação internacional, e reduzir a importância relativa do mesmo, supondo que a economia cresça;

b) a oferta de condições de barganha aceitáveis, para os credores privados, nos moldes acima descritos, incluindo também um aval a ser dado por alguma instituição financeira internacional;

c) a obtenção, pelo Brasil, de um fluxo líquido positivo de novos empréstimos oriundos dos credores, em montante, porém, moderado, durante 5 anos, o que implicaria aumentar a dívida externa com esses agentes - já desagiada - de US\$ 39 bilhões em 1990 para um máximo de quase US\$ 41 bilhões em 1995, dívida essa que seria paga durante os 15 anos seguintes.

A eventual adoção de uma proposta como a que foi aqui defendida permitiria ao país ter um alívio das restrições externa e fiscal. Isto porque, durante mais de uma década - observadas as hipóteses explicitadas no trabalho - o fluxo associado ao serviço da dívida externa seria inferior ao que resultaria no caso de ser aplicada a taxa de juros atualmente em vigor ao estoque da dívida de US\$ 115 bilhões, com amortizações líquidas nulas e pagamento integral dos juros. A diferença entre o dispêndio observado num caso e no outro, avaliada em dólares constantes de 1990, começaria sendo de US\$ 2,4 bilhões em 1991 e iria caindo progressivamente, até ser anulada no ano 2004, acumulando, porém, ao longo de 13 anos, uma soma de US\$ 14,5 bilhões, a preços constantes do mesmo ano.

À guisa de conclusão, de qualquer forma, deve ser registrado que a resolução do problema da dívida externa parece não ter a dimensão crucial que por vezes lhe é atribuída. Que a proposta é interessante do ponto de vista da redução das transferências ao exterior, é algo atestado pelos números. Tomando como referência um PIB de US\$ 500 bilhões em 1990, uma taxa nominal de juros, em 1990, de 10% sobre o estoque da dívida de US\$ 115 bilhões em fins de 1989, e um crescimento real da economia de 5% a.a. nos próximos dez anos, o serviço da dívida cairia no cenário B de 2,3% do PIB em 1990 - supondo amortizações nulas e pagamento de todos os juros - para 1,5% do PIB já em 1991 e 0,7% no ano 2000. Isso está longe, porém, de ser condição suficiente, por si só, para a retomada do crescimento a

taxas significativas e, por outro lado, dificilmente poderia ser melhorado em função de uma negociação externa mais audaz, cujos termos, provavelmente, não seriam aceitos pelos bancos credores.

Referências Bibliográficas

- Dreizzen, J. (1985); O conceito de fragilidade financeira no contexto inflacionário; tese de mestrado PUC/RJ, BNDES.
- Kanitz, S. (1987). Real rate debt instruments: a free market proposal for foreign debt restructuring. Anais do 7th. Latin American Meeting of the Econometric Society, São Paulo.
- Minsky, H. (1982). Inflation, recession and economic policy. Brighton, Wheatsheaf Books.

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E A RODADA URUGUAI DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

Marcelo de Paiva Abreu (*)
Traduzido por Antonio Patriota

O objetivo deste estudo é avaliar o efeito de políticas protecionistas, tanto nos países industrializados quanto nos países em desenvolvimento, sobre os interesses e influência destes últimos na presente Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais - NCMs - que se realiza sob a égide do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

I - NEGOCIAÇÕES NO GATT NOS ANOS 80

O balanço das prioridades que se reflete na Declaração Ministerial do GATT de 1982 - antecedente da Rodada Uruguai de NCMs - havia sofrido drástica alteração por ocasião do lançamento da nova rodada, em 1986. Diversas questões pendentes - barreiras não-tarifárias, subsídios à agricultura, e outros relacionados com o comércio de bens - figuravam destacadamente na agenda originalmente proposta. Por volta de 1986, aqueles itens haviam cedido prioridade aos chamados "novos temas" - uma série de questões selecionadas pelos Estados Unidos, sob a forma de proposta estratégica, tendo por finalidade adequar normas reguladoras de investimento direto e propriedade intelectual a um mundo no qual as oportunidades de crescimento e a margem de competitividade das firmas americanas vinham perdendo terreno.

Novos Temas: TRIPs, TRIMs e Comércio de Serviços

Os novos temas consistiam de um número reduzido de questões um tanto heterogêneas, das quais algumas que só tinham merecido tratamento marginal por parte do GATT, no passado, cobrindo direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs), medidas de investimento relacionadas ao comércio (TRIMS), e comércio de serviços (para discussão mais detalhada, ver Abreu e Fritsch 1988). O item "bens de alta tecnologia", inicialmente incluído, foi retirado da lista de "novos temas" por se ter verificado a dificuldade inerente em diferenciá-los de outros bens do ponto de vista das regras do GATT. Com apoio

* Marcelo de Paiva Abreu é professor de Economia na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Versão resumida de artigo publicado originalmente em Proceeding of the World Bank Annual Conference on Development Economics - 1989.

declarado do Japão e, menos ostensivamente, de outros países industrializados, os Estados Unidos pressionaram

(*) Marcelo de Paiva Abreu é professor de Economia na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Versão resumida de artigo publicado originalmente em *Proceeding of the World Bank Annual Conference on Development Economics* - 1989.

pela inclusão de novos temas na agenda das próximas NCMs. Alguns países em desenvolvimento resistiram à inclusão dos três temas; a maioria se opôs à inclusão de comércio de serviços.

TRIPs - matéria regulada principalmente por convenções internacionais sob a jurisdição de agências como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e (UNESCO), tradicionalmente tinha sido de pouco interesse para o GATT. Insatisfeitos com a aplicação das regras e com a alegada violação crescente das mesmas, especialmente por parte de países semi-industrializados, os países industrializados incluíram o tema TRIPs na Declaração Ministerial de 1982 com o propósito de submeter a matéria à jurisdição do GATT, no que diz respeito às suas regras e à sua capacidade de efetivá-las. A primeira iniciativa encontrou forte resistência dos países em desenvolvimento, confrontação que continua e não tem solução à vista.

TRIMs - A discussão no GATT concentrou-se na questão da legalidade de regulamentação nacional que exige desempenho de firmas estrangeiras, em termos de exportação de determinada quantidade de sua produção, ou as obriga a comprar certa quantidade de insumos ou equipamento de fornecedores domésticos. Um painel do GATT, estabelecido em 1984, chegou à conclusão de que regulamentos que exigem desempenho de exportações não são incompatíveis com as regras do GATT, mas a obrigação de efetuar compras domésticas não se coaduna com o Artigo III:4. Os países em desenvolvimento mantiveram reservas a respeito do assunto.

Comércio de serviços - Na sessão ministerial de 1982, os Estados Unidos pressionaram fortemente no sentido de que fosse discutida a ampliação do escopo do GATT, a fim de que nele se inserisse o comércio de serviços, item a ser incluído no programa de trabalho. A oposição de diversos países em desenvolvimento e até de alguns industrializados, alegando insuficiência de informações, adiou a discussão do tópico até a sessão de 1984,

tempo que permitiria a realização de estudos nacionais sobre o assunto e maior intercâmbio de informações.

A inclusão de comércio de serviços no quadro institucional do GATT constituiu, inicialmente, o tema que mais dividiu opiniões. Os países em desenvolvimento julgavam que as questões tradicionais deixadas sem solução e que originalmente figuravam com destaque na agenda, na Declaração Ministerial de 1982, não deviam ter sido deslocadas pelo debate sobre serviços. Temiam eles que o tema pudesse fortalecer a posição dos países industrializados na nova rodada de negociações. Suas suspeitas eram partilhadas por alguns membros da Comunidade Européia (CE), cujo apoio à inclusão do tema serviços no quadro institucional do GATT não chegava a ser integral, devido aos complexos problemas técnicos e legais envolvidos, e porque o tema cobre grande número de questões relativas a setores específicos que invadem a jurisdição de outras organizações internacionais.

As Negociações: 1986 - 1989

No início da reunião Ministerial em Punta del Este, em setembro de 1986, foram submetidas duas propostas formais de agenda. Uma, apresentada pela Colômbia e Suíça - com o apoio maciço de países desenvolvidos e significativo amparo dos países em desenvolvimento - incluía todos os novos temas em uma só proposta. A outra, submetida por uma coalizão de dez países (G-10) - grupo de países em desenvolvimento formado por Argentina, Brasil, Cuba, República Árabe do Egito, Índia, Nicarágua, Nigéria, Peru, Tanzânia e Iugoslávia - não incluía nenhum deles.

A proposta suíço-colombiana, na verdade, já havia naufragado antes de chegar a Punta del Este, quando a CE retirou-lhe o apoio por não concordar com a redação relativa às questões agrícolas. O entendimento eventualmente alcançado em Punta del Este, na declaração da Rodada Uruguai (GATT 1986), separou comércio de serviços dos outros assuntos englobados formalmente nas negociações, inclusive os outros novos temas. Com apoio técnico do Secretariado do GATT, os ministros estabeleceram o Grupo Especial sobre Negociações de Serviços (GNS), com o mandato de realizar negociações nessa área e fazer recomendações ao Comitê de Negociações Comerciais. Esse arranjo, entretanto, tem pouca probabilidade de evitar que países em desenvolvimento troquem concessões na área de serviços por concessões em bens.

Outros grupos negociadores passariam a tratar de: tarifas; medidas não-tarifárias; produtos derivados de recursos naturais; têxteis e vestuário; agricultura; produtos tropicais; artigos do GATT; acordos e arranjos das NCMs; salvaguardas; subsídios e medidas compensatórias; direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, inclusive o comércio de bens falsificados; medidas de investimento relacionadas ao comércio; solução de controvérsias e funcionamento do sistema GATT.

Os resultados de dois anos de negociações foram apresentados na Reunião Ministerial, em Montreal, em 1988 (ver GATT 1988a, 1988b). A reunião terminou num impasse com relação a quatro questões: agricultura, propriedade intelectual, têxteis e vestuário, e reforma do sistema de salvaguardas.

Ironicamente, a divergência entre os próprios países industrializados, em Montreal, no tocante à questão agrícola, prejudicaram mais as negociações do que as posições diferentes de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre os novos temas. Quanto ao principal pomo de discórdia - serviços - as negociações avançaram com firmeza, para visível contentamento do diretor geral do GATT (entrevista MOCI, 1989). A admissão do princípio de tratamento nacional a fornecedores estrangeiros no texto acordado na revisão de Meio Período representa grande avanço e constitui concessão importante do G-10 (grupo de países em desenvolvimento). Os países desenvolvidos, por seu lado, moderaram sua insistência quanto à questão de um acordo multilateral sobre o comércio de serviços, ao aceitarem o dispositivo condicional de que antes da aceitação de um tal acordo, "conceitos, princípios e regras precisarão ser examinados quanto à sua aplicabilidade a setores industriais e a tipos de transações a serem cobertas pelo acordo multilateral" (ver News of the Uruguay Round 1988, pp.40-43).

II - OS INTERESSES ECONÔMICOS EM JOGO: OS CUSTOS DA PROTEÇÃO

Os custos mais relevantes da proteção; para o conjunto e países em desenvolvimento, relacionam-se ao valor de exportações que deixam de ser realizadas, deslocadas pelo protecionismo dos países desenvolvidos, e às perdas de bem-estar que representam o custo da proteção de seus próprios mercados domésticos, o que distorce decisões de políticas relativas à produção e ao consumo (ver Bhagwati 1987a, sobre por que o cálculo de perdas de bem-estar provavelmente subestima o custo da proteção). Mas questões específicas suscitam diferentes preocupações a diferentes países em desenvolvimento. A discussão é, por isso, organizada tematicamente em subseções que cobrem os tópicos principais que afetam

interesses de países em desenvolvimento e as áreas principais onde concessões podem ser negociadas.

Tarifas, Escalonamento Tarifário e Preferências

Em virtude de reduções negociadas em rodadas anteriores de NCMs, tarifas, per se, tornaram-se menos importantes para os países industrializados, nos quais elas representam em média 5 por cento (ad valorem, NT). Porém, esse declínio tem sido, pelo menos em parte, compensado pelo crescimento de barreiras não tarifárias, sendo que a média nominal das tarifas camufla importantes variações que, em geral, tendem a causar maior dano aos interesses comerciais dos países em desenvolvimento. Os efeitos dos picos tarifários, altas taxas internas, e da escalada tarifária que afeta produtos tropicais em função do grau de processamento são bem conhecidos.

Se um teto de 10 por cento limitasse a tarifa nos países desenvolvidos, suas importações sofreriam elevação de 1,5 por cento, em comparação com uma elevação de 4,9 por cento se todas as tarifas fossem eliminadas (ver Erzan e Karsenty 1987). Taxas internas incidentes sobre produtos tropicais em países desenvolvidos somaram US\$ 5 bilhões em 1983, excluindo US\$22 bilhões sobre tabaco (ver Commonwealth Secretariat 1987, p.14). O processamento de produtos tropicais nos países em desenvolvimento é altamente penalizado pela escalada tarifária (e medidas não-tarifárias) nos países desenvolvidos. O resultado é uma proteção aumentada do valor agregado, o que distorce a distribuição em escala mundial do valor agregado em favor dos países desenvolvidos. Isto tem determinado o estabelecimento de impostos compensatórios nas exportações de países em desenvolvimento em tendência cumulativa que restringe o mercado para produtos tropicais (ver Cable 1987b tabelas 22-1 e 22-2; Yeats 1987). Ganhos derivados do comércio e bem-estar relativos a alguns produtos tropicais processados, como café torrado, podem ser significativos (ver Valdés e Zietz 1980, p.34).

Muitos exportadores de produtos tropicais gozam de tratamento preferencial em mercados de países desenvolvidos. A redução de tarifas, que diminui essas vantagens, pode, por isso, encontrar oposição de beneficiários de arranjos preferenciais, embora concessões tais como as que se refletem sobre taxas internas na CE possam evitar tais dificuldades.

Apesar dos seus defeitos institucionais (por exemplo, as restrições impostas à inclusão de produtos têxteis e agrícolas, salvaguardas restritivas e regras de origem), o

Sistema Geral de Preferências (SGP) é importante para a expansão das exportações dos países em desenvolvimento - mais pelo comércio que é por ele gerado do que pelo que desvia (ver Karsenty e Laird 1986). O Sistema beneficia principalmente as economias dos maiores países em desenvolvimento tais como Brasil, Hong Kong, Coréia e Formosa. Os principais outorgantes instituíram um critério de graduarem pares de produtos/países, utilizando faculdade que deriva diretamente da cláusula de habilitação do acordo institucional ("framework agreement") de 1979. Seu argumento é que a distribuição de benefícios do SGP deve ser equitativa e, portanto, à medida que alguns países em desenvolvimento vão-se tornando competitivos, o tratamento preferencial que lhes fora antes concedido deve ser retirado em favor de países de menor desenvolvimento econômico relativo. O argumento é contraditório, já que a evidência demonstra que o comércio de produtos sujeitos a graduação tende a ser desviado ou para os países desenvolvidos ou para os em desenvolvimento mais avançados (ver MacPhee 1986, pp.10-12). A experiência tem demonstrado repetidamente (o que não é surpresa) que os países em desenvolvimento que gozam de melhores condições de acesso a mercados de países desenvolvidos são aqueles relativamente menos capazes de ofertar produtos de exportação, e vice-versa. Como os países desenvolvidos cada vez mais estão a exigir reciprocidade plena, alguns dos maiores países em desenvolvimento parecem estar reconsiderando seu interesse no SGP, isso à medida em que percebem que o balanço entre benefícios e custos vai se tornando desfavorável a eles.

A proliferação de acordos preferenciais de comércio entre as principais nações comerciais está cada vez mais solapando o GATT. Tais acordos constituem política tradicional da CE, que se têm estendido às antigas colônias, à Bacia do Mediterrâneo e a países membros da Associação Européia de Livre Comércio - AELC. Os EUA mantêm acordos preferenciais com países do Caribe e, mais recentemente, negociaram um acordo bilateral de livre comércio com o Canadá. Não será de descartar a possibilidade de arranjos preferenciais entre os Estados Unidos, Japão, e as novas economias industriais da Ásia como alternativa a uma situação de impasse no GATT. Isso possivelmente provocaria o estabelecimento de arranjos preferenciais defensivos por parte da CE e outros grandes blocos comerciais, o que poderia levar à desintegração do sistema multilateral (ver Fritsch 1989, Luyten 1988).

Os níveis de proteção tarifária em países em desenvolvimento são, em geral, muito elevados (ver Laird e Yeats 1987, tabela 13-2). O exame deste tema é, porém, deixado para a seção sobre restrições quantitativas e controles administrativos, adiante, porque o seu papel é mais importante que o das tarifas.

Protecionismo Agrícola

Nas presentes negociações, o debate sobre protecionismo agrícola está centrado nas políticas dos países industrializados, perturbadoras do comércio de produtos agrícolas de zonas temperadas. As exportações dos países em desenvolvimento de matérias-primas agrícolas e "commodities" agrícolas tropicais que não competem com a produção de países desenvolvidos, não são afetadas por tais medidas e, portanto, estão à margem da área de negociações agrícolas do GATT. As políticas altamente protecionistas dos países desenvolvidos sufocam a eficiência do setor, não só por criar mercados fechados para produtores ineficientes - principalmente pela adoção de impostos variáveis e restrições quantitativas - mas também mediante a aplicação de subsídios à exportação, que se tornam necessários para a liquidação de excedentes exportáveis. Tais políticas deprimem as cotações mundiais de produtos agrícolas de forma significativa. Seu custo nos grandes países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1984-86 foi, em média, de US\$ 216 bilhões anuais; os Estados Unidos e a CE gastaram cerca de US\$ 80 bilhões cada um e o Japão US\$ 50 bilhões. Na CE e no Japão a maior parte desses custos é repassada aos consumidores, mas nos Estados Unidos são principalmente os contribuintes que cobrem as despesas (ver estimativas da OCDE citada in Kelly e outros 1988, p. 140).

As taxas nominais de proteção nos países desenvolvidos são elevadas, especialmente na Europa e Japão. As médias ponderadas de preços ao consumidor apresentam coeficientes de proteção nominal de 1,56 para a CE, de 1,81 para outros países europeus, 2,08 para o Japão e 1,17 para os Estados Unidos (ver World Bank 1986, pp.112-113). Estimativas recentes de "equivalentes de subsídios ao produtor" (PSEs) que procuram englobar amplo espectro de medidas distorcivas no cômputo de subsídios necessários à manutenção da renda constante dos agricultores - apresentam 14,5 por cento na Austrália, 68,9 por cento no Canadá, 40,1 por cento na CE e 28,3 por cento nos Estados Unidos (ver Kelly e outros, 1988, p.141; sobre PSEs e variantes ver Josling e Tangerman 1988).

A ineficiência na agricultura é endêmica na CE, Japão e diversas economias menores da Europa, mas os Estados Unidos estão longe de estarem isentos de culpa com a sua proteção à produção ineficiente de arroz, açúcar, madeira, algodão, certos tipos de carnes processadas, e produtos lácteos. Além disso, os Estados Unidos possuem longa e perniciosa tradição na prática de atividades distorsivas de mercado, agravadas ultimamente pela adoção do seu Export Enhancement Program - programa de incentivos à exportação - em resposta a pressões competitivas de exportações agrícolas da CE. (1)

Em contraste, a política econômica dos países em desenvolvimento tende a revelar um certo viés antiagrícola. As distorções derivam de uma variedade de políticas adotadas: preços artificialmente baixos pagos por órgãos de comercialização, impostos sobre produtos exportados, ineficiente produção doméstica de insumos e taxas de câmbio supervalorizadas, que reduzem o custo de importações competitivas. Esse viés é regra em muitas economias de países menos desenvolvidos, e se reflete no índice PSEs da Argentina, -50,1 por cento, e na Nigéria, -44 por cento (World Bank, 1986). Alguns países em desenvolvimento mais avançados como, por exemplo, o Brasil (PSE 4,2 por cento), têm adotado políticas mais equilibradas, ou até mesmo distorcidas, tais como as de países desenvolvidos (por exemplo, Indonésia, Coreia e México, que apresentam PSEs de, respectivamente, 38,3, 38,5 e 39,5 por cento).

O protecionismo agrícola nos países em desenvolvimento tem sérias conseqüências sobre preços, volume de comércio e bem-estar, comuns às diferentes intervenções praticadas nesses mesmos países. (Estimativas dos impactos dessas políticas são reconhecidamente muito sensíveis a especificações modelares, mas o quadro geral do que poderia resultar de uma liberalização é claro. Ver Valdés 1987, p. 575). O impacto sobre preços e volume comercializado de uma hipotética eliminação da intervenção no comércio de certas "commodities" ilustra o ponto (Tabela 1).

Tabela 1

Efeitos da liberalização de "commodities" selecionadas sobre preços internacionais e volume comercializado em países específicos, ou grupos de países, 1985 (dados percentuais).

IMPACTO	Trigo	Cereais	Arroz não-benef.	Carne bovina	Lácteos	Açúcar
Alteração de preço						
CE	1	3	1	10	12	3
Japão	0	0	4	4	12	3
Estados Unidos	1	-3	0	0	5	1
OCDE	2	1	5	16	27	5
Países em desenvolvimento	7	3	-12	0	36	3
Todos	9	4	-8	16	67	8
Alteração no volume de comércio						
CE	0	4	0	107	34	-5
Japão	0	3	30	57	28	28
Estados Unidos	0	14	-2	14	50	3
OCDE	-1	19	32	195	95	2
Países em desenvolvimento	7	12	75	68	330	60
Todos	6	30	97	235	190	60

NOTA: Inclui o efeito do fim da intervenção nos mercados de produtos agrícolas e não apenas de intervenção no comércio.

FONTE: World Bank (1986, p.129).

Dados sobre como seriam distribuídos entre os países em desenvolvimento lucros e perdas comerciais resultantes de uma liberalização agrícola são frágeis e não necessariamente compatíveis com as melhores estimativas de agregados. Se os países desenvolvidos liberalizassem todas as medidas comerciais que afetam o setor agrícola, as exportações de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento de carne, trigo, açúcar e milho cresceriam 533 por cento, 146 por cento, 103 por cento, e 52 por cento, respectivamente (Zietz e Valdés 1986, p.43). Estimativas de uma redução de 50 por cento, de barreiras ao comércio de produtos agrícolas de zona temperada, feita pelos países desenvolvidos, excluindo aqueles acima mencionados, sugerem que seu impacto não seria muito significativo, salvo no caso de vinhos (ver Valdés e Zietz 1980, p.34).

Tabela 2

Ganhos de eficiência de diferentes blocos econômicos derivados de diferentes liberalizações agrícolas de "commodities" selecionadas, 1985

Ganhos de eficiência	Liberalização em (bilhões de dólares)		
	Países Industrial.	Países em desenv.	Todos os países
Países em desenvolvimento	-11,8	28,2	18,3
Países industrializados	48,5	-10,2	45,9
Europa Oriental (não-economias de mercado)	-11,1	-13,1	-23,1
Todos os Países	25,6	4,9	41,1

Fonte: World Bank (1986, p.131)

Mas os ganhos não são distribuídos uniformemente. Um dado crucial de recente pesquisa indica que, se a liberalização de produtos agrícolas ficasse restrita ao comércio dos países desenvolvidos, causaria dano à totalidade dos países em desenvolvimento (Tabela 2). Os ganhadores, no caso de liberalização restrita a países desenvolvidos, seriam alguns poucos países em desenvolvimento mais avançados, como Argentina e Brasil; os principais perdedores seriam Coréia, países da África Sub-Saariana, e alguns do Oriente Médio. A liberalização, se ocorrida nos próprios países em desenvolvimento, é que melhoraria a posição desse grupo de países.

A posição de cada país - desenvolvido ou em desenvolvimento - sobre a questão da proteção a produtos de zona temperada variará segundo sua eficiência na produção agrícola, renda per capita, se ele é importador ou exportador líquido de produtos agrícolas e, bem assim, a importância das mercadorias no comércio total. Austrália e Nova Zelândia - produtores desenvolvidos eficientes de produtos agrícolas - são prejudicados pelo aumento

de proteção. O caso dos Estados Unidos é complexo, pois são ineficientes em algumas atividades agrícolas e competitivos em outras. As economias desenvolvidas que são produtoras ineficientes podem ser classificadas em dois tipos: as que protegem a produção doméstica e perturbam os mercados mundiais de produtos agrícolas através de exportações altamente subsidiadas (por exemplo, a CE e, no que toca a arroz, o Japão), e as que não exportam sua produção ineficiente (tipicamente os países membros da AELC).

Os países em desenvolvimento também podem ser divididos, grosso modo, em dois grupos: exportadores líquidos (de variados graus de eficiência e dependência da exportação agrícola, indo desde aqueles eficientes e dependentes, como Argentina, até os menos eficientes e menos dependentes, como o Brasil) e importadores líquidos, que continuarão a gozar de preços baixos de importações no caso de a proteção ao setor agrícola continuar incólume.

O grupo de Cairns de países em desenvolvimento e desenvolvidos que pregam a liberdade de comércio de produtos agrícolas, formado em agosto de 1986, constitui uma das manifestações dessa fragmentação de interesses. Seus membros - Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Fiji, Hungria, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Uruguai - são principalmente exportadores líquidos de produtos agrícolas de zona temperada que têm consistentemente pressionado pelo desmantelamento do protecionismo à agricultura.

Têxteis e Vestuário

O presente Acordo Multifibras (IV AMF) a vigorar até 1991 foi precedido por uma longa história. Desde 1959, arranjos sucessivos no GATT vinham legitimando de fato a proteção a têxteis e vestuário, ao permitirem que países desenvolvidos impusessem restrições quantitativas sobre uma gama crescente de tais exportações provenientes dos países em desenvolvimento. A justificação era que essas exportações prejudicavam a produção e emprego nos países desenvolvidos. De fato, a maior capitalização da indústria, tornada possível pelas rendas econômicas geradas pelas restrições à importação e subsídios ao investimento, é a maior culpada pela sua contração (ver Silberston 1984, capítulo 7).

Mesmo inibida pelo AMF - a participação das exportações de têxteis e vestuário dos países em desenvolvimento nos principais mercados mundiais tem crescido. A participação nas exportações de têxteis tem crescido menos que as de confecções porque a posição

competitiva dos países desenvolvidos na indústria têxtil mais dependente de capital, é mais significativa. Os países em desenvolvimento (inclusive a China) em 1985 forneceram US\$ 29,5 bilhões em têxteis e vestuário aos países desenvolvidos, ou seja, 40 por cento das importações destes últimos países (dados do comércio intra-CE e intra-AELC). Regras do AMF têm sido contornadas por meio de classificação mais vantajosa de produtos exportáveis e utilização alternativa - "quota hopping" - de contingentes através de investimentos em países não possuidores de quotas. Os países em desenvolvimento importaram cerca de US\$ 30 bilhões de dólares em 1985, dos quais 40 por cento provieram de países desenvolvidos. As altas alíquotas ou restrições quantitativas geralmente aplicadas sobre importações têm por base alegações de dificuldades de balanço de pagamentos (ver Cable 1987a, especialmente p.620, 631-32, quanto a importações de países desenvolvidos; e Kelly e outros 1988, pp.74-75, quanto à proteção nos países em desenvolvimento).

O lobby protecionista nos países importadores é ajudado pelo fato de que alguns países em desenvolvimento se mostram pouco entusiastas quanto a um retorno à competição. Em países onde as quotas são distribuídas segundo o desempenho tradicional, ou onde as licenças de importação são leiloadas, os exportadores ou os governos colhem os benefícios gerados pela escassez artificial. Esse congelamento de vantagens comparativas potenciais significa que alguns países em desenvolvimento se opõem ao retorno à competição, temendo reduções nas suas participações no mercado que têm sido sustentada pelas regras inerciais do AMF.

Número considerável de estudos empíricos sobre o impacto do AMF, principalmente com base em análise de equilíbrio parcial, sugere que adirão benefícios substanciais da liberação do comércio de têxteis e vestuário. Kirmani, Molajani e Mayer (1984) estimaram que, se todas as barreiras ao comércio fossem abolidas, as exportações dos países em desenvolvimento se expandiriam 82 por cento, nos têxteis, e 93 por cento no vestuário - resultados aproximadamente compatíveis com os obtidos pela UNCTAD. Cerca da metade da expansão do comércio gerado pela remoção de restrições nos países desenvolvidos seria em têxteis e vestuário (Laird Yeats 1986, p.29). Os custos ao consumidor da proteção só nos Estados Unidos, inclusive perdas em excedentes do consumidor e preços mais elevados das importações, assim como da produção doméstica, foram estimados em quase US\$ 20 bilhões, e custos líquidos de bem-estar ("welfare costs") de cerca de US\$8,1 bilhões em 1985 (ver Cline 1987, p.191; para outras estimativas, ver World Bank 1987, p.151).

Tradicionalmente, analistas têm sugerido, com base em custos comparativos de produção, que o desmantelamento das restrições amparadas pelo AMF causaria dano a países de renda média que pagam salários relativamente mais elevados, e que não possuem indústrias têxteis e de confecções bem desenvolvidas. A produção tenderia a concentrar-se em países com baixos custos de mão-de-obra (Mediterrâneo e Europa Oriental), ou que possuem alta tecnologia complementada por mão-de-obra relativamente barata e flexibilidade para acompanhar as mudanças da moda (Hong Kong), (ver Cable 1986, pp.29-30). Porém, é tênue a base empírica desses argumentos: têm sido poucos os experimentos em mercado livre para produtos de têxteis e vestuário. Por exemplo, a Noruega não participava do AMF II e AMF III, e suas exportações de têxteis e vestuário eram reguladas somente por arranjos globais (não específicos por países); é interessante que Hong Kong tenha mantido sua participação no mercado norueguês entre 1978 e 1982 (cerca de 7-8 por cento) e que o outro único país em desenvolvimento com participação acima de 1 por cento naquele mercado, no mesmo período, tenha sido a China.

Análise de equilíbrio geral mais recente sugere que um tal ponto de vista deve ser revisto drasticamente: as economias dos países em desenvolvimento, em seu conjunto, ganhariam com a abolição do AMF (ver Trela e Whalley 1988, especialmente tabelas 5 e 6). Para diversas economias os benefícios em termos de bem-estar excederiam US\$ 1 bilhão: Brasil (US\$ 1,03 bilhão), China (US\$ 2,34 bilhões), Coréia (US\$ 2,09 bilhões), e Formosa (US\$ 1,4 bilhão). Os ganhos da Índia e Sri Lanka surpreendentemente seriam insignificantes e, se a liberalização ficasse adstrita a quotas do AMF, Hong Kong sofreria substanciais perdas de bem-estar, enquanto Macau, Paquistão, Cingapura e Tailândia, sofreriam perdas muito menores.

A implicação é que países que receiam a contração absoluta de exportações e deslocamentos resultantes do desmantelamento do AMF, experimentariam de fato benefícios. Assim, a sobrevivência do protecionismo, no caso de produtos, têxteis e vestuário tende mais a depender dos beneficiários domésticos de vantagens obtidas com o atual sistema nos países em desenvolvimento, e menos dos receios entre exportadores de mais alto custo entre os países em desenvolvimento.

Seria politicamente irrealista esperar o rápido desmantelamento do AMF. Porém, a liberalização do comércio poderia começar pela globalização de quotas relacionadas por países ou por produtos, ou, por método diferente, por meio de liberalização gradual (segundo

cronograma aprovado), liberalizando-se primeiro os pequenos fornecedores (ver Raffaelli 1989).

Artigo XVIII do GATT: dificuldades de Balanço de Pagamentos e Proteção à Indústria Nascente.

O recurso ao artigo XVIII (b) do GATT permite aos países em desenvolvimento imporem restrições à importação quando estiverem com dificuldades no balanço de pagamentos. O uso desse dispositivo para bloquear importações tem sido facilitado por um controle um tanto perfunctório do GATT para apurar se de fato tais medidas se justificam em função de dificuldades de balanço de pagamentos ou se mascaram uma proteção virtualmente absoluta e permanente a setores ineficientes (ver Anjaria 1987, Seções I e II). Tem sido tão fácil aos países em desenvolvimento recorrerem ao artigo XVIII (b) que, nos anos recentes, eles raramente fizeram uso de medidas amparadas pelo inciso (c) do mesmo artigo (XVIII), que protege a indústria nascente.

Assim amparado, o protecionismo floresceu nos países em desenvolvimento. Medidas não tarifárias afetam 40 por cento das posições tarifárias nos países em desenvolvimento (ver Kelly e outros, 1988), em comparação com 22,6 por cento para importações outras que não petróleo nos países desenvolvidos. A literatura tende a apresentar os custos de proteção nos países em desenvolvimento em termos de crescimento econômico a que tiveram de renunciar. Essa avaliação é falaciosa, dada a dificuldade de separar os custos da proteção dos custos de outras políticas econômicas, e de comparar diferentes experiências nacionais em diferentes momentos históricos. Um outro método de aferir custos é a mensuração de taxas de proteção efetiva que sustentam distorções existentes em países em desenvolvimento (ver World Bank 1987, pp.88-89). Os resultados de ambos os métodos de previsão demonstram claramente que muitos países em desenvolvimento protegem suas indústrias domésticas muito além do tempo necessário para tornar as indústrias nascentes competitivas.

O princípio bem estabelecido do GATT que concede tratamento especial e diferenciado (S&D) tem sido muito criticado recentemente. (Para uma cautelosa condenação, ver o Relatório Leutwiler, GATT 1985, pp. 44-45. Para crítica mais radical, ver Wolf 1987). Os críticos argumentam que o princípio do S&D presta um desserviço aos países em desenvolvimento: primeiro, ao dispensá-los de fazer concessões recíprocas aos países desenvolvidos e, assim, não participam do sistema GATT; e, segundo, capacita-os a bloquear importações por razões de balanço de pagamentos ou por indústria infante.

O argumento se baseia no princípio de que a liberalização, mesmo unilateral, é melhor que proteção. Seus defensores sugerem que as vantagens, para os países em desenvolvimento, de remover o princípio do S&D não adiriam das concessões recíprocas pelos países industriais, já que sua "influência... é transparentemente irrisória": deveriam eles se esforçar para uma participação mais completa e mais igual no GATT, mas a principal vantagem seria tornar mais fácil liberalizar domesticamente (ver Wolf 1987, pp. 661-665).

A "modernização" do artigo XVIII tem sido instada para que se possa levar em conta o "novo papel" das taxas de câmbio flutuantes vigorantes desde o princípio dos anos 70. Se um tal raciocínio viesse a ser aceito sem qualificação, significaria apagar de uma vez o artigo XVIII (b) e, se o mesmo julgamento fosse aplicado a outros artigos do GATT a fim de torná-los compatíveis com a teoria econômica, muito pouco da presente carta permaneceria de pé. A agenda de Punta del Este não contemplou uma reforma radical do Acordo Geral, nem se deve esperar que isso aconteça em futuro previsível.

Acesso a Mercados

O acesso das exportações de manufaturas dos países em desenvolvimento aos mercados dos países industrializados é prejudicado por muitas barreiras: direitos antidumping (ADs), direitos compensatórios por emprego de subsídios (CVDs), salvaguardas e outras medidas não determinadas, tais como restrições "voluntárias" à exportação (VERs).

A aplicação crescente de ADs e CVDs sobre exportações de países em desenvolvimento, desde o início da década de 80, se acha bem documentada (ver Finger e Nogués 1987; Nam 1987; Laird e Nogués 1988). Existe amplo consenso no sentido de que ADs e CVDs são utilizados em lugar de medidas de salvaguarda, que seu elemento inibidor é importante, e que pelo menos nos Estados Unidos as apurações para determinação preliminar de prática irregular podem ser tendenciosas, pendendo no sentido afirmativo do resultado. O conceito de preço construído é passível de crítica (ver Kelly e outros 1988, pp. 10-11). A apresentação de uma petição relativa à prática desleal de comércio é geralmente o primeiro passo em um processo que nos Estados Unidos conduz a uma demanda de aplicação da medida VER. A base econômica dessa legislação é deficiente pois concentra-se sobre o dano causado ao produtor doméstico ao invés de sobre a vantagem que advirá ao consumidor de um produto importado mais barato. Na prática favorece políticas de formação de preços baseadas no custo total e, assim, estimula, em vez de prevenir, políticas de preços predatórios. E o argumento de que precisamente a legislação evita a adoção de políticas de

preços predatórios por empresas que poderão, no futuro, explorar os consumidores nos países industrializados, aumentando preços, também não convence num mundo que dispõe de uma pluralidade de fornecedores em potencial (ver Finger 1987, p. 156ff).

O artigo XIX do GATT dispõe sobre regras para ação de emergência no caso de importação de produtos que estão causando ou que ameaçam causar danos a produtores domésticos. Restrições aplicadas ao amparo da cláusula de nação mais favorecida (NMF) são permitidas, porém mediante compensação aos exportadores afetados. Essas salvaguardas legais, entretanto, raramente têm sido aplicadas. Ao invés disso, faz-se uso de arranjos, tais como as referidas restrições voluntárias às exportações, que preservam formalmente a legalidade do GATT, dada sua natureza supostamente voluntária, sem que antes se tenha iniciado reclamação pela "parte prejudicada".

Existe grande variedade de VERs: 95 em setembro de 1986, das quais 30 afetavam exportações de países em desenvolvimento. A percentagem de importações dos países desenvolvidos, de todas as fontes supridoras, afetadas por VERs, aumentou, entre 1981 e 1986, de 6,6 por cento para 45,2 por cento com relação a produtos siderúrgicos, e permaneceu mais ou menos constante, em torno de 9 por cento com relação a outras manufaturas. O custo dessa medida (VERs) para o consumidor está bem documentado. Pouco se sabe, contudo, acerca do custo líquido para os exportadores, porque a contração do volume importado é compensada pelo aumento de rendas econômicas ("rents"). Somente para vestuário, as rendas econômicas ("rents") derivadas das VERs elevaram-se a 1,4 por cento do produto interno bruto de Hong Kong em 1981-83 (ver Sampson 1988, pp. 139-40; World Bank 1987, pp. 149-50).

As medidas do tipo ADs, CVDs e VERs afetam mais as economias mais industrializadas entre países em desenvolvimento: Brasil, Hong Kong, Coreia, México e Formosa. Os países de menor desenvolvimento econômico relativo estão muito menos interessados nessas questões porque suas principais limitações derivam de uma capacidade de ofertar inadequada, e não de disponibilidade de mercado.

Tais arranjos criam direitos adquiridos - obviamente, protegidos produtores domésticos ineficientes e, também, os exportadores detentores de quotas de exportação, que preferem um mercado estável não vulnerável a vantagens comparativas dinâmicas e que desfrutam as rendas econômicas geradas pelas restrições impostas. Com efeito, os países em desenvolvimento podem até estar em posição melhor com as VERs do que sem elas. Os

países que impõem as restrições podem até preferir, por exemplo, pagar pela aceitação da medida de restrição voluntária, deixando assim os exportadores interessados mais satisfeitos, do que a situação anterior, pré-VER, em que a alternativa - salvaguarda com amparo no artigo XIX - tinha que ser estendida não-discriminatoriamente a todos os fornecedores (ver Hidley 1987, pp. 698-99).

Os países industrializados têm consistentemente concordado em seu retorno à disciplina do GATT, abandonando o emprego de medidas protecionistas da chamada "área cinzenta" sob a condição de "seletividade". A seletividade - uma autorização para poder aplicar salvaguardas discriminatórias a determinados países fornecedores - solaparia clamorosamente o Acordo Geral; a única alternativa sugerida (afrouxar os rigores do artigo XIX, inclusive abolindo compensações) resultaria na perda de receita econômica dos exportadores e reduziria o seu acesso a mercado (Hindley 1987).

A renovação da iniciativa uruguaio-brasileira dos anos 60 no GATT poderia constituir alternativa efetiva aos incômodos dispositivos do artigo XIX, no caso das restrições voluntárias (VERs) virem a ser abolidas. A proposta estabelecia o princípio de pagamentos financeiros de países desenvolvidos a países em desenvolvimento por violação ao Acordo Geral.

Os Novos Temas: TRIPs, TRIMs e Comércio de Serviços

Dos três novos temas, TRIPs (direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio) disputou com serviços a primazia como principal pomo de discórdia entre países industrializados e em desenvolvimento. A resistência dos países em desenvolvimento a aceitarem a discussão dos novos temas constituiu sobretudo uma reação à pressão dos EUA para inserir no âmbito do GATT regras sobre o comércio e investimento estrangeiros para serem aplicadas a serviços; mas desde que o impasse serviços foi superado, TRIPs tem se mantido na vanguarda por estreita margem. TRIMs (medidas de investimento relacionadas ao comércio) parece atualmente o candidato menos indicado para sustentar confrontação, por um lado porque parece proibitivo o custo político e técnico de aparelhar o GATT para tratar das questões que o tema envolve, e, por outro, porque alguns dos problemas inerentes a TRIMs já estariam de qualquer modo sendo cobertos pelas negociações relativas ao comércio de serviços. A consideração dos novos temas deverá, portanto, limitar-se, aqui, à TRIPs e ao comércio de serviços.

Direitos de propriedade intelectual são de primordial importância para os países desenvolvidos pelas razões estratégicas já mencionadas. Os Estados Unidos têm usado cada vez mais a questão para justificar as pressões unilaterais, especialmente sobre os países em desenvolvimento mais avançados, no sentido de obter concessões preferenciais em suas legislações sobre direitos de propriedade. Exemplo recente foi a imposição de restrições comerciais a importações de produtos brasileiros, em consequência de investigação amparada pela Secção 301 da Lei de Comércio Americana, por alegadas infringências às patentes farmacêuticas dos EUA.

Os países desenvolvidos se mostram cada vez mais insatisfeitos com as deficiências do regime que regula a propriedade intelectual, tanto no que respeita à sua abrangência e implementação, quanto à proteção inadequada a patentes e direitos autorais, particularmente com relação a novas áreas, como biotecnologia, semicondutores e programas para computador (ver Benko 1988, p. 221ff).

O que está em jogo é a questão de saber se a regulamentação que cobre direitos de propriedade intelectual será transferida de organismos como a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) ou UNESCO para o GATT. Os países desenvolvidos vêm no mandato de Punta Del Este justificativa para uma tal transferência ; enquanto os países em desenvolvimento enfatizam o fato de que são limitados os aspectos do tema relacionados a comércio. Além de se oporem politicamente à transferência por considerá-la contrária aos seus interesses, os países em desenvolvimento crêem que a legislação atinente a direitos de propriedade superprotege direitos monopolísticos à custa de outros aspectos que lhes são vitais, como acesso à tecnologia e limitação de exportações.

Os interesses dos diversos grupos de países em desenvolvimento diferem entre si na questão TRIPs. Alguns, como Hong Kong, favorecem medidas similares às que advogam os desenvolvidos. Dentre os que estão mais dispostos a negociar, a Argentina e a Colômbia interessam-se principalmente pelo assunto para utilizá-lo como trunfo em outras negociações paralelas; para outros (Coréia, México) ele tem importância intrínseca. Brasil, Egito e Índia são os que mais relutamam, no passado, em ver o GATT aparelhado para aplicar normas disciplinadoras nessa área.

Como acontece com a questão de serviços, a discussão do tema TRIPs é prejudicada pela falta de estatísticas confiáveis quanto ao impacto econômico. O principal documento americano (U.S. ITC 1988) informa "perdas" totais de US\$ 23,8 bilhões - dado não conferido, fornecido por firmas americanas utilizando métodos não conhecidos. A ausência de evidências merecedoras de crédito relega o centro das negociações a questões de princípio, frustrando a possibilidade de qualquer progresso conducente a um consenso.

Tem sido sugerido que os países em desenvolvimento, em lugar de resistirem em aceitar a agenda de negociações proposta sobre propriedade intelectual e manter a situação atual como sendo de equilíbrio, deviam considerar que, se não houver acordo no GATT sobre TRIPs, a presente situação tende a deteriorar-se, porque os países desenvolvidos se tornarão muito mais agressivos nos seus esforços disciplinadores bilaterais. Argumento na mesma linha sugere que um novo acordo será alcançado, independentemente da resistência que lhe opõem os países em desenvolvimento, mesmo que seja à margem do GATT, baseado nas regras condicionais da cláusula NMF. Tais iniciativas devem influir no progresso verificado nos outros grupos negociadores e, de maneira mais geral, ameaçam ainda mais os princípios basilares do GATT. Uma saída para essa dificuldade provavelmente depende de negociações cruzadas por assunto, porquanto de outro modo pouco teriam a lucrar os países em desenvolvimento.

Serviços

A insistência dos EUA na liberalização do comércio de serviço deriva das significativas mudanças estruturais que estão ocorrendo em países industrializados em setores produtores de serviços: telecomunicações; engenharia; consultoria financeira e jurídica; bancos e outros serviços financeiros; publicidade; distribuição e processamento de dados. Progressos verificados na tecnologia da comunicação e informação tiveram profundo impacto na competitividade e expansão estrangeira de firmas fornecedoras de tais serviços. Firms americanas querem expandir e competir no exterior, e só podem fazê-lo estando próximas ao consumidor (US Congress 1986, p.43). Porém, a maioria dos países restringe o fornecimento de serviços provenientes do exterior.

As dúvidas dos países em desenvolvimento - particularmente os que constituíram, no passado, o G-10, tais como Brasil, Egito, Índia e Iugoslávia, que possuem interesse substantivo imediato na questão, tanto como importadores quanto como exportadores - estão radicadas em dois conjuntos distintos de argumentos. O primeiro se relaciona ao acúmulo de

itens pendentes e não solucionados do comércio de bens. Os países em desenvolvimento argumentam que esse acúmulo de assuntos por resolver deveria ser atacado antes de proceder-se à negociação de serviços, de maneira a evitar concessões cruzadas que podem enfraquecer sua posição negociadora nos temas tradicionais. Os países do G-10 assinalam também que a discussão do tema serviços (afora o ponto estritamente jurídico de que serviços estão claramente fora do escopo do Acordo Geral) pode suscitar questões acerca do direito de estabelecimento, tratamento nacional, e outros assuntos complexos e politicamente sensíveis. Na verdade, a admissão do debate sobre serviços no GATT foi vista como uma moção clamorosamente unilateral, tendo a ver com questões relacionadas a investimento estrangeiro direto, de importância primordial para os países desenvolvidos, assim como o são o direito a acesso à tecnologia para os países em desenvolvimento e a adoção de um código de conduta sobre práticas comerciais restritivas aplicadas por empresas transnacionais. A posição contraditória dos EUA a respeito desses temas nas Nações Unidas, onde têm efetivamente conseguido bloquear a discussão de um código de conduta sobre empresas transnacionais, também tem sido notada (ver Maciel 1986, p. 90). E, por fim, a agenda inicialmente proposta pelos países desenvolvidos concentrava-se indevidamente sobre serviços relacionados a capital, excluindo serviços intensivos na utilização de mão-de-obra, que são de maior interesse para países em desenvolvimento.

O segundo conjunto de argumentos apresentados pelo G-10 (ver Batista, 1987, p.1) refere-se ao fato de que muito pouco se conhece sobre transações internacionais de serviços para poder avaliar as implicações de uma liberalização desse comércio. Políticas comerciais e industriais orientadas para os setores produtores de serviços em rápida mutação são claramente de primordial importância para o desenvolvimento econômico. Primeiro, como insumos intermediários, a oferta desses serviços a preços internacionalmente competitivos é importante para manter a eficiência e o crescimento das exportações. Em segundo lugar, essas novas atividades possuem importantes efeitos para trás com a produção de computadores e com a capacitação tecnológica no setor industrial doméstico.

A avaliação dos benefícios que um país particular poderia auferir de uma liberalização das transações em serviços é dificultada pela existência de problemas conceituais e pela pobreza de dados quanto à estrutura protecionista e, ainda, a prevalência de restrições outras que não as referentes a preços. A posição dos países em desenvolvimento contrária à liberalização comercial nessa área foi sendo construída na presunção de que ganhos estáticos seriam desigualmente distribuídos, uma vez que a vantagem comparativa está concentrada

em poucos países desenvolvidos e que, os países em desenvolvimento, ficariam em situação desfavorável para fazer valer suas próprias vantagens comparativas no devido tempo.

A compreensão do que está em jogo tem melhorado nos últimos anos; a posição de países como Brasil e Índia já não é vista como meramente obstrucionista. Os pontos de vista dos opositores têm servido de poderoso estimulante na formação de posições mais claras de como fazer progredir as negociações. Mas a constatação empírica das vantagens de uma liberalização não tem acompanhado esse progresso negociador. Estimativas de custos de proteção são ainda quase tão fragmentárias e incompletas como o eram quando os Estados Unidos começaram a pressionar pela inclusão do item na agenda da nova rodada.

Grupos de pressões setoriais dos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, respondendo positivamente à iniciativa de um pequeno número de países em desenvolvimento mais atuantes, começaram um trabalho de convencimento para revisão da proposta dos países desenvolvidos em bases mais equilibradas, consentâneas com a decisão adotada em Punta del Este no sentido de que as normas multilaterais sobre o comércio de serviços deveriam promover o crescimento econômico para todos e contribuir para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento (ver Richardson 1988, p.9). Sinais de receptividade nos países desenvolvidos a propostas que liberam o fluxo de mão-de-obra relacionadas a serviços e outras que mencionam a necessidade de assegurar um fluxo adequado de tecnologia, indicam que há base para que os países em desenvolvimento comecem a acreditar que exista algo para negociar.

Os países em desenvolvimento, como diversos já notaram, podem vir a pagar alto preço caso se abstenham de negociar (ver Bhagwati, 1987b, p.565.). Como as táticas meramente obstrucionistas já começaram a perder o ímpeto, por seu uso repetido ou esvaziamento do apoio nas capitais, e como a posição intransigente dos países desenvolvidos começa a ceder, a idéia de que os países em desenvolvimento deveriam assumir sua posição de demandantes de concessões está ganhando força (ver Sampson 1988a, p.108). As demandas em questão referem-se a setores específicos, tais como a possibilidade de absorção de tecnologia através de joint-ventures assim como melhoria de acesso a mercados. As vantagens de uma melhor disponibilidade de serviços para aumentar a competitividade no fornecimento de bens pode constituir outro fator de negociação. Há lugar para cooperação no estabelecimento de novas regras capazes de satisfazer em sua totalidade os requisitos do mandato de Punta del Este (ver, por exemplo, no que concerne a propostas sobre princípios

de comportamento para produtores, regulamentação apropriada e compatibilidade com o desenvolvimento, Richardson 1988, pp.8-10).

III - COALIZÕES: O VELHO E O NOVO

Em seu conjunto, os países em desenvolvimento constituem mercado mais importante que o dos Estados Unidos: se unidos, seriam uma força a considerar nas negociações do GATT. Embora a coalizão de países em desenvolvimento seja tradicional em outras agências multilaterais, têm sido menos comuns no GATT, onde as decisões são tomadas por consenso informal, ao contrário da votação dividida ao estilo das Nações Unidas. E uma coalizão englobando todos os países em desenvolvimento seria mais difícil agora do que no passado, quando os interesses desses países eram mais homogêneos do que o são na atualidade. De fato, a única coalizão definida, exclusivamente de países em desenvolvimento, que emergiu nos anos 80, no GATT foi o Grupo dos 10 (G-10), cujo objetivo era impedir a inclusão do item serviços na agenda da nova rodada de negociações.

Como já observado, uma outra coalizão ativa, desde Punta del Este, é a do Grupo de Cairns de países contrários ao protecionismo agrícola, um grupo de base temática que reúne países industrializados e em desenvolvimento. (2) Mas as esperanças de que outras coalizões similares pudessem ser formadas em torno de tópicos em debate seguindo esse exemplo resultaram vãs. O chamado grupo do Hotel de la Paix, cuja participação coincide aproximadamente com o grupo de apoio à proposta suíço-colombiana de 1986, apresentada em Punta del Este, não se aglutinou de forma alguma em torno de pontos da agenda e, conquanto tenha ocorrido a apresentação conjunta de propostas em certos grupos negociadores do GATT (salvaguardas e recursos naturais, por exemplo), tais iniciativas não parecem indicar a criação de coalizões mais formais (ver Hamilton e Whalley 1988, pp. 36-37).

As perspectivas de novas coalizões de países em desenvolvimento, tendo por base objetivos econômicos concretos, podem ser avaliadas examinando-se os interesses convergentes desses países (para uma primeira tentativa, ver Kahler e Odell 1988). Os países em desenvolvimento são demandantes em quatro áreas principais do GATT: têxteis, produtos tropicais, agricultura e acesso a mercados; e poderão vir a tornar-se demandantes em serviços mas, provavelmente, não se habilitarão também quanto aos outros novos temas.

Como demandantes de concessões no grupo de serviços, o núcleo do G-10 talvez tivesse razões para reativar sua antiga coalizão.

A liberalização do comércio de têxteis é a única questão que, segundo evidência recente, poderia interessar a todos os países em desenvolvimento (embora não com a mesma intensidade). As principais economias a se beneficiarem incluem: Brasil, China, Indonésia, Coréia, Cingapura e Formosa, excluindo, surpreendentemente, a Índia. Infelizmente, a discussão substantiva dessa questão vital ficou adiada com a renovação até 1991 do AMF.

Quanto aos produtos tropicais e à agricultura de zona temperada, os países em desenvolvimento se acham divididos. Aqueles que são membros de áreas preferenciais de comércio mostram-se menos interessados em liberalizar produtos tropicais do que os não participantes nessas áreas, porque a liberalização poderia prejudicar suas preferências. São ainda mais divergentes os interesses em agricultura de zona temperada. Importadores de alimentos como a Coréia, países da África Sub-Saariana e alguns do Oriente Médio, teriam a perder com os efeitos de uma liberalização. Suas perdas comerciais não seriam muito significativas se comparadas aos ganhos dos principais fornecedores, mas as perdas indiretas líquidas em bem-estar relacionadas ao comércio de cereais seriam substanciais. A liberalização do comércio de produtos agrícolas beneficiaria alguns dos maiores países em desenvolvimento, como Argentina e Brasil.

A melhoria das condições de acesso aos países desenvolvidos, beneficiando importações de manufaturas dos países em desenvolvimento interessa principalmente aos novos países industrializados na Ásia e a uns poucos latino-americanos (por exemplo, Brasil e México). Mas, mesmo aqui, os interesses não são necessariamente convergentes em sua totalidade, de vez que os produtos afetados tendem a ser diferentes, concentrando-se as exportações asiáticas em produtos tecnologicamente mais sofisticados.

Uma questão relacionada ao GATT, de interesse para um grande grupo de países em desenvolvimento, é a que se refere à crise da dívida externa. Os vínculos entre comércio e dívida nas presentes negociações limitam-se ao incômodo artigo XVIII (b), e, tangencialmente, ao mecanismo de vigilância de políticas comerciais sob discussão, relacionado com o funcionamento do sistema do GATT. Os países altamente endividados, especialmente os da América Latina e da África, gostariam de ver facilitados os seus serviços da dívida externa por meio de concessões dos países credores concernentes a acesso a mercados, mas essa eventualidade parece improvável.

Uma tal fragmentação de interesses torna improvável a aglutinação de uma forte coalizão de países em desenvolvimento, a menos que os mais avançados dentre eles cheguem à conclusão de que as vantagens de uma tal união compensam o custo de algumas concessões de sua parte. Quanto mais diversificados forem os interesses de um país, tanto mais ativo ele se mostrará na busca por uma coalizão ampla deste tipo.

IV - AS NEGOCIAÇÕES DO GATT EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL

O compromisso dos países em desenvolvimento com as políticas comerciais que propiciam maior eficiência ao mercado é cada vez mais forte, em parte como resultado de convicção e, em parte, como resposta a condições impostas pelas agências multilaterais. Os países desenvolvidos enfatizam a liberalização de obstáculos aos fluxos de serviços e investimento estrangeiro de preferência à liberalização do comércio de bens. Somente para produtos agrícolas existe um grande parceiro comercial - os Estados Unidos - com interesse especial na liberalização do comércio mas, mesmo nesse caso, a iniciativa dos EUA provavelmente encontrará obstáculos nos interesses protecionistas da CE, Japão e países europeus menores.

Além de demonstrarem patente desinteresse em resolver o acúmulo de questões deixadas sem solução no GATT, os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, têm mudado sua política numa direção que conflita com o sistema multilateral de comércio, através de um emaranhado de arranjos preferenciais negociados bilateralmente. Contrariamente, a idéia de um "campo de jogo nivelado" para atuação de todos os membros do GATT suscita o espectro da reciprocidade integral - em oposição ao que vem sendo chamado de reciprocidade de primeira diferença (ver Bhagwati 1987b, p. 564) - tendo S & D como o principal alvo, e ameaçando o argumento dos países em desenvolvimento de que, uma vez que parte tão substancial das questões pendente (backlog) consiste no desrespeito de fato da lei do GATT pelos países desenvolvidos, poder-se-ia corrigir estas antigas distorções sem custo em termos de novas concessões a serem feitas pelos países em desenvolvimento.

O atual sistema multilateral é consequência direta de políticas comerciais dos EUA desde 1934, com sua ênfase na cláusula de nação mais favorecida. O sistema está longe de ser perfeito, mas deixou um balanço considerável de reduções de barreiras ao comércio, além de um rápido incremento do intercâmbio global. Uma infinidade de exceções legais, menos

legais e ilegais às normas do Acordo tem sido permitida desde o começo. Presentemente, o sistema multilateral está sendo seriamente ameaçado pela "Omnibus Trade Bill" aprovada nos EUA, que centraliza sua ênfase mercantilista na necessidade de corrigir os desequilíbrios comerciais através de instrumentos bilaterais de comércio que não são compatíveis com as regras do GATT. A menos que os EUA modifiquem essa legislação, o sistema multilateral corre grave perigo.

Os interesses dos países em desenvolvimento serão melhor servidos com o fortalecimento do GATT do que com o seu enfraquecimento. O compromisso dos países em desenvolvimento com a estrutura jurídica do GATT não é apenas simulado como às vezes se alega. Deriva da sua frágil posição de barganha frente aos países industrializados, seus principais parceiros comerciais.

A desigual distribuição de ganhos e perdas entre diferentes países em desenvolvimento cria interesses contra a negociação de medidas liberalizantes no GATT. Tais dificuldades só podem ser superadas se todas as partes ganharem algo no processo.

Os países em desenvolvimento são demandantes em relação a produtos tropicais, sendo provável que obtenham concessões. Um avanço substancial para reduzir o protecionismo agrícola torna-se essencial ao progresso das negociações como um todo. As perdas sofridas pelos pequenos países em desenvolvimento terão de ser compensadas direta ou indiretamente. Têxteis e vestuário são demasiado importantes para serem deixados fora das negociações. Os países desenvolvidos estão em posição muito fraca para solicitar aos em desenvolvimento a liberalização de tarifas se não estiverem em condições de oferecer reciprocidade, assumindo o compromisso de longo prazo de suspender o AMF e reduzir as respectivas barreiras tarifárias. Em uma negociação construtiva, os países desenvolvidos precisariam conceder algo sobre o artigo XVIII, para obterem acesso a mercados - certamente modificando os itens (b) e (c) e possivelmente concordando com uma limitação temporal no uso de restrições quantitativas, além de legalizarem o uso de sobretaxas tarifárias não-discriminatórias. O artigo XIX é talvez a mais intrigante questão pendente no GATT, pois a abstenção de recorrer a salvaguardas serviu para consolidar um equilíbrio ineficiente e nenhuma parte contratante se sente bastante forte para pressionar pela reforma das regras.

Não é de todo claro como se pode avaliar mudanças institucionais no GATT. Em princípio, melhoria na eficácia operacional e no mecanismo de solução de controvérsias

deverá assegurar a aplicação equilibrada de novos dispositivos e, conseqüentemente, contará com o apoio daquelas partes mais interessadas no fortalecimento da instituição.

Em TRIPS e TRIMs, os países desenvolvidos são demandantes, sendo difícil visualizar como os países em desenvolvimento poderiam ser convencidos a deixarem sua posição defensiva, uma vez que nada esperam lucrar com a reformulação de regras e uma maior eficácia operacional. Muito dependerá do valor das concessões que os países desenvolvidos oferecerem em outros grupos negociadores. Serviços, todavia, parecem permitir condições para troca de concessões, por envolverem negociações detalhadas na base de setor por setor.

Uma liberalização do comércio nos países desenvolvidos em 1983 teria incrementado suas importações em cerca de 12 por cento (aproximadamente US\$ 30 bilhões) (Laird e Yeasts 1986, p.29). É fácil imaginar flutuações de taxas de câmbio, taxas de juros e do nível de atividade econômica nos países desenvolvidos que tenham impacto semelhante sobre as exportações dos países em desenvolvimento. As desvantagens de restringir-se as negociações a tópicos de comércio, excluindo questões a ele relacionadas (como o problema da dívida), que são de primordial importância para muitos países em desenvolvimento, devem ser levadas em consideração.

O assunto da vinculação de questões de comércio à dívida externa é, sem dúvida, vexatório. Em 1985, o conceituado Relatório Leutwiler (GATT 1985, p.49), afirmava que "a saúde e até mesmo a manutenção do sistema de comércio... estão ligados a uma resolução satisfatória do problema mundial da dívida...". Nos primeiros dias da crise da dívida chegou-se a pensar ingenuamente que o poder de barganha dos países devedores na obtenção de acesso a mercados dos países credores seria aumentado. Na eventualidade, os bancos comerciais não só deixaram de pressionar pela melhoria das condições de acesso para exportação dos países devedores, mas chegaram até a transformar as idéias iniciais sobre vinculação dívida-comércio ao apoiarem a insistência dos EUA na obtenção de direitos de estabelecimento para firmas de serviços nos países em desenvolvimento. Uma outra complicação na questão do vínculo dívida-comércio é a contradição aparente entre o princípio de reciprocidade tradicional em negociações do GATT e a liberalização unilateral que deriva de condições impostas aos tomadores de empréstimos por agências financeiras multilaterais. As presentes reduções tarifárias, ainda que não consolidadas, provavelmente não serão levadas em conta como concessões no futuro. O desempenho das exportações em algumas dessas economias endividadadas desde o início da década tem sido pelo menos tão

bom quanto o das novas economias industrializadas da Ásia, mas os seus PIBs per capita estagnaram.

As opiniões sobre liberalização tendem a divergir mais a respeito da distribuição temporal e setorial das medidas do que pelo seu mérito intrínseco. Liberalização de comércio por parte dos países em desenvolvimento altamente endividados, sem uma correspondente liberalização por parte dos desenvolvidos, requer maiores desvalorizações cambiais do que no caso de ação concertada entre ambos os grupos de países. (Sachs, 1987, sustentou de forma convincente o caráter prioritário que um equilíbrio fiscal e estabilidade de preços teriam sobre uma liberalização de comércio, ressaltando o impacto de uma desvalorização sobre o déficit público e o nível de inflação). Ou então as reduções de superávits comerciais devem ser compensadas por apoio financeiro transitório muito maior do que se supõe atualmente. (Anjaria, 1987, considera que a liberalização de comércio é justificativa para a concessão de novos empréstimos externos, mas acredita que esse papel já é exercido pelo FMI.) A questão da dívida é fundamental para muitos membros do GATT. Para que eles possam participar de forma significativa na rodada, é preciso que a presente situação de instabilidade financeira seja resolvida de uma tal maneira que permita separar débitos antigos e novos e começar o processo de restauração da normalidade nos mercados financeiros mundiais.

A fragmentação do GATT e do sistema multilateral de comércio baseado no princípio da nação mais favorecida (NMF) não atenderia aos interesses dos países em desenvolvimento. Os mais fracos têm muito a temer de um desmantelamento das regras. Para fortalecer o GATT, os países em desenvolvimento deveriam articular programas de negociações mais positivos, e assumir com maior frequência a posição de demandantes. Essa necessidade de liberalizar e reestruturar não se restringe, de forma alguma, apenas a países em desenvolvimento. Há campo para uma negociação que produza benefícios para todos.

NOTAS

(1) - A observação de Warley (Warley 1976, p.322) continua válida: "O entusiasmo americano por um regime de liberdade de comércio para produtos agrícolas é não só uma conversão tardia mais também altamente seletiva. Restringe-se àquelas "commodities" de que os EUA são exportadores".

(2) - Não se deve subestimar as divergências de opinião existentes no âmbito do Grupo de Cairns, especialmente no que respeita a tratamento especial e diferenciado em favor de países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Marcelo de Paiva e W.Fritsch. 1987. "Brasil, América Latina e Caribe". in J. Whalley, ed., *Dealing with the North: Developing Countries and the Global Trading System*. London, Canada: University of Western Ontario.
- 1988. *New Theme and Agriculture in the New Round: A view from the south*. Texto para Discussão 188. Rio de Janeiro, Brasil, Depto Economia, Universidade Católica.
- Anjaria, S.J. 1987. "Balance of Payments and Related Issues in the Uruguay Round of Trade Negotiations." *World Bank Economic Review* 1, No.4 (September): 669-88.
- Batista, P. N. 1987. "Trade in Services: Brazilian View of the Negotiating Process." Statement Made at the General Debate in the Group of Negotiations on Services by Head of the Brazilian Delegation, Geneva, GATT. Processed.
- Benko, R. P. 1988. "Intellectual Property Rights and the Uruguay Round." *World Economy* 11, no. 2:217-32.
- Bhagwati, J. n. 1987a. "Economic Costs of Trade Restrictions". In J. Michael Finger and Andrzej Olechowski, eds., *The Uruguay Round: A Handbook for the Multilateral Trade Negotiations*. Washington, D.C.: World Bank.
- 1987b. "Trade in Services ant the Multilateral Trade Negotiations". *World Bank Economic Review* 1, no. 4 (September): 549-69.
- Cable, V. 1986. "Textiles and Clothing in a New Trade Round". London: Commonwealth Secretariat. Processed.
- 1987a. "Textiles and Clothing in a New Round of Trade Negotiations", *World Bank Economic Review* 1, no.4 (September): 619-46.
- 1987b. "Tropical Products". In J. Michael Finger and Andrzej Olechowski, eds., *The Uruguay Round: A Handbook for the Multilateral Trade Negotiations*. Washington, D.C.; World Bank.
- Cline, W. R. 1987. *The Future of World Trade in Textiles and Apparel*. Washington, D. C.: Institute of International Economics.
- Commonwealth Secretariat. 1987. "Tropical Products in the Uruguay Round: An Overview." London. Processed.
- 1988. "Trade-Related Investment Measures in the Uruguay Round: Some Issues for Consideration". London. Processed.
- Dam, K. W. 1970. The GATT: Law and the International Economic Organization. Chicago: University of Chicago Press.
- Erzan, R., and G. Karsenty. 1987. *Products Facing High Tariffs in Major Developed Market Economy Countries: An Area of Priority for Developing Countries in the Uruguay Round?* UNCTAD Discussion, Paper 22, Geneva.
- Finger, J. Michael. 1987. "Antidumping and Antisubsidy Measures". In J. Michael Finger and Andrzej Olechowski, eds., The Uruguay Round: A Handbook for the Multilateral Trade Negotiations. Washington, D. C.: World Bank.
- Finger, J. Michael, and Julio Noguês. 1987. "International Control of Subsidies and Countervailing Duties". *World Bank Economic Review* 1 no. 4 (September): 707-25.
- Fritsch, W. 1989. "The New Minilateralism and Developing Countries". In J.J. Scott, ed., Free Trade Areas and U.S. Trade Policy. Washington, D. C.: Institute for International Economics.

- GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). 1958. Trends in International Trade. A Report by a Panel of Experts. Geneva.
- 1979. The Tokyo Round of Multilateral Trade Negotiations. Geneva: GATT.
 - 1985. Trade Policies for a Better Future (The Leutwiler Report). Proposals for Action. Geneva.
 - 1986. Press Release 1396, September 25.
 - 1988a. Multilateral Trade Negotiations. The Uruguay Round. Group of Negotiations on Goods, Report to the Trade Negotiations Committee Meeting at Ministerial Level, Montreal, December 1988. MTN.GNG/13. Geneva.
 - 1988b. Multilateral Trade Negotiations. The Uruguay Round. Group of Negotiations in Services, Report on the Trade Negotiations Meeting at Ministerial Level, Montreal, December 1988. MTN.GNG/21. Geneva.
- Hamilton, C., and J. Whalley. 1988. Coalitions in the Uruguay Round: The Extent, Pros and Cons of Developing Country Participation. National Bureau of Economic Research Working Paper 2751. Cambridge, Mass.
- Hindley, B. 1987. "GATT Safeguards and Voluntary Export Restraints: What Are the Interest of Developing Countries?" World Bank Economic Review 1, no. 4 (September): 689-705.
- Josling, T., and S. Tangermann. 1988. "Measuring Levels of Protection in Agriculture". Twentieth International Conference of Agricultural Economists, Invited Papers, volume 2. August 24-31, Buenos Aires. Processed.
- Kahler, M., and J. Odell. 1988. "Developing-Country Coalition Building and International Trade Negotiations". In J. Whalley, ed., Rules, Power and Credibility. London, Canada: University of Western Ontario.
- Karsenty, G., and S. Laird. 1986. The Generalized System of Preferences: A Quantitative Assessment of Direct Trade Effects and Policy Options. UNCTAD Discussion Papers 18. Geneva.
- Kelly, M., N. Kirmany, M. Xafa, C. Boonekamp, and P. Winglee. 1988. Issues and Developments in International Trade Policy. International Monetary Fund Occasional Paper 63. Washington, D. C.
- Kirmani, N., P. Molajoni, and T. Mayer. 1984. "Effects of Increased Market Access on Selected Developing Countries Export Earnings: An Illustrative Exercise". International Monetary Fund DM 84/85. Washington, D. C. Processed.
- Laird, S., and Julio Nogués. 1988. "Trade Policies and the Debt Crisis". World Bank International Economics Department. Washington, D. C. Processed.
- Laird, S., and A. Yeats. 1986. The UNCTAD Trade Policy Simulation Model: A Note on the Methodology, Data and Uses. UNCTAD Discussion Papers. Geneva.
- 1987. "Tariff Cutting Formulas - and Complications." In J. Michael Finger and Andrzej Olechowski, eds., The Uruguay Round: A Handbook for the Multilateral Trade Negotiations. Washington, D. C.: World Bank.
- Luyten, P. 1988. "Multilateralism versus Preferential Bilateralism: A European View". In J. J. Scott, ed., Free Trade Areas and U. S. Trade Policy. Washington D.C. Institute for International Economics.
- Maciel, G. A. 1989. "O Brasil e o GATT." Contexto Internacional 3 (January/July).
- MacPhee, C. R. 1986. "Effect of Competitive Need Exclusions and Redesignation under the U.S. Scheme of Generalized Preferences. UNCTAD/ST/MD/29. Geneva. Processed.
- MOCI (Switzerland). 1989. No. 849, January 2.

- Nam, G. 1987. "Export-Promoting Subsidies, Countervailing Threats, and the General Agreement on Trade and Tariffs." World Bank Economic Review 1, no. 4 (September):727-43.
- Nayyar, D. 1986. "International Trade in Services: Implications for Developing Countries." Exim Bank Commencement Day Annual Lecture. Bombay.
- News of the Uruguay Round. 1988."Text adopted by Ministers in Montreal." MTN.TNC/7(min), December 9. Reproduced in News of the Uruguay Round 23 (December 14).
- Raffaelli, M. 1989."Some Considerations on the Multi-Fibre Arrangement: Past, Present and Future." Geneva: GATT. processed.
- Richardson, J.B. 1988."Some Thoughts on Dealing With Development in an Agreement on Trade in Services." Paper presented to the Roundtable on the Role of the Service Sector in the Development Process, Schloss Fuschl, Austria, July 1-3.
- Saches, J. D. 1987. "Trade and Exchange Rate Policies in Growth-Oriented Adjustment Programs." IMF-World Bank Symposium on Growth-Oriented Adjustment Programs. Washington D.C., February. Processed.
- Sampson, G. 1988a. "Developing Countries and the Liberalization of Trade in Services." In J. Whalley, ed., Rules, Power and Credibility. London, Canada: University of Western Ontario.
- 1988b. "Nontariff Barriers Facing Developing Country Exports."In J. Whalley, ed, Rules, Power and Credibility. London, Canada: University of Western Ontario.
- Silberston, A. 1984. The MFA and the UK Economy. London: Her Majesty's Stationery Office.
- Trela, I., and J. Whalley. 1988."Do Developing Countries Lose from the MFA?" Department of Economics, University of Western Ontario Working Paper 8804C. London, Canada. Processed.
- U.S. Congress Office of Technological Assesment. 1986. Trade in Services, Exports and Foreign Revenues. Washington, D.C.
- U.S. International Trade Commission. 1988."Foreign Protection of Intellectual Property Rights and the Effect on U.S. Industry and Trade". Washington, D.C.
- UNCTAD (U.N. Conference on Trade and Development) Secretariat. 1968. "The Kennedy Round Estimated Effects on Tariff Barriers". Doc. TD/6/rev.1. New York.
- Valdés, Alberto. 1987. "Agriculture in the Uruguay Round: Interests of Developing Countries." World Bank Economic Review 1, no.4 (September): 571-93.
- Valdés, Alberto, and J. Zietz. 1980. Agricultural Protection in OECD Countries: Its Cost to Less-Developed Countries. International Food Policy Research Institute, Research Report 21. Washington, D.C.
- Warley, T.K. 1976. "Western Trade in Agricultural Problems." In A. Shonfield, ed., International Economic Relations of the Western World 1959-1971. Volume 1. Politics and Trade. London: Royal Institute of International Affairs and Oxford University Press.
- Winham, G.R. 1986. International Trade and the Tokyo Round Negotiations. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Wolf, Martin. 1987. "Differential and More Favorable Treatment of Developing Countries and the International Trading System." World Bank Economic Review 1, no.4 (September): 647-68.

World Bank. 1986. World Development Report 1986. New York: Oxford University Press.

- 1987. World Development Report 1987. New York: Oxford University Press.

Yeats, A. 1987. "The Escalation of Trade Barriers." In J. Michael Finger and Andrzej Olechowski, eds., The Uruguay Round: A Handbook for the Multilateral Trade Negotiations. Washington, D.C., World Bank.

Zietz, J., and Alberto Valdés. 1986. "The Costs of Protectionism to Developing Countries: An Analysis for Selected Agricultural Products". World Bank Staff Working Paper 769. Washington D.C.

O BRASIL E O FMI NA DÉCADA DE 80: UMA SÍNTESE DAS NEGOCIAÇÕES

Eugênio Pacceli Ribeiro (*)

A presente nota objetiva recuperar e analisar as principais características dos acordos que o Brasil fez com o FMI durante a década de 80.

Inicialmente procurar-se-á descrever as linhas fundamentais da estratégia de ajustamento do FMI para, posteriormente, examinar a experiência de relacionamento do Brasil com este organismo financeiro na década passada.

A Estratégia de Ajustamento do FMI

De acordo com o Fundo, os déficits do balanço de pagamentos e a inflação são resultantes de um excesso de demanda, alavancado basicamente por um excesso de oferta de crédito sobre a procura por moeda. Para tal fato, segundo o Fundo, contribui o manejo de políticas cambiais, monetário-creditícias, fiscais e salariais equivocadas. Em tal sentido, a solução para estes problemas se consubstancia, primordialmente, em uma redução da absorção interna da economia (consumo, investimento e gastos do governo).

Basicamente, a política de estabilização de curto prazo do FMI consiste em atacar quatro frentes: a cambial, a monetário-creditícia, a fiscal e a salarial (1). As metas quantitativas das principais condicionalidades são sempre fixadas em termos nominais, o que, no caso de países com altos índices inflacionários, dificulta ou exige um esforço intenso no cumprimento destas metas.

Na esfera cambial, a moeda nacional sobrevalorizada requer uma desvalorização (em relação ao dólar, como moeda internacional), a fim de reduzir as importações e aumentar as exportações. Paralelamente, o FMI prega a unificação do sistema de câmbio, eliminação de todas as barreiras ao comércio exterior e aos pagamentos correntes, principalmente dos atrasados cambiais com os credores privados externos.

Na área monetário-creditícia, o Fundo estabelece limites máximos quantitativos para a expansão do crédito, principalmente ao setor público, de acordo com as metas de contração

* Técnico do IPEA. As opiniões emitidas nesta nota são pessoais e não representam, necessariamente, o ponto de vista da Instituição.

de expansão da quantidade de moeda, e o aumento médio da taxa de juros em níveis positivos para limitar a demanda privada de empréstimos e estimular a formação de poupança interna.

No campo fiscal, a preocupação do FMI é com o aumento do gasto público em relação à receita, ou seja, o déficit que leva a aumentar o crédito e a massa monetária. No programa econômico para esta área, o Fundo propugna uma redução efetiva do déficit via corte das despesas correntes, inclusive subsídios, aumento da receita e quase sempre a privatização de empresas estatais.

Na esfera salarial, o Fundo não incorpora em seus programas macroeconômicos cláusulas de desempenho. Entretanto, mudanças na política salarial são vistas como pré-condições que devem ser atendidas antes que o programa seja formalmente apresentado para discussão na Diretoria do Fundo. A idéia é a de que haja uma estrita vinculação entre os aumentos salariais e os aumentos de produtividade e de que os índices de reajustes salariais levem em consideração perspectivas futuras do nível geral de preços e não os índices da inflação passada. O objetivo final é restringir o excesso de demanda provocado por um ajuste desproporcional de salários.

Com a crise financeira internacional em 1982, o Fundo passou a ter uma função "catalítica" mais intensa, no sentido de que seu relacionamento com países com quem mantinha arranjos financeiros era considerado um aval para que bancos comerciais e instituições financeiras oficiais concedessem empréstimos a esses países.

O mecanismo consistia no ajustamento e reescalonamento das obrigações vencidas dos países devedores e na concessão de financiamentos adicionais subordinada à execução, pelo país devedor, de um plano de saneamento fiscal e de reformas macroeconômicas, acertadas com o FMI, sujeito a detalhado monitoramento em bases trimestrais. O não cumprimento das metas implicaria não só na interrupção dos desembolsos da instituição, mas também dos desembolsos dos bancos comerciais privados e de outras agências multilaterais ou bilaterais de financiamento.

Muito embora a visão do Fundo sobre políticas de ajustamento não tenha se alterado formalmente desde 1979, a ênfase está desviando-se de programas de ajustamento para programas globais de crescimento e ajustamento. Esta mudança na retórica deve-se à constatação de que a crise dos Anos 80 exige instrumentos de mais longo prazo para sua

solução. Como resultado, o FMI passou a demandar, além daquelas tradicionalmente exigidas, políticas de reformas estruturais, cujas condições de financiamento aproximam-se das exigidas pelos bancos de desenvolvimento em seus empréstimos do tipo "policy based".

Em maio de 1989, o FMI aprovou as diretrizes para a concessão de apoio financeiro aos programas de ajustamento que contivessem mecanismos para redução do estoque e do serviço da dívida. Neste esquema, o Fundo destinará cerca de 25% do total do "stand-by" ou acordo ampliado para operações de redução de dívida. Em circunstâncias especiais, poderá ser fornecida uma assistência adicional de até 40% da quota do país. México, Costa Rica, Filipinas e Venezuela já assinaram acordos seguindo estas novas diretrizes.

A experiência dos Anos 80

Ao final dos Anos 70 e início dos Anos 80, o Brasil foi afetado pela mudança adversa da conjuntura externa: segundo choque do petróleo, choque da taxa de juros e da recessão econômica mundial.

Inicialmente, para evitar uma ida ao FMI, o que num ambiente de liberalização política mostrava-se contraproducente, as autoridades econômicas empreenderam uma política de estabilização de curto prazo severa, na tentativa de persuadir os credores internacionais. Contudo, a política recessiva empreendida em 1981-1982 foi mal administrada, principalmente em meados de 1982, quando foram relaxados os controles sobre a política econômica.

A situação econômica internacional deteriorou-se ainda mais com a Guerra das Malvinas e com a inadimplência mexicana. Os mercados financeiros internacionais retraíram-se, complicando o fechamento das contas externas brasileiras em 1982.

Após as eleições de 1982, o país recorreu formalmente ao FMI. Antes de ir ao Fundo, o Brasil apresentou aos bancos privados um plano para atender às necessidades financeiras externas do país, com propostas específicas sobre o tipo de cooperação que se esperava deles. A aprovação deste plano por parte dos bancos, dependia do endosso do FMI a um programa econômico que objetivava um crescimento econômico auto-sustentado, com menores desequilíbrios externos e internos.

As negociações com o Fundo estenderam-se apenas por três semanas. As autoridades brasileiras realçaram o fato como de extrema coerência e viabilidade da estratégia econômica voltada "à gradual eliminação das restrições associadas às contas externas, à redução da taxa de inflação e às mudanças estruturais refletidas num programa de liberalização que contempla a redução substancial da intervenção direta e indireta do Estado na economia" (2).

No início de 1983, o Brasil e o FMI chegaram a um acordo e o País enviou, em 6 de janeiro, a sua primeira carta de intenções. Neste acordo, o Brasil solicitava acesso aos recursos financeiros do Fundo no valor equivalente a 450% da quota do Brasil, ao amparo da primeira "tranche" de crédito e no âmbito de um acordo ampliado ("extended financing facility"), por um período de três anos. Solicitava também acesso máximo aos recursos financeiros do Fundo, ao empréstimo compensatório para queda nas exportações e ao empréstimo para financiamento de estoques reguladores.

Normalmente, o acompanhamento dos acordos com o Fundo envolve dois tipos de variáveis: os objetivos ou metas de política econômica e os critérios de desempenho. A não observância dos critérios de desempenho, constituídos por um conjunto de indicadores relativos ao ajustamento interno e externo da economia aferidos a cada 3 meses, implica na suspensão do fluxo de recursos do Fundo ao país, até que sejam determinadas as causas do descumprimento. São considerados critérios de desempenho quantitativo os tetos para as necessidades de financiamento e o déficit operacional do setor público não financeiro, para o crédito interno líquido das autoridades monetárias, para o déficit global do balanço de pagamentos (medido pela variação nas reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias) e para os desembolsos líquidos da dívida externa, e um piso para a taxa de desvalorização cambial.

Logo após apresentada a primeira carta de intenções, o Brasil enviou, em 24 de fevereiro de 1983, um adendo reiterando os objetivos originais de política econômica e a estrutura básica do programa, mas alterando metas e critérios de desempenho, em função da maxidesvalorização do cruzeiro em 21 de fevereiro de 1983, que tornou defasados os valores acordados anteriormente.

Seguiu-se uma série de cartas de intenções, originada pela contínua escalada inflacionária. Ao todo foram quatro cartas em 1983, três em 1984 e uma em 1988.

Ao longo das sete primeiras cartas e adendos enviados ao Fundo, houve dois pedidos de "waiver", três modificações de cláusulas de desempenho e o programa foi suspenso duas vezes. A primeira suspensão ocorreu em março de 1983, com o FMI sustando o desembolso programado de US\$ 2,0 bilhões, pelo descumprimento da meta de reduzir o déficit nominal do setor público. Esta suspensão implicou também o cancelamento do programa de financiamento com os bancos privados. A segunda suspensão do acordo ocorreu em princípios de 1985, em virtude da não observância das metas para as necessidades de financiamento e para o déficit operacional do setor público em dezembro de 1984.

Os pressupostos econômicos e financeiros contidos na 3ª Carta, baseavam-se na vigência do Decreto-Lei 2.045, que limitava em 80% do novo índice de preços ao consumidor, os reajustes salariais. Com a derrubada do decreto pelo Congresso, foi necessário rever as metas. O conceito de crédito interno líquido foi revisto nesta carta.

Na 4ª Carta introduziu-se um novo critério de desempenho, que constituiu uma novidade para o próprio Fundo, representado pela adoção do conceito operacional para o déficit público, o qual subtrai o pagamento da correção monetária e cambial sobre a dívida pública das necessidades de financiamento do setor público.

A partir da 5ª Carta incluíram-se metas específicas para o crescimento da base monetária e dos meios de pagamento, uma vez que mudanças nessas variáveis tinham um impacto sobre o crédito interno líquido. As metas para a base monetária e para os meios de pagamento não constituem critérios de desempenho, bem como as metas para a balança comercial previstas em algumas cartas.

O envio de várias cartas num período de apenas dois anos, revendo constantemente o esquema original acertado com o Fundo, contrariava as próprias normas da Instituição, que estabelece uma carta para cada ano de vigência do acordo ampliado trienal. Com as constantes revisões reduziu-se também o horizonte temporal das metas a serem atingidas. As últimas cartas já faziam previsões para somente 2 trimestres.

Em grande medida, essas cartas originaram-se da violação das metas rígidas, em termos nominais, traçadas para as necessidades de financiamento do setor público (NFSP). Esta medida do déficit do setor público, tem como objetivo dimensionar a pressão exercida pelo governo sobre o sistema financeiro nacional (3). O fato de o FMI ter utilizado o déficit público nominal nas suas avaliações mereceu forte objeção da maioria dos economistas

brasileiros. A maxidesvalorização do cruzeiro, em fevereiro de 1983, veio corroborar a fragilidade deste conceito, uma vez que isso representou um significativo aumento na parcela da dívida externa pública.

A sistemática subestimativa da taxa de inflação implícita no cálculo dos indicadores que aferiam o desempenho da economia, fazia com que as metas preconizadas fossem logo ultrapassadas, dada a escalada inflacionária e o grau de indexação da economia brasileira.

Dada a inadequabilidade do conceito de NFSP ao caso brasileiro, tornou-se evidente a necessidade de uma medida alternativa do déficit público, que indicasse o verdadeiro crescimento real do estoque da dívida. O chamado déficit operacional do setor público (DOSP) resulta da exclusão das correções monetária e cambial pagas sobre a dívida pública que vence no período corrente, bem como das correções monetária e cambial da dívida a vencer em períodos subseqüentes (4).

No que diz respeito ao conceito de Crédito Interno Líquido (CIL) utilizado no acordo Brasil-FMI, este só era computado para as Autoridades Monetárias, excluindo todo o sistema bancário ou mesmo todo o sistema financeiro. Dentro do enfoque monetário do balanço de pagamentos, utilizado pelo Fundo, o CIL é o instrumento relevante de programação e controle monetário, objetivando o ajuste macroeconômico.

A primeira definição do CIL (5), utilizada na 1ª Carta de Intenção não se mostrou adequada ao caso brasileiro, pois o indicador que deveria permanecer invariante apenas a alterações nas reservas internacionais, também permanecia fixo com as flutuações nos depósitos em moeda estrangeira e nos outros ativos externos líquidos, que eram compensados por variações equivalentes nas reservas internacionais ou na base monetária. A modificação do conceito na 3ª Carta de Intenções também não se mostrou adequada, pois ele variava em função de operações que não tinham impacto interno.

Como se observa pela Tabela I, todos os limites estabelecidos para a expansão das NFSP, do DOSP e do CIL foram superados pelos valores efetivos. De um modo geral, somente os objetivos externos foram cumpridos ou ultrapassados. Entretanto, o empenho em obter saldos positivos crescentes na balança comercial, implicou numa volumosa transferência de recursos reais para o exterior, contribuindo para intensificar as pressões inflacionárias e recessivas sobre a economia brasileira.

TABELA I

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO QUANTITATIVO

Período	1ª Carta Jan/83	2ª Carta Fev/83	3ª Carta Set/83	4ª Carta Nov/83	5ª Carta Mar/84	6ª Carta Nov/84	7ª Carta Dez/84	8ª Carta Jun/88	Valores Efetivos	Desvio***
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (Cr\$ bilhões)										
1983 Mar	1,200	2,800							3,578	27,8%
Jun	3,200	5,000							8,334	66,7%
Set	5,000	6,600	14,900						13,263	-11,0%
Dez	7,000	8,800	19,350	24,600					23,891	-2,9%
1984 Mar				11,750	11,750				9,686	-17,6%
Jun					23,750				23,648	0,4%
Set					35,500	44,500			45,466	2,2%
Dez						67,800			85,754	26,5%
1985 Mar							35,500		48,524	36,7%
Jun							70,000		125,536	79,3%
1988 Set								15.000*	18.155**	21,0%
Dez								30.000*	45.139**	50,5%
RESULTADO OPERACIONAL DO SETOR PÚBLICO (Cr\$ bilhões)										
1983 Mar										
Jun										
Set										
Dez				(3,600)					3,629	200,8%
1984 Mar				(1,300)	(1,300)				(902)	30,6%
Jun					(300)				6,696	2332,0%
Set					(600)	(1,100)			587	153,4%
Dez						2,100			6,195	195,0%
1985 Mar							5,300		1,283	-75,8%
Jun							13,000		1,732	-86,7%
1988 Set								1.600*	1.590**	-0,6%
Dez								3.280*	3.960**	20,7%
CRÉDITO INTERNO LÍQUIDO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS (Cr\$ bilhões)										
1983 Mar	4,050	6,150							7,415	20,6%
Jun	4,650	6,950							9,895	42,4%
Set	5,150	7,550	5,600						5,417	-3,3%
Dez	5,800	8,300	3,540	3,540					6,685	88,8%
1984 Mar				3,300	5,350				4,365	-18,4%
Jun					4,550				3,105	-31,8%
Set					2,800	1,600			223	-86,1%
Dez						(50)			(2,064)	4028,0%
1985 Mar							(5,000)		(6,659)	33,2%
Jun							(7,750)		(14,257)	84,0%
1988 Set								313*	625**	99,7%
Dez								105*	(68)**	-164,8%

TABELA I

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO QUANTITATIVO (continuação)

Período	1ª Carta Jan/83	2ª Carta Fev/83	3ª Carta Set/83	4ª Carta Nov/83	5ª Carta Mar/84	6ª Carta Nov/84	7ª Carta Dez/84	8ª Carta Jun/88	Valores Efetivos	Desvio***
VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS AJUSTADAS (US\$ bilhões)										
1983 Mar	(1,5)								(1,6)	-6,7%
Jun	(1,5)								(1,8)	-20,0%
Set	(0,7)		(3,1)						(2,8)	9,7%
Dez	0,0		0,0						(3,3)	-
1984 Mar				0,1	1,7				(0,6)	-135,3%
Jun					2,7				0,9	-66,7%
Set					3,7	5,1			2,5	-51,0%
Dez					4,3	5,7			4,2	-26,3%
1985 Mar							0,4		4,3	975,0%
Jun							0,2		4,5	2150,0%
1988 Set								0,85	(0,07)	-108,2%
Dez								2,43	4,2	72,8%
DESEMBOLSOS LÍQUIDOS DA DÍVIDA EXTERNA (US\$ bilhões)										
1983 Mar	2,0	3,0							1,3	-56,7%
Jun	3,0	4,5							2,5	-44,4%
Set	4,0	5,25	5,5						2,7	-50,9%
Dez	6,0	6,0	9,0						3,5	-61,1%
1984 Mar				2,5	3,9				3,1	-20,5%
Jun					6,8				5,7	-16,2%
Set					9,1	8,6			7,0	-18,6%
Dez						10,8			8,4	-22,2%
1985 Mar							0,8		0,90	12,5%
Jun							1,7		0,06	-96,5%
1988 Set								4,7	0,1	-97,9%
Dez								5,7	3,3	-42,1%

FONTE: Cartas de Intenções e Brasil: Programa Econômico vários números

* Em Cz\$ bilhões

** Em NCz\$ milhões

*** Desvio do Valor Efetivo em Relação a última Previsão

A 7ª Carta de Intenções não chegou à apreciação da diretoria do Fundo. Já existiam evidências de que as metas previstas na carta anterior não seriam cumpridas, prejudicando as metas contidas na 7ª Carta. O programa com o FMI foi interrompido, suspendendo-se também as negociações com a banca internacional para a reestruturação da dívida externa.

Com o novo governo, empossado em março de 1985, a questão da dívida externa e o problema do balanço de pagamentos ficaram em posição secundária. Nas negociações iniciais do novo Governo com o Fundo, decidiu-se cancelar o Acordo de 1983, iniciando-se as

negociações de um "stand-by" de 18 meses, que não prosseguiram, pois não se chegou a um acordo sobre as metas fiscais a serem atingidas. Cogitou-se a hipótese de manter um esquema de monitoramento do Fundo sobre a política econômica interna, sem, contudo, assinar um acordo formal de crédito. Sem a assinatura de um acordo prévio com o FMI, as negociações com os bancos privados internacionais, em relação a um acordo plurianual, não puderam avançar. Considerou-se aceitar um esquema de "enhanced surveillance" ao estilo mexicano durante o período de consolidação da dívida até 1991 (6). Mais tarde o Governo brasileiro decidiu manter com o Fundo somente as consultas anuais previstas no Artigo IV do Convênio Constitutivo (7). Um mês após o inusitado acordo de renegociação com o Clube de Paris de janeiro de 1987 - visto que o Brasil não tinha um acordo "stand by" com o Fundo - o Governo brasileiro declarou a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais, e o congelamento dos depósitos comerciais e interbancários em agências de bancos brasileiros no exterior.

Em 29 de junho de 1988, o Brasil retomou as negociações com o FMI, enviando a sua 8ª Carta. No novo acordo, diferente do anterior, o País solicitou a utilização de recursos financeiros do Fundo, equivalentes a 1.096 milhões de DES, na forma de um arranjo "stand-by" de 19 meses. O acordo foi assinado em agosto de 1988. Deste acordo "stand-by" somente o primeiro desembolso foi efetivado, no valor de DES 365,3 milhões. Em virtude das dificuldades econômicas internas, que impediram o cumprimento das metas acordadas, o desembolso programado para 1989 de US\$ 795,0 milhões não se efetivou, impossibilitando a manutenção do acordo.

Em 22.09.88, foi assinado o acordo plurianual de renegociação com os bancos comerciais internacionais, refinanciando US\$ 60,6 bilhões do principal da dívida, com vencimento entre 1987 e 1993, e o ingresso de recursos novos de US\$ 5,2 bilhões (Fase IV).

Em meados de 1989, o Governo brasileiro suspendeu novamente o pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais internacionais. Esta situação prevalece até hoje, quando o País se prepara para firmar mais um acordo com o Fundo, balizado fundamentalmente pela edição e implementação do "Plano Brasil Novo".

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLITICA ECONOMICA CONTIDAS NAS CARTAS DE INTENCOES ENVIADAS AO FMI

POLITICA FISCAL	POLITICA MONETARIA	POLITICA EXTERNA	POLITICA DE PRECOS E DE RENDAS
CARTA DE 06.01.83	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir correção monetária da base de incidência dos impostos e reduzir os prazos de recolhimento, gerando um ganho de receita equivalente a 1% do PIB em 1983; - Aumento da tributação do diesel; - Aperfeiçoar a administração tributária; - Reduzir e eliminar, até o final do acordo, determinados incentivos fiscais; - Rever alíquotas tributárias e tarifas; - Maior austeridade em relação aos gastos públicos, em particular, as despesas com pessoal e as transferências as empresas do governo; - Reduzir e transferir, até o final do acordo, despesas do Orçamento Monetário para o Orçamento Fiscal; - Elevar a alíquota de contribuição e maior racionalidade na concessão de benefícios da Previdência Social; - Reduzir as necessidades de financiamento do setor público não-financeiro de 13,8% do PIB, em 1982, para 7,9% do PIB, em 1983. Essas necessidades de financiamento cumulativo não devem exceder: <ul style="list-style-type: none"> - Cr\$ 1.200 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.83; - Cr\$ 3.200 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.06.83; - Cr\$ 5.000 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.09.83; - Cr\$ 7.000 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.12.83; 	<ul style="list-style-type: none"> - Instaurar um programa de elevação gradual nas taxas de juros aplicáveis a agricultura, que deverão ser iguais ou ligeiramente superiores a taxa prevista de inflação, ao fim de 1983; - Liberalizar o sistema financeiro, tanto no que diz respeito as taxas de juros, quanto as limitações quantitativas; - Os ativos líquidos internos das autoridades monetárias não devem exceder: <ul style="list-style-type: none"> - Cr\$ 4.050 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.83; - Cr\$ 4.650 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.06.83; - Cr\$ 5.150 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.09.83; - Cr\$ 5.800 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.12.83; - Reduzir o déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos para US\$ 7,0 bilhões (2% do PIB), em 1983, US\$5,0 bilhões (1,5% do PIB), em 1984, e US\$ 4,0 bilhões (1% do PIB), em 1985. O desempenho global do balanço de pagamentos, medido através das alterações na posição das reservas internacionais líquidas das ajustadas das autoridades monetárias, deve apresentar um déficit não superior a: <ul style="list-style-type: none"> - US\$ 1,5 bilhão, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.83; - US\$ 1,5 bilhão, durante o período de 6 meses, encerrados em 31.06.83; - US\$ 0,7 bilhão, durante o período de 9 meses, encerrados em 31.09.83; - Os limites da nova dívida externa não devem exceder a: <ul style="list-style-type: none"> - US\$ 2,0 bilhões em 31.03.83; - US\$ 3,0 bilhões em 30.06.83; - US\$ 4,0 bilhões em 30.09.83; - US\$ 6,0 bilhões em 31.12.83. - Depreciar o cruzeiro em relação ao dólar, em 1983, a uma taxa mensal que, em média, seja 1% superior a taxa doméstica de inflação; - Prorrogar o crédito-prêmio as exportações até o fim de abril de 1985; - Introduzir proibições e restrições quantitativas as importações, a fim de reduzir o déficit no Balanço de Pagamentos. Após a estabilização econômica, o Governo reduziria substancialmente estas restrições; - Eliminar as restrições cambiais de menor impacto durante o primeiro ano do acordo com o Fundo; - Manter a política de minidesvalorizações do cruzeiro durante o segundo e terceiro anos do acordo; - Introduzir, durante o período do acordo, um sistema de comércio exterior que proteja as atividades domésticas mediante tarifas aduaneiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir a taxa anual de inflação de 95%, em 1982, para 78%, em 1983. A taxa de aumento de preços durante o ano deverá cair de 99%, em 1982, para 70%, em 1983; - Manter o controle de preços de alguns produtos rurais e de certos bens e serviços fornecidos pelo setor público bem como a redução gradativa de alguns subsídios; - Implementar uma política salarial destinada ao aumento do emprego.

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLITICA ECONOMICA CONTIDAS NAS CARTAS DE INTENCOES ENVIADAS AO FMI

POLITICA FISCAL	POLITICA MONETARIA	POLITICA EXTERNA	POLITICA DE PRECOS E DE RENDAS
<p>ADENDO DE 24.02.83</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir as necessidades de financiamento do setor público não-financeiro de 16,9% do PIB em 1982, para 8,8% em 1983. Os novos tetos dos empréstimos cumulativos do setor público deverão ser: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 2.800 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.83; . Cr\$ 5.000 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.06.83; . Cr\$ 6.600 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.09.83; . Cr\$ 8.800 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.12.83; 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a taxa real de juros no segmento livre do mercado de crédito, devido a alteração na política de taxa de câmbio; - Elevar os encargos para os empréstimos agrícolas; - Rever os limites do crédito interno líquido das autoridades monetárias: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 6.150 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.83; . Cr\$ 6.950 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.06.83; . Cr\$ 7.550 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.09.83; . Cr\$ 8.300 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.12.83; 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter políticas que garantam a consecução das metas do BP e que permitam a liberalização do sistema de comércio durante o período do acordo; - Desvalorizar o cruzeiro em relação ao dólar norte-americano, através do sistema de minidesvalorização a taxas mensais que serão, no mínimo, iguais as taxas de incremento dos preços domésticos em cada trimestre civil; - Modificar entre os trimestres civis de 1983, mas não ao longo do ano, os limites estabelecidos para a utilização de crédito externo: <ul style="list-style-type: none"> . US\$ 3,0 bilhões, para o período a encerrar em 31.03.83; . US\$ 4,5 bilhões, para o período a encerrar em 30.06.83; . US\$ 5,25 bilhões, para o período a encerrar em 30.09.83; . US\$ 6,0 bilhões, para o período a encerrar em 31.12.83; 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de inflação, ao final do período, entre 85% a 90%, e a taxa ano a ano, de aproximadamente 100%. A inflação esperada para 1984 e 1985 não se altera; - Ajustar os preços dos produtos importados, particularmente petróleo e trigo. - Implementar plenamente a política salarial como forma de contribuir para a preservação do nível de emprego.
<p>CARTA DE 15.09.83</p> <ul style="list-style-type: none"> - Previsão de receita adicional de Cr\$ 610,0 bilhões, em 1983, através de: <ul style="list-style-type: none"> . imposto de renda na fonte de 4% sobre lucros realizados nas operações de "open-market"; . antecipação, em 1983, de parte dos pagamentos do imposto sobre a renda, pelas instituições financeiras; . aperfeiçoamento da administração fiscal e da melhoria da arrecadação de impostos; . redução do desconto do imposto de renda na fonte das camadas de baixa renda, bem como do imposto sobre operações financeiras internas; - Necessidade de financiamento do setor público será de ordem de 15,2% do PIB. Essas necessidades não devem exceder: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 14.900 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 30.09.83; . Cr\$ 19.350 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.12.83; 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitar o crescimento da base monetária a 90% em 1983; - Restringir os limites da expansão do crédito do Banco do Brasil; - Aumentar os depósitos compulsórios em cinco pontos de percentagem, tanto para depósitos a vista como a prazo; - Reduzir os subsídios aos créditos rurais e ao financiamento as exportações; - Estabelecer limites mais estritos ao crédito bancário interno para o setor público. - O crédito interno líquido não deve exceder a: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 5.600 bilhões em 30.09.83; . Cr\$ 3.540 bilhões em 31.12.83. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter política de minidesvalorização do câmbio; - eliminar, até o final de 1983, as restrições cambiais de menor porte; - Restaurar, até o final de 1983, o regime de liberação cambial prevalente antes de 30.06.83 e eliminar os atrasados de pagamentos externos até o final de 1983; - O desempenho global do balanço de pagamentos, medido através das alterações na posição das reservas internacionais líquidas ajustadas das autoridades monetárias, deve apresentar um déficit não superior a US\$ 3,1 bilhões até 30.09.83; - Os limites ao novo endividamento não devem exceder a: <ul style="list-style-type: none"> . US\$ 5,5 bilhões em 30.06.83; . US\$ 9,0 bilhões em 31.12.83. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atingir taxa mensal de inflação de 5% durante o último trimestre de 1983; - Cortar a inflação, no decurso de 1984, até um limite mensal de cerca de 2,5%; - Reajustar os preços dos combustíveis com base na desvalorização do cruzeiro; - Aumentar o preço do trigo ate eliminar todo o subsídio a venda do produto, ate junho de 1984; - Reajustar os preços do aço e da eletricidade de modo a gerar um incremento de 5% acima da taxa interna de inflação (medida pela variação da ORTN); - Rever os subsídios ao preço do açúcar; - Ajustar os preços dos serviços do setor público segundo a inflação interna e levando em conta a eficiência e condições de oferta e demanda;

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLITICA ECONOMICA CONTIDAS NAS CARTAS DE INTENCÕES ENVIADAS AO FMI

POLITICA FISCAL	POLITICA MONETARIA	POLITICA EXTERNA	POLITICA DE PREÇOS E DE RENDAS
<p>CARTA DE 15.09.83</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir o deficit operacional de 6% do PIB, em 1982, para 2,7% em 1983; - Assegurar que o orçamento operacional do setor público apresente, em 1984, um pequeno superávit, significando uma melhoria de cerca de 3 pontos de percentagem em relação ao PIB de 1983 e uma redução das necessidades globais de financiamento do setor público para cerca de 7% do PIB. 			<ul style="list-style-type: none"> - controlar preços de mais de 300 produtos industriais e serviços providos pelo setor privado, limitando-se a 80% da inflação passada os aumentos sem comprovação de causa; - Limitar o, ajuste semestral de salários a 80% da inflação passada (Decreto-Lei número 2.045).
<p>ADENDO DE 14.11.83</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limitar o deficit operacional no orçamento do setor público em 2,7% do PIB, em 1983. Alcançar um superávit operacional de 0,3% do PIB, em 1984; - Limitar a necessidade de financiamento do setor público, em 1983, a 18,6% do PIB. Reduzi-la para 9% do PIB, em 1984, não devendo exceder a: <ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 24.600 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.12.83; • Cr\$ 11.750 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.83. - O desempenho operacional do setor público deve corresponder a um deficit que não exceda a: <ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 3,6 trilhões em 31.12.83; • Cr\$ 1,3 trilhões em 31.03.84. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitar a expansão de M-1 em 90% para 1983 como um todo, limitando o aumento da base monetária em 87%; - Manter a expansão de M-1, em 1984, no máximo em 50%. De dez/83 a mar/84 e, em vista de fatores sazonais, o M-1, deve diminuir 3,8% e a base monetária aumentar 2%; - O credito interno líquido não deve exceder a: <ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 3.540 bilhões em 31.12.83; • Cr\$ 3.300 bilhões em 31.03.84. - Adotar uma política de juros ativa com o objetivo de garantir taxas reais de juros positivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter as políticas expressas na carta de 15.09.83; - A meta do balanço de pagamentos e de um superávit de, pelo menos, US\$ 100,0 milhões, medida pela variação das reservas internacionais líquidas ajustadas das autoridades monetárias e limitar a dívida externa líquida em US\$ 2,5 bilhões, ambos para um período de três meses terminados em 31.03.84; - Adotar políticas externas que permitam a diminuição das restrições cambiais restantes; - Introduzir, durante o período do acordo, um sistema de comercio que proporcione proteção as atividades internas, utilizando-se de tarifas, ao invés de restrições quantitativas. 	
<p>CARTA DE 15.03.84</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a necessidade global de financiamento do setor público entre 11% e 13% do PIB, em 1984. Essas necessidades financeiras acumuladas não poderão exceder a: <ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 11.750 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.84; • Cr\$ 23.750 bilhões, durante o período de 6 meses, encerrados em 30.06.84; • Cr\$ 35.500 bilhões, durante o período de 9 meses, encerrados em 30.09.84; - Assegurar um superávit operacional, no conjunto do governo, de 0,3% do PIB, em 1984; 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter uma rigorosa política de credito; - Assegurar uma política de taxas reais positivas de juros; - Manter a expansão dos meios de pagamento e da base monetária, em 1984, em não mais que 50%; - Liberalizar o mercado de credito, mediante reduções adicionais nos subsídios e nas restrições quantitativas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atingir um superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões em 1984, um deficit em conta-corrente de US\$ 5,0 bilhões; - Alcançar um superávit global de US\$ 1,0 bilhão no BP, no conjunto dos resultados dos anos de 1983 e 1984; - A meta para o balanço de pagamentos no ano de 1984, medida pelas variações das reservas internacionais líquidas das Autoridades Monetárias, e de um superávit de US\$ 4,3 bilhões. As metas trimestrais são de superávit de: 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir, substancialmente, a taxa de inflação; - Aumentar frequentemente os preços dos derivados de petróleo, trigo e derivados; - Ajustar os preços do aço e da energia elétrica, em 1984, de modo a produzir um aumento de 5% acima da taxa de inflação; - Liberalizar o comercio de vários produtos agrícolas;

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLITICA ECONOMICA CONTIDAS NAS CARTAS DE INTENCOES ENVIADAS AO FMI

POLITICA FISCAL	POLITICA MONETARIA	POLITICA EXTERNA	POLITICA DE PREÇOS E DE RENDAS
<p>CARTA DE 15.03.84</p> <ul style="list-style-type: none"> - O desempenho operacional do setor público deve corresponder a um déficit que não exceda a: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 1.300 bilhões em 31.03.84; . Cr\$ 300 bilhões em 30.06.84; . Cr\$ 600 bilhões em 30.09.84; - Assegurar um superávit no orçamento operacional do Governo Central, de 0,8% do PIB, em 1984; - Reduzir a 1,2% do PIB, em 1984, o déficit operacional das empresas estatais federais; - Alcançar resultado operacional equilibrado para a situação financeira dos estados e municípios; - Restaurar uma situação financeira sólida no sistema de previdência social; - Alcançar um superávit operacional de 0,7% do PIB, em 1984, para o conjunto dos demais segmentos do setor público. 	<ul style="list-style-type: none"> - O crédito interno líquido não deve exceder a: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 5.350 bilhões em 31.03.84; . Cr\$ 4.550 bilhões em 30.06.84; . Cr\$ 2.800 bilhões em 30.09.84; 	<ul style="list-style-type: none"> . US\$ 1,7 bilhão em 31.03.84; . US\$ 2,65 bilhões em 30.06.84; . US\$ 3,65 bilhões em 30.09.84; - Manter uma taxa de câmbio competitiva e eliminar todas as remanescentes taxas múltiplas de câmbio e restrições cambiais; - Limitar o novo endividamento externo líquido em: <ul style="list-style-type: none"> . US\$ 3,9 bilhões durante o primeiro trimestre; . US\$ 6,8 bilhões no primeiro semestre; . US\$ 9,1 bilhões no período de 9 meses terminados em 30.09.84. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não utilizar controle de preço para produtos e serviços prestados pelo setor privado, a não ser para conter injustificados aumentos de preços.
<p>CARTA DE 28.09.84</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alcançar um superávit operacional de 0,5% do PIB, através do aumento de receitas do sistema de previdência social, intensificação dos controles dos gastos do Governo Federal, das empresas estatais e dos organismos descentralizados; - O desempenho operacional do setor público deve corresponder a um déficit que não exceda a Cr\$ 1.100 bilhões em 30.09.84 e um superávit não inferior a Cr\$ 2.100 bilhões em 31.12.84; - Alcançar um endividamento do setor público não-financeiro equivalente a 17,8% do PIB. Tais necessidades financeiras não devem exceder a: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 44.500 bilhões, durante o período de 9 meses, encerrados em 30.09.84; . Cr\$ 67.800 bilhões, durante o período de 12 meses, encerrados em 31.12.84; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma política ativa de juros; - Conter o crescimento da base monetária e dos meios de pagamento em 95% para o ano de 1984 como um todo; - Limitar o crédito interno líquido das autoridades monetárias em: <ul style="list-style-type: none"> . Cr\$ 1.600 bilhões em 30.09.84 e não ultrapassar um nível negativo de Cr\$ 50,0 bilhões em 31.12.84; - Realizar uma reforma substancial no sistema financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alcançar um superávit no BP, em 1984, de US\$ 5,7 bilhões, medido pelas modificações na posição das reservas líquidas internacionais das autoridades monetárias. A meta trimestral intermediária e de um superávit de US\$ 5,1 bilhões para o período de nove meses terminados em 30.09.84; - Manter a política de minidesvalorização do cruzeiro; - Manter em dia os pagamentos externos; - Liberar, no próximo ano agrícola, o comércio exterior de produtos agrícolas; - Limitar o novo endividamento externo líquido em: <ul style="list-style-type: none"> . US\$ 8,6 bilhões, para o período a encerrar em 30.09.84; . US\$ 10,8 bilhões, para o período a encerrar em 31.12.84. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberar preços; - Eliminar o subsídio do trigo antes do final de 1984.

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLITICA ECONOMICA CONTIDAS NAS CARTAS DE INTENCÕES ENVIADAS AO FMI

POLITICA FISCAL	POLITICA MONETARIA	POLITICA EXTERNA	POLITICA DE PREÇOS E DE RENDAS
<p>CARTA DE 20.12.84</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atingir superávit operacional global do setor público de 2,9% do PIB, em 1985; - Alcançar um superávit operacional do Governo Federal equivalente a 2% do PIB, em 1985; - Reduzir o deficit operacional das empresas estatais federais, em 1984, para 1% do PIB, e equilíbrio em 1985; - Alcançar superávit operacional de 0,5% do PIB, em 1985, para os estados e municípios e suas empresas; - Atingir superávit operacional equivalente a 0,4% do PIB, em 1985, para o restante do setor público; - As necessidades cumulativas do setor público não-financeiro, não devem exceder a: <ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 35.500 bilhões, durante o período de 3 meses, encerrados em 31.03.85; • Cr\$ 70.000 bilhões, durante o período de 6 meses, encerrados em 30.06.85; - O desempenho operacional deve ser de: <ul style="list-style-type: none"> • superávit de Cr\$ 5.300 bilhões, durante o período de 3 meses, terminando em 31.03.85; • superávit de Cr\$ 13.00 bilhões, durante o período de 6 meses, terminando em 30.06.85. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitar o crescimento da base monetária e dos meios de pagamento, em 1985, a 60%; - O crédito interno líquido não deve exceder a: <ul style="list-style-type: none"> • Cr\$ 5.000 bilhões negativos em 31.03.85, nem a Cr\$ 7.750 bilhões em 30.06.85. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atingir um superávit de US\$ 7,0 bilhões no Balanço de Pagamentos como um todo, permitindo alcançar uma acumulação líquida de reservas internacionais, nos primeiros dois anos de programa, de US\$ 4,0 bilhões; - As metas trimestrais condizentes com o resultado global do BP, medidas pelas modificações na posição das reservas internacionais líquidas ajustadas das autoridades monetárias devem ser de: <ul style="list-style-type: none"> • deficit de US\$ 400,0 milhões, para o período de 3 meses, encerrados em 31 de março de 1985; • deficit de US\$ 200,0 milhões, para o período de 6 meses, encerrados em 30 de junho de 1985; - Alcançar um virtual equilíbrio para o balanço em conta-corrente; - O novo endividamento externo não deve exceder a: <ul style="list-style-type: none"> • US\$ 0,8 bilhões no período de 3 meses terminados em 30.03.85; • US\$ 1,7 bilhões no período de 6 meses terminados em 30.06.85. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alcançar uma taxa de inflação de 120%, em 1985.
<p>CARTA DE 28.06.88</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir o deficit operacional, em 1988, para 4% do PIB e para 2% do PIB, em 1989; - Realizar cortes equivalentes a 0,9% do PIB nas despesas de custeio e capital do orçamento da União, para 1988; - Reformular a política orçamentária do Governo; - Rever os incentivos fiscais e subsídios ainda remanescentes; - Incluir no OGU, a partir de 1989, a previsão de renúncia fiscal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitar o crescimento da base monetária em 375% em 1988; - Destinar, preferencialmente, o crédito rural aos pequenos e médios agricultores e às regiões menos desenvolvidas; - Introduzir aperfeiçoamentos ao sistema financeiro nacional; - Recuperar os instrumentos de política monetária; - O crédito interno líquido não deve exceder a: 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter os reajustes diários da taxa de câmbio de acordo com a inflação interna; - Atingir superávit global do BP, no ano de 1988, de US\$ 5,4 bilhões, medido através de variações nas reservas internacionais líquidas ajustadas do Banco Central, que não devem se situar abaixo de: <ul style="list-style-type: none"> • US\$ 850 milhões em 30.09.88; • US\$ 2.430 milhões em 31.12.88; - Atingir superávit comercial, em 1988, de US\$ 13,0 bilhões; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atingir uma taxa de inflação de 600% em 1988; - Limitar a administração de preços pelo Governo aos monopólios e oligopólios, incluídos os preços e tarifas públicas. - Manter a política salarial de antecipação mensal mediante reajuste pela média da inflação no trimestre anterior (URP), livre-negociação na data-base e recuperação gradual do valor real do Piso Nacional de Salários.

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONOMICA CONTIDAS NAS CARTAS DE INTENCOES ENVIADAS AO FMI

POLITICA FISCAL		POLITICA MONETARIA	POLITICA EXTERNA	POLITICA DE PRECOS E DE RENDAS
CARTA DE 28.06.88		<ul style="list-style-type: none">. Cz\$ 105,0 bilhões em 31.12.88.	<ul style="list-style-type: none">- Manter o deficit em transações correntes em 0,5% do PIB, com declínio adicional em 1989;- Eliminar os controles previos sobre a exportação de aproximadamente três mil produtos;- Privatizar as exportações de açúcar;- Empreender reforma do sistema da tarifas aduaneiras;- Eliminar, gradualmente, as restrições cambiais remanescentes;- Os desembolsos líquidos da dívida externa não devem exceder a:<ul style="list-style-type: none">. US\$ 4.700 milhões durante o período de 9 meses encerrado em 30.09.88;. US\$ 5.700 milhões durante o ano de 1988.	
<ul style="list-style-type: none">- Alocar melhor os recursos do Governo na oferta de bens e serviços para a área social;- Maior eficiência dos programas de natureza assistencial;- Extinguir ou privatizar empresas estatais, autarquias e outros órgãos públicos;- As necessidades de financiamento do setor público não devem exceder a:<ul style="list-style-type: none">. Cz\$ 15.000 bilhões em 30.09.88;. Cz\$ 30.000 bilhões em 31.12.88;- O deficit operacional do setor público não deve exceder a:<ul style="list-style-type: none">. Cz\$ 1.600 bilhões em 30.09.88;. Cz\$ 3.280 bilhões em 31.12.88.				

NOTAS

- (1) Ver a respeito Samuel Lichtensztein e Mônica Baer, *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: Estratégias e Políticas do Poder Financeiro*, Ed. Brasiliense, 1987, São Paulo.
- (2) Palestra do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, feita em Nova York, aos representantes de 125 bancos estrangeiros, em dezembro de 1982.
- (3) Para maiores detalhes sobre os conceitos utilizados pelo Acordo Brasil-FMI quanto aos critérios de desempenho, consulte-se Maria Silva Bastos Marques, "FMI: a Experiência Brasileira Recente", em Edmar Lisboa Bacha e Miguel Rodriguez Mendoza (orgs.), *Recessão ou Crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 123-168.
- (4) A este respeito ver, João do Carmo Oliveira, "Déficits dos Orçamentos Públicos no Brasil: Conceitos e Problemas de Mensuração", em *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, volume 1, 1985, pp. 567-590.
- (5) A definição do CIL contida na 1ª Carta de Intenção consistia na diferença entre as obrigações monetárias, quase-monetárias e os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central, e os ativos externos líquidos das autoridades monetárias. Para maiores detalhes ver, Oliveira, J. C., op. cit., e Bastos Marques, M. S., op. cit..
- (6) Ver a respeito, Edmar Lisboa Bacha, "Entre a acomodação e o confronto: os dilemas da renegociação da dívida externa brasileira, 1983-1987", *Revista de Economia Política*, volume 8, nº 2, abril-junho/1988, pp. 49-66.
- (7) As consultas do Artigo IV são anuais e se refletem em um relatório ("Staff Report") dos técnicos do Fundo a respeito de suas conversações com as autoridades do país-membro e uma avaliação da evolução da economia do país, sem, contudo, haver uma quantificação abrangente do programa econômico do governo.

TABELA 1

PIB POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES - 1965 e 1985

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	VALORES (em milhões)		TX. CRESC. ANUAL (%)	
	1965	1985	1965-80	1980-85
(1)				
PAÍSES DE RENDA ALTA	1.391.700	13.867.530	3,7	2,8
DESMEMB. DO GRUPO	1.323.380	13.601.668	3,6	2,9
Des quais:				
EUA	703.970	6.867.310	2,7	3,3
Japão	91.110	2.843.710	6,3	3,9
E. P. Alemanha	114.790	1.201.820	3,3	1,8
França	95.680	949.440	4,0	3,8
Itália	72.150	829.850	4,3	3,2
Reino Unido	89.160	702.370	2,4	2,8
Canadá	46.730	435.660	3,1	3,3
Suécia	23.730	340.320	4,6	2,9
Austrália	32.920	243.950	4,8	3,3
Países Baixos	36.640	228.280	3,8	1,6
Suíça	16.980	184.850	2,8	1,9
Suécia	16.850	159.800	2,9	1,7
Bélgica	16.840	133.870	3,8	1,4
Áustria	3.780	127.200	4,1	1,7
Finlândia	2.880	91.690	3,8	2,8
Noruega	2.880	61.950	4,4	3,8
Dinamarca	2.940	90.830	2,7	2,2
OUTROS			8,8	(1,3)
Des quais:				
África do Sul	2.380	72.470	11,3	(3,3)
Hong Kong	2.150	44.330	8,6	7,3
Singapura	970	25.800	10,1	5,2
(2)				
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	363.380	2.960.950	5,8	4,3
DESMEMB. DO GRUPO				
GRUPOS DE RENDA				
(3)				
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	199.900	2.200.790	6,1	2,9
(4)				
PAÍSES DE BAIXA RENDA	163.480	686.620	3,4	6,4
REGIÕES				
ÁFRICA SUBSAariana	27.490	148.530	4,8	8,8
Ásia Oriental	92.420	623.410	7,2	6,3
Des quais:				
China	67.200	378.320	6,4	10,3
Rep. Coreia	3.500	171.310	9,6	9,3
Indonésia	3.840	83.220	3,9	3,1
Tailândia	4.390	57.950	7,2	6,8
Filipinas	6.010	36.210	5,9	0,1
Malásia	3.130	36.480	7,3	4,6

Parte III

ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA 1

PIB POR GRUPOS, REGIOES E PAISES - 1965 e 1988

GRUPOS, REGIOES E PAISES	VALORES (US\$ milhoes)		TX.CRESC. ANUAL (%)	
	1965	1988	1965-80	1980-88
(1)				
PAISES DE RENDA ALTA	1.391.700	13.867.530	3,7	2,8
MEMBROS da OCDE	1.373.380	13.603.060	3,6	2,9
Dos quais:				
EUA	700.970	4.847.310	2,7	3,3
Japao	91.110	2.843.710	6,5	3,9
R.F. Alemanha	114.790	1.201.820	3,3	1,8
França	99.660	949.440	4,0	1,8
Italia	72.150	828.850	4,3	2,2
Reino Unido	89.100	702.370	2,4	2,8
Canada	46.730	435.860	5,1	3,3
Espanha	23.750	340.320	4,6	2,5
Australia	22.920	245.950	4,0	3,3
Países Baixos	19.640	228.280	3,8	1,6
Suíça	13.920	184.830	2,0	1,9
Suecia	19.880	159.880	2,9	1,7
Belgica	16.840	153.810	3,8	1,4
Austria	9.480	127.200	4,1	1,7
Finlandia	7.540	91.690	4,0	2,8
Noruega	7.080	91.050	4,4	3,8
Dinamarca	8.940	90.530	2,7	2,2
OUTROS	11.020	234.370	8,0	(1,3)
Dos quais:				
Arabia Saudita	2.300	72.620	11,3	(3,3)
Hong Kong	2.150	44.830	8,6	7,3
Cingapura	970	23.880	10,1	5,7
(2)				
PAISES EM DESENVOLVIMENTO	363.680	3.060.950	5,8	4,3
GRUPOS DE RENDA				
(3)				
PAISES DE RENDA MEDIA	199.900	2.200.750	6,1	2,9
(4)				
PAISES DE BAIXA RENDA	161.340	886.620	5,4	6,4
REGIOES				
AFRICA SUBSAARICA	27.490	149.550	4,8	0,8
ASIA ORIENTAL	92.420	893.410	7,2	8,5
Dos quais:				
China	67.200	372.320	6,4	10,3
Rep. Coreia	3.000	171.310	9,6	9,9
Indonesia	3.840	83.220	8,0	5,1
Tailandia	4.390	57.950	7,2	6,0
Filipinas	6.010	39.210	5,9	0,1
Malasia	3.130	34.680	7,3	4,6

TABELA 1 (cont.)

PIB POR GRUPOS, REGIOES E PAISES - 1965 e 1988

GRUPOS, REGIOES E PAISES	VALORES (US\$ milhoes)		TX.CRESC. ANUAL (%)	
	1965	1988	1965-80	1980-88
ASIA MERIDIONAL	64.510	312.070	3,7	5,1
Dos quais:				
India	50.530	237.930	3,6	5,2
Paquistao	5.450	34.050	5,1	6,5
EUROPA, ORIENTE MEDIO E NORTE DA AFRICA	69.200	n.d.	6,1	n.d.
Dos quais:				
Turquia	7.660	64.360	6,3	5,3
Iugoslavia	11.190	61.710	6,0	1,4
Argelia	3.170	51.900	6,8	3,5
Grecia	5.270	40.900	5,6	1,4
Portugal	3.740	41.700	5,3	0,8
Egito	4.550	34.330	6,8	5,7
AMERICA LATINA E CARIBE	95.330	808.340	6,0	1,5
Dos quais:				
Brasil	19.450	323.610	8,8	2,9
Mexico	21.640	176.700	6,5	0,5
Argentina	16.500	79.440	3,5	(0,2)
Venezuela	9.820	63.750	3,7	0,9
Colombia	5.910	39.070	5,8	3,4
Peru	5.020	25.670	3,9	1,1
Chile	5.940	22.080	1,9	1,9
Equador	1.150	10.320	8,7	2,0
Guatemala	1.330	8.100	5,9	(0,2)
Uruguai	930	6.680	2,4	(0,4)
Paraguai	440	6.040	6,9	1,7
Panama	660	5.490	5,5	2,6
Costa Rica	590	4.650	6,2	2,4
Bolivia	710	4.310	4,5	(1,6)
TOTAL PAISES RELACIONADOS	1.755.990	17.018.400	4,1	3,1

FONTE : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1990".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

(1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 6.000 em 1988.

(2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 em 1988.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 e superior a US\$ 545 em 1988.

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 545 em 1988.

POPULAÇÃO E PNB "per capita", POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES - 1988

GRUPOS, REGIOES E PAISES	População	PNB "per capita"	
	(milhoes hab.)	US\$ 1,00	Tx. Cresc. % (1965-88)
	=====		
(1)			
PAISES DE RENDA ALTA	784,2	17.080	2,3
=====			
MEMBROS da OCDE	751,1	17.470	2,3
Dos quais:			
Suíça	6,6	27.500	1,5
Japao	122,6	21.020	4,3
Noruega	4,2	19.990	3,5
EUA	246,3	19.840	1,6
Suecia	8,4	19.300	1,8
Finlandia	5,0	18.590	3,2
R.F. Alemanha	61,3	18.480	2,5
Dinamarca	5,1	18.450	1,8
Canada	26,0	16.960	2,7
França	55,9	16.090	2,5
Austria	7,6	15.470	2,9
Países Baixos	14,8	14.520	1,9
Belgica	9,9	14.490	2,5
Italia	57,4	13.330	3,0
Reino Unido	57,1	12.810	1,8
Australia	16,5	12.340	1,7
OUTROS	33,1	8.380	3,1
Dos quais:			
Emirados Arabes Unidos	1,5	15.770	n.d.
Kuwait	2,0	13.400	(4,3)
Hong Kong	5,7	9.220	6,3
Cingapura	2,6	9.070	7,2
(2)			
PAISES EM DESENVOLVIMENTO	3.952,0	750	2,7
=====			
GRUPOS DE RENDA			
(3)			
PAISES DE RENDA MEDIA	1.068,0	1.930	2,3
(4)			
PAISES DE BAIXA RENDA	2.884,0	320	3,1
=====			
REGIOES			
AFRICA SUBSAARICA	463,9	330	0,2
ASIA ORIENTAL	1.538,0	540	5,2
Dos quais:			
Rep. Coreia	42,0	3.600	6,8
Malasia	16,9	1.940	4,0
Tailandia	54,5	1.000	4,0
Filipinas	59,9	630	1,6
Indonesia	174,8	440	4,3
China	1.088,4	330	5,4

TABELA 2 (cont.)

POPULAÇÃO E PNB "per capita", POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES - 1988

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	População (milhões hab.)	PNB "per capita"	
		US\$ 1,00	Tx. Cresc. % (1965-88)
ASIA MERIDIONAL	1.106,8	320	1,8
Dos quais:			
Paquistão	106,3	350	2,5
Índia	815,6	340	1,8
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	395,6	2.000	2,4
Dos quais:			
Líbia	4,2	5.420	(2,7)
Grécia	10,0	4.800	2,9
Portugal	10,3	3.650	3,1
Iugoslávia	23,6	2.520	3,4
Argélia	23,8	2.360	2,7
Síria	11,6	1.680	2,9
Turquia	53,8	1.280	2,6
AMÉRICA LATINA E CARIBE	413,6	1.840	1,9
Dos quais:			
Trinidade e Tobago	1,2	3.350	0,9
Venezuela	18,8	3.250	(0,9)
Argentina	31,5	2.520	0,0
Uruguai	3,1	2.470	1,3
BRASIL	144,4	2.160	3,6
Panamá	2,3	2.120	2,2
México	83,7	1.760	2,3
Costa Rica	2,7	1.690	1,4
Chile	12,8	1.510	0,1
Peru	20,7	1.300	0,1
Colômbia	31,7	1.180	2,4
Paraguai	4,0	1.180	3,1
Equador	10,1	1.120	3,1
Bolívia	6,9	570	(0,6)
TOTAL PAÍSES RELACIONADOS	4.736,2	3.470	1,5

FONTE : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1990".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

(1) Países c/ PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 6.000 em 1988.

(2) Países c/ PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 em 1988.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 e superior US\$ 545.

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 545 em 1988.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB, POR GRUPOS REGIÕES E PAÍSES - 1965 e 1988

- Em Percentagem -

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988
(1)						
PAÍSES DE RENDA ALTA	5	n.d.	41	n.d.	55	n.d.
MEMBROS da OCDE	5	n.d.	41	n.d.	55	n.d.
Dos quais:						
EUA	3	2	38	33	59	65
Japão	9	3	43	41	48	57
R.F. Alemanha	4	2	53	51	43	47
França	8	4	38	37	54	59
Itália	10	4	37	40	53	56
Reino Unido	3	2	46	42	51	56
Canadá	6	4	41	40	53	56
Espanha	15	6	36	37	49	57
Austrália	9	4	39	34	51	61
Países Baixos	n.d.	5	n.d.	37	n.d.	58
Suécia	6	4	40	43	54	54
Belgica	5	2	42	34	53	64
Austria	9	4	46	45	45	51
Finlândia	16	7	37	43	47	50
Noruega	8	4	33	45	59	51
Dinamarca	9	5	36	37	55	58
OUTROS	6	n.d.	54	n.d.	41	n.d.
Dos quais:						
Arábia Saudita	8	8	60	43	31	50
Hong Kong	2	0	40	29	58	70
(2)						
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	31	18	31	39	38	44
GRUPOS DE RENDA						
(3)						
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	20	12	33	40	46	50
(4)						
PAÍSES DE BAIXA RENDA	44	33	28	36	28	32
REGIÕES						
ÁFRICA SUBSAARIANA	43	34	18	27	39	39
ÁSIA ORIENTAL	41	22	35	43	24	36
Dos quais:						
China	44	32	39	46	17	21
Rep. Coreia	38	11	25	43	37	46
Indonésia	56	24	13	36	31	40
Tailândia	32	17	23	35	45	48
Filipinas	26	23	28	34	46	44
Malásia	28	n.d.	25	n.d.	47	n.d.

TABELA 3 (cont.)

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB, POR GRUPOS REGIÕES E PAÍSES - 1965 e 1988

- Em Percentagem -

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	1965	1988	1965	1988	1965	1988
ASIA MERIDIONAL	44	33	21	27	35	39
Dos quais:						
Índia	44	32	22	30	34	38
Paquistão	40	26	20	24	40	49
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	24	n.d.	34	n.d.	40	n.d.
Dos quais:						
Argélia	15	13	34	43	51	44
Turquia	34	17	25	36	41	46
Iugoslávia	23	14	42	49	35	37
Grécia	24	16	26	29	49	56
Egito	29	21	27	25	45	54
Portugal	n.d.	9	n.d.	37	n.d.	54
AMÉRICA LATINA E CARIBE	16	10	33	39	51	52
Dos quais:						
Brasil	19	9	33	43	48	49
México	14	9	27	35	59	56
Argentina	17	13	42	44	42	44
Venezuela	6	6	40	36	55	58
Peru	18	12	30	36	53	51
Colômbia	27	19	27	34	47	47
Chile	9	n.d.	40	n.d.	52	n.d.
Equador	27	15	22	36	50	49
Uruguai	15	11	32	29	53	60
Paraguai	37	30	19	25	45	46
Panamá	18	9	19	18	63	73
Costa Rica	24	18	23	28	53	54
Bolívia	23	24	31	27	46	49
TOTAL PAÍSES RELACIONADOS	10	n.d.	39	n.d.	52	n.d.

FONTE : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1990".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP.

(1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 6.000 em 1988.

(2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 em 1988.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 e superior a US\$ 545 em 1988.

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 545 em 1988.

CRESCIMENTO DO PIB POR COMPONENTES DA DEMANDA - 1980-88

- Taxa Média Anual (%) -

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	CONSUMO DO GOVERNO	CONSUMO PRIVADO	INVESTIMENTO INTERNO BRUTO
(1)			
PAÍSES DE RENDA ALTA	2,6	3,0	3,7
MEMBROS da OCDE	2,6	3,0	3,7
Dos quais:			
EUA	3,5	3,6	5,0
Japão	2,7	3,2	4,9
R.F. Alemanha	1,5	1,6	1,2
França	2,3	2,3	0,9
Itália	3,0	2,5	1,5
Reino Unido	1,1	3,8	6,4
Canadá	1,9	3,0	4,6
Espanha	4,7	1,8	3,7
Austrália	3,7	3,0	2,7
Países Baixos	1,0	1,2	2,3
Suíça	2,7	1,6	4,8
Suecia	1,6	1,8	2,2
Belgica	0,6	1,3	0,5
Austria	1,4	2,1	1,7
Finlândia	3,7	4,3	2,0
Noruega	3,4	3,1	3,2
Dinamarca	1,3	2,2	4,5
OUTROS	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:			
Arábia Saudita	n.d.	n.d.	n.d.
Hong Kong	5,4	7,1	3,0
(2)			
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	4,0	3,5	2,7
GRUPOS DE RENDA			
(3)			
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	2,5	2,5	(0,6)
(4)			
PAÍSES DE BAIXA RENDA	7,0	5,2	8,0
REGIÕES			
ÁFRICA SUBSAARICA	1,4	0,9	(7,3)
ÁSIA ORIENTAL	7,1	6,6	9,7
Dos quais:			
China	9,4	7,4	14,4
Rep. Coreia	5,3	7,5	10,5
Indonésia	2,9	7,2	1,9
Tailândia	5,2	5,1	5,0
Filipinas	0,8	2,2	(10,9)
Malásia	2,2	0,9	0,0

TABELA 4 (cont.)

CRESCIMENTO DO PIB POR COMPONENTES DA DEMANDA - 1980-88

- Taxa Média Anual (%) -

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	CONSUMO	CONSUMO	INVESTIMENTO
	DO GOVERNO	PRIVADO	INTERNO BRUTO
ASIA MERIDIONAL	8,9	5,6	4,2
Dos quais:			
Índia	8,8	5,8	4,3
Paquistão	11,0	4,3	6,5
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:			
Argélia	5,1	1,4	(0,8)
Turquia	2,8	5,7	4,4
Iugoslávia	0,7	0,1	(0,4)
Grécia	2,6	3,2	(3,9)
Egito	4,4	4,1	1,5
Portugal	2,4	2,1	(1,3)
AMÉRICA LATINA E CARIBE	2,0	1,2	(3,2)
Dos quais:			
Brasil	2,9	2,5	0,0
México	2,7	0,3	(6,9)
Argentina	0,0	0,4	(7,7)
Venezuela	0,4	0,3	(4,7)
Peru	0,3	2,0	(3,9)
Colômbia	3,2	2,5	0,3
Chile	(0,5)	0,6	(0,5)
Equador	(2,2)	1,8	(3,7)
Guatemala	2,0	0,1	(3,4)
Uruguai	1,1	(0,7)	(9,2)
Paraguai	3,7	1,1	(2,1)
Panamá	3,5	4,3	(3,2)
Costa Rica	0,4	2,7	5,8
Bolívia	(5,2)	(1,1)	(19,5)
TOTAL PAÍSES RELACIONADOS	2,9	3,1	3,4

FONTE : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1990".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

(1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 6.000 em 1988.

(2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 em 1988.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 e superior a US\$ 545 em 1988

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 545 em 1988.

TABELA 5

INFLAÇÃO POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES - 1985-89

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	Índice de Preços ao Consumidor (variação %)				
	1985	1986	1987	1988	1989
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	4,1	2,4	3,0	3,4	4,5
Dos quais:					
EUA	3,6	1,9	3,7	4,0	4,8
Japão	2,0	0,6	-	0,7	2,3
R.F. Alemanha	2,2	(0,1)	0,2	1,3	2,8
França	5,8	2,5	3,3	2,7	3,5
Itália	9,2	5,9	4,7	5,0	6,2
Reino Unido	6,1	3,4	4,1	4,9	7,8
Canadá	4,0	4,2	4,4	4,0	5,0
Espanha	8,8	8,8	5,3	4,8	6,8
Países Baixos	2,2	0,1	(0,7)	0,7	1,1
Austrália	6,7	9,1	8,5	7,2	7,6
Suíça	3,4	0,8	1,4	1,9	3,2
Bélgica	4,9	1,3	1,6	1,2	3,1
Suécia	7,4	4,2	4,2	5,8	6,4
Austria	3,2	1,7	1,4	1,9	2,6
Finlândia	5,9	2,9	4,1	5,1	6,6
Noruega	5,7	7,2	8,7	6,7	4,6
Dinamarca	4,7	3,7	4,0	4,6	4,8
Portugal	19,3	11,7	9,4	9,6	12,6
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	35,5	27,1	35,4	57,3	78,8
REGIÕES					
ÁFRICA	11,9	12,5	13,1	19,2	22,1
Dos quais:					
Argélia	10,5	12,4	7,4	5,9	n.d.
Rep. África do Sul	16,3	18,6	16,1	12,8	14,7
Nigéria	5,5	5,4	10,2	38,3	40,9
ÁSIA	7,2	5,6	7,4	11,8	10,1
Dos quais:					
China	11,9	7,0	8,8	20,7	16,3
Rep. Coreia	2,5	2,8	3,0	7,1	5,7
Indonésia	4,7	5,8	9,3	8,0	6,4
Malásia	0,4	0,7	0,9	2,0	2,8
Hong Kong	3,4	3,2	5,3	7,4	9,7
Cingapura	0,5	(1,4)	0,5	1,5	2,4
Tailândia	2,4	1,8	2,5	3,9	5,4
Filipinas	23,1	0,8	3,8	8,8	10,6
Índia	5,6	8,7	8,8	9,4	6,4
Paquistão	5,6	3,5	4,7	8,8	7,8

TABELA 5 (cont.)

INFLAÇÃO POR GRUPOS, REGIOES E PAISES - 1985-89

GRUPOS, REGIOES E PAISES	Indice de Preços ao Consumidor (variação %)				
	1985	1986	1987	1988	1989
ORIENTE MEDIO	14,3	15,0	19,3	19,9	14,7
Dos quais:					
Egito	12,1	23,9	19,7	17,7	21,3
Israel	304,6	48,1	19,8	16,3	20,2
Arabia Saudita	(3,3)	(3,0)	(1,0)	1,1	1,1
Kuwait	1,5	1,0	0,7	1,5	3,3
EUROPA	26,6	27,0	41,2	80,1	232,3
Dos quais:					
Turquia	45,0	34,6	38,8	75,4	69,6
Iugoslavia	72,3	89,8	120,8	194,1	1.239,9
Polonia	15,1	17,7	25,2	60,0	244,5
AMERICA LATINA E CARIBE	127,7	83,0	117,2	213,8	242,0
Dos quais:					
Brasil	226,9	145,2	229,7	682,3	1.080,3
México	57,7	86,2	131,8	114,2	26,9
Argentina	672,1	90,1	131,3	343,0	n.d.
Venezuela	11,4	11,5	28,1	29,5	51,3
Peru	163,4	77,9	85,8	n.d.	n.d.
Colombia	24,0	18,9	23,3	28,1	27,1
Chile	30,7	19,5	19,9	14,7	12,9
Equador	28,0	23,0	29,5	58,2	93,3
Uruguai	72,2	76,4	63,6	62,2	73,7
Paraguai	25,2	31,7	21,8	24,5	18,0
Panama	1,0	(0,1)	1,0	0,3	-
Costa Rica	15,1	11,8	16,8	20,8	16,5
Bolívia	11.750	276,0	15,0	16,0	n.d.
TOTAL PAISES RELACIONADOS	10,1	7,2	9,3	13,3	14,7

FONTE : FMI - "International Financial Statistics", Dez/89 e Julho/90.
 ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP.

COMERCIO MUNDIAL POR GRUPOS, REGIOES E PAISES - 1988

GRUPOS, REGIOES E PAISES	VALORES (US\$ milhoes)		TX.CRESC. (1980-88)		Relações de Troca (1980=100)
	Exportação	Importação	Export.	Import.	
(1)					
PAISES DE RENDA ALTA	2.178.528	2.265.978	3,4	4,9	98
MEMBROS da OCDE	2.024.259	2.110.250	4,1	5,1	103
Dos quais:					
EUA	315.313	458.682	1,2	8,9	118
R.F. Alemanha	322.555	248.999	4,6	3,3	106
Japao	264.772	183.252	5,3	5,0	157
França	161.702	176.745	3,4	2,6	101
Reino Unido	145.076	189.466	3,1	4,9	93
Italia	128.534	135.514	3,8	4,3	108
Canada	111.364	112.180	6,4	8,4	119
Países Baixos	103.206	99.743	4,7	3,4	91
Belgica	88.953	91.098	4,7	2,8	89
Suiça	50.633	56.325	4,3	4,5	103
Espanha	40.458	60.434	7,7	7,2	103
Suecia	49.867	45.793	5,5	3,3	95
Austria	28.111	36.579	4,3	4,0	98
Dinamarca	27.816	26.458	5,8	5,2	107
Australia	25.283	29.318	5,8	3,0	74
Noruega	22.503	23.212	6,3	3,5	67
Finlandia	21.639	20.911	3,5	4,2	114
OUTROS	154.269	155.728	(4,2)	0,6	64
Dos quais:					
Hong Kong	63.161	63.894	12,3	10,4	105
Cingapura	39.205	43.765	7,3	4,9	101
Arabia Saudita	23.138	20.465	(16,3)	(9,3)	54
(2)					
PAISES EM DESENVOLVIMENTO	448.498	470.155	5,4	1,1	89
GRUPOS DE RENDA					
(3)					
PAISES DE RENDA MEDIA	341.143	338.711	5,8	0,6	86
(4)					
PAISES DE BAIXA RENDA	107.355	131.444	4,1	2,6	93
REGIOES					
AFRICA SUBSAARICA	28.871	32.738	(0,7)	(5,0)	92
ASIA ORIENTAL (*)	173.653	167.930	10,4	6,9	84
Dos quais:					
Rep. Coreia	60.696	51.811	14,7	9,9	108
China	47.540	55.251	11,9	13,1	84
Malasia	20.848	16.584	9,4	0,4	74
Indonesia	19.677	15.732	2,9	(2,1)	70
Tailandia	15.806	17.876	11,3	6,2	82

TABELA 6 (cont.)

COMERCIO MUNDIAL POR GRUPOS, REGIOES E PAISES - 1988

GRUPOS, REGIOES E PAISES	VALORES (US\$ milhoes)		TX.CRESC. (1980-88)		Relações de Troca (1980=100)
	Exportação	Importação	Export.	Import.	
ASIA MERIDIONAL	21.712	35.950	5,4	4,4	104
Dos quais:					
India	14.600	22.500	4,7	5,4	119
Paquistão	4.362	7.521	8,4	3,8	106
EUROPA, ORIENTE MEDIO E NORTE DA AFRICA	102.798	138.333	n.d.	0,3	83
Dos quais:					
Portugal	10.218	16.038	11,6	6,3	107
Turquia	11.662	14.340	15,3	10,3	115
Iugoslavia	12.779	13.329	0,9	(1,3)	120
Grecia	5.400	11.978	4,6	3,4	89
Argelia	7.674	7.432	3,4	(5,9)	41
Egito	4.499	10.771	6,2	1,5	62
AMERICA LATINA E CARIBE	101.750	78.540	3,2	(4,1)	86
Dos quais:					
Brasil	33.689	14.691	6,0	(2,9)	117
Mexico	20.658	18.903	5,5	(4,9)	67
Venezuela	10.234	11.581	0,4	(3,9)	41
Argentina	9.134	5.324	0,1	(8,0)	86
Chile	7.052	4.833	4,5	(6,0)	94
Colombia	5.339	4.515	8,2	(3,5)	68
Peru	2.694	2.750	(2,5)	(3,2)	80
Equador	2.203	1.714	5,7	(2,8)	50
Panama	2.352	2.815	1,2	(5,6)	104
Uruguai	1.402	1.177	2,1	(4,2)	99
Costa Rica	1.270	1.409	2,9	(0,3)	98
Paraguai	919	878	15,7	4,9	102
Bolivia	541	700	(0,5)	(2,6)	57
TOTAL PAISES RELACIONADOS	2.627.026	2.736.133	3,8	4,1	92

FONTE : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1990".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

(1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 6.000 em 1988.

(2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 em 1988.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 6.000 e superior a US\$ 545 em 1988.

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 545 em 1988.

(*) Não inclui Taiwan (Exp.: US\$ 60.382 milhoes; Imp.: US\$ 44.584 milhoes).

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES POR VÁRIOS INDICADORES - 1988

PRODUTO INTERNO BRUTO		PNB "per capita"		(1) INDUSTRIA MANUFATUREIRA		TAXA MEDIA DE CRESCIMENTO PNB "per capita"(1965-88)	
Países	US\$ milhoes	Países	US\$ 1,00	Países	US\$ milhoes	Países	Tx.(%)
1. EUA	4.847.310	1. Suíça	27.500	1. EUA	868.233	1. Botswana	8,6
2. Japao	2.843.710	2. Japao	21.020	2. Japao	689.295	2. Cingapura	7,2
3. R.F. Alemanha	1.201.820	3. Noruega	19.990	3. R.F. Alemanha	359.754	3. Rep. Coreia	6,8
4. França	949.440	4. EUA	19.840	4. França	191.692	4. Oman	6,4
5. Italia	828.850	5. Suecia	19.300	5. Italia	175.443	5. Hong Kong	6,3
6. Reino Unido	702.370	6. Finlandia	18.590	6. Reino Unido	116.553	6. China	5,4
7. Canada	435.860	7. R.F. Alemanha	18.480	7. China	92.800	7. Lesotho	5,2
8. China	372.320	8. Dinamarca	18.450	8. BRASIL	78.995	8. Hungria	5,1
9. Espanha	340.320	9. Canada	16.960	9. Espanha	66.408	9. Japao	4,3
10. BRASIL	323.610	10. França	16.090	9. India	43.331	10. Indonesia	4,3
11. Australia	245.950	11. Emir. Arabes	15.770	10. Rep. Coreia	42.286	11. Malasia	4,0
12. India	237.930	12. Austria	15.470	11. Países Baixos	39.759	12. Tailandia	4,0
13. Países Baixos	228.280	13. Países Baixos	14.520	13. Mexico	36.381	13. Arabia Saudita	3,8
14. Suíça	184.830	14. Belgica	14.490	14. Suecia	33.282	14. Camaroes	3,7
15. Mexico	176.700	15. Kuwait	13.400	15. Belgica	32.303	15. BRASIL	3,6
		.					
		.					
		.					
		40. BRASIL	2.160				

FONTE : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1990".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP.

(1) Valor Agregado referente a 1987.

TABELA 8

OCDE: CRESCIMENTO REAL DO PIB/PNB, POR PAISES - 1987-91

- Em percentagem -

PAISES	Variação s/ ano anterior				
	1987	1988	1989	1990	1991(*)
EUA (**)	3,7	4,4	3,0	2,3	2,5
Japao (**)	4,6	5,7	4,9	4,7	4,0
R.F. Alemanha (**)	1,7	3,6	4,0	3,9	3,4
França	2,4	3,8	3,7	3,1	2,9
Italia	3,0	4,2	3,2	3,1	3,2
Reino Unido	4,7	4,5	2,3	0,9	1,9
Canada	4,5	5,0	2,9	2,0	2,6
TOTAL 7 PAISES	3,6	4,6	3,5	3,0	3,0
Austria	1,9	4,2	3,8	3,4	2,9
Belgica	2,0	4,3	4,2	3,3	2,7
Dinamarca	-0,6	-0,2	1,1	1,1	2,0
Finlandia	3,3	5,2	5,0	1,7	1,1
Grecia	0,0	3,9	2,9	1,4	2,1
Islandia	8,7	-0,9	-3,8	0,1	..
Irlanda (**)	5,6	1,2	4,0	3,8	3,7
Luxemburgo	2,8	4,3	3,5	3,4	3,0
Países Baixos	1,1	3,0	4,3	3,3	3,1
Noruega	3,5	0,9	5,0	2,7	3,9
Portugal	5,3	3,9	5,4	4,0	4,0
Espanha	5,6	5,2	4,9	4,2	3,8
Suecia	2,9	2,3	2,1	0,7	0,1
Suiça	2,0	3,0	3,3	2,6	2,4
Turquia (**)	7,4	3,7	1,7	4,2	4,3
Australia	4,0	3,6	4,9	0,3	2,8
Nova Zelandia	0,1	1,7	0,7	2,0	2,9
TOTAL 17 PAISES	3,0	3,4	3,8	2,5	2,7
TOTAL OCDE	3,5	4,4	3,6	2,9	2,9

FONTE : "OECD Economic Outlook", Junho/90.

ELABORAÇÃO: Coord. Análise Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

NOTA : Os agregados foram ponderados pelo PIB/PNB de 1987, expresso em dolares de 1987.

(*) Previsão

(**) PNB

TABELA 9

OCDE: BALANÇA COMERCIAL E TRANSAÇÕES CORRENTES, POR PAÍSES - 1988-91

Em US\$ bilhões

PAÍSES	Balança Comercial				Transações Correntes			
	1988	1989	1990	1991(*)	1988	1989	1990	1991(*)
EUA	-127,2	-113,3	-107,0	-105,0	-125,6	-103,7	-100,0	-97,0
Japão	95,0	76,9	69,0	81,0	79,6	57,2	49,0	59,0
R.F. Alemanha	79,0	78,5	95,0	95,0	48,5	52,7	63,0	62,0
França	-8,3	-10,7	-10,0	-12,0	-3,4	-3,6	-2,0	-3,0
Itália	-1,1	-2,0	0,0	-1,0	-6,0	-11,6	-9,0	-10,0
Reino Unido	-36,9	-37,9	-31,0	-25,0	-26,6	-34,0	-29,0	-23,0
Canadá	8,8	5,0	3,0	3,0	-8,4	-16,6	-20,0	-23,0
TOTAL 7 PAÍSES	9,2	-3,3	20,0	35,0	-41,7	-59,7	-48,0	-35,0
Austria	-4,9	-5,3	-5,6	-6,2	-0,3	0,0	0,2	-0,3
Belgica-Luxemburgo	1,9	1,8	2,7	1,7	3,5	3,8	4,6	3,7
Dinamarca	1,8	2,3	3,1	3,3	-1,8	-1,4	-1,6	-1,7
Finlândia	1,1	-0,2	-0,4	0,4	-3,0	-4,9	-6,4	-6,5
Grecia	-6,1	-7,4	-8,6	-9,2	-1,0	-2,6	-3,6	-3,4
Islandia	0,0	0,1	0,2	..	-0,2	-0,1	-0,1	..
Irlanda	3,1	3,2	3,8	4,0	0,7	0,5	0,3	0,2
Países Baixos	8,5	7,9	9,1	10,8	5,4	6,9	7,8	8,8
Noruega	-0,1	3,5	5,0	6,2	-3,7	0,2	1,6	3,2
Portugal	-5,5	-5,2	-6,2	-6,8	-1,1	-0,6	-1,1	-1,4
Espanha	-18,0	-24,1	-29,9	-33,4	-3,7	-11,0	-14,7	-17,6
Suecia	7,0	6,0	5,9	5,1	-2,2	-5,0	-7,7	-11,1
Suiça	-3,2	-4,3	-5,1	-5,6	8,4	6,0	7,0	8,0
Turquia	-1,8	-4,2	-5,0	-4,8	1,6	1,0	0,3	0,5
Austrália	-1,0	-3,7	-1,8	-0,4	-9,9	-15,7	-14,3	-12,8
Nova Zelândia	2,0	0,9	1,0	1,3	-0,7	-1,8	-1,8	-1,4
TOTAL 17 PAÍSES	-15,2	-28,6	-31,8	-33,5	-7,9	-24,7	-29,3	-32,0
TOTAL OCDE	-6,0	-31,9	-12,0	1,0	-49,7	-84,4	-77,0	-67,0

FONTE : "OECD Economic Outlook", Junho/90.

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

N O T A : Os dados foram ajustados sazonalmente

(*) Previsão

TABELA 10

AMERICA LATINA E CARIBE: CRESCIMENTO REAL DO PIB , POR PAISES - 1984-89

- Em Percentagem -

PAISES	Variação s/ ano anterior						variação acumulada
	1984	1985	1986	1987	1988	1989(a)	1981-89(a)
Argentina	2,3	-4,6	5,8	1,8	-3,2	-5,5	-13,5
Bolivia	-0,3	-0,2	-2,9	2,1	2,8	2,5	-6,3
Brasil	5,1	8,4	7,5	3,7	-0,3	3,0	21,0
Colômbia	3,8	3,8	7,1	5,8	3,6	3,0	36,9
Chile	6,0	2,4	5,3	5,4	7,1	8,5	27,5
Equador	4,8	4,8	3,4	-9,1	17,0	0,5	25,7
México	3,6	2,6	-3,8	1,5	1,1	3,0	11,9
Paraguai	3,2	4,0	-0,3	4,5	6,7	5,5	32,1
Peru	4,7	2,3	9,0	7,3	-8,6	10,0	-5,1
Venezuela	-1,5	1,7	6,0	2,2	4,9	-8,5	-3,8
Uruguai	-1,3	0,2	7,8	6,4	0,2	0,5	-2,0
Barbados	3,6	1,0	5,1	3,2	3,0	3,0	12,4
Costa Rica	7,8	0,7	5,3	5,3	2,8	5,0	20,1
Cuba (b)	7,2	4,6	1,2	-3,8	2,0	1,5	42,8
El Salvador	2,3	1,8	0,5	2,7	1,5	-1,0	-6,3
Guatemala	0,0	-0,6	0,3	3,6	3,8	4,0	5,6
Guiana	2,2	1,1	0,2	0,7	-3,0	-2,0	-20,9
Haiti	0,4	0,4	1,0	-0,3	-0,2	0,5	-4,1
Honduras	2,5	1,5	5,1	4,0	3,9	2,5	19,8
Jamaica	-0,8	-5,5	2,5	5,8	0,5	1,0	7,9
Nicaragua	-1,6	-4,1	-1,0	-0,7	-8,0	-3,0	-9,6
Panamá	-0,4	4,8	3,5	2,0	-16,4	0,0	0,4
Rep. Dominicana	0,3	-1,9	3,1	7,1	1,6	3,0	25,7
Trinidad e Tobago	-3,4	-2,9	-2,8	-6,8	-3,4	-3,5	-31,8
TOTAL (c)	3,5	3,6	3,6	2,9	0,6	1,1	11,7

FONTE : CEPAL - "Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe, 1989".

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP.

(a) estimativa

(b) Produto Social Global

(c) exclui Cuba

NOTA: crescimento do PIB brasileiro, segundo dados oficiais (revisados)
do IBGE: 1984: 5,0; 85: 8,2; 86: 7,5; 87: 3,6; 88: 0,03; 89: 3,5.

TABELA 11

AMERICA LATINA E CARIBE: CRESCIMENTO DO PIB "per capita", POR PAISES - 1984-89

- Em percentagem -

PAISES	Variação s/ ano anterior						variação acumulada
	1984	1985	1986	1987	1988	1989(a)	1981-89(a)
Argentina	0,9	-5,9	4,4	0,5	-4,4	-6,7	-23,5
Bolívia	-3,0	-2,8	-5,6	-0,6	0,0	-0,4	-26,6
Brasil	2,8	6,1	5,2	1,5	-2,4	0,9	-0,4
Colômbia	1,7	1,7	4,9	3,7	1,6	0,9	13,9
Chile	4,3	0,7	3,6	3,7	5,3	6,7	9,6
Equador	2,0	2,1	0,7	-11,5	14,1	-2,0	-1,1
México	1,2	0,2	-6,0	-0,8	-1,1	0,8	-9,2
Paraguai	0,0	0,9	-3,3	1,4	3,6	2,6	0,0
Peru	2,1	-0,3	6,2	4,6	-10,9	-12,4	-24,7
Venezuela	-4,2	-1,0	3,1	-0,5	2,1	-10,8	-24,9
Uruguai	-1,9	-0,4	7,2	5,8	-0,4	-0,1	-7,2
Barbados	3,2	0,6	4,7	2,4	2,6	2,2	8,1
Costa Rica	4,8	-2,1	2,4	2,5	0,1	2,3	-6,1
Cuba (b)	6,5	3,9	0,3	-4,7	1,0	0,4	33,5
El Salvador	1,3	0,5	-1,2	0,8	-0,4	-3,1	-17,4
Guatemala	-2,8	-3,3	-2,6	0,7	0,8	0,8	-18,2
Guiana	0,3	-0,8	-1,6	-1,1	-4,6	-3,6	-33,1
Haiti	-1,4	-1,5	-0,8	-2,1	-2,1	-1,6	-18,6
Honduras	-1,2	-1,9	1,6	0,7	0,7	-0,7	-12,0
Jamaica	-2,2	-6,9	1,0	4,1	-1,0	-0,5	-5,8
Nicaragua	-4,8	-7,3	-4,3	-4,0	-11,1	-6,4	-33,1
Panamá	-2,6	2,6	1,3	-0,1	-18,2	-2,0	-17,2
Rep. Dominicana	-2,0	-4,1	0,8	4,7	-0,7	0,7	2,0
Trinidad e Tobago	-4,9	-4,5	-4,3	-8,3	-4,9	-5,3	-40,8
T O T A L (c)	1,2	1,3	1,3	0,7	-1,5	-1,0	-8,3

FONTE : CEPAL - "Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe, 1989".
 ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP.

(a) estimativa

(b) Produto Social Global

(c) exclui Cuba

TABELA 12

AMERICA LATINA: BALANÇA COMERCIAL E TRANSAÇÕES CORRENTES - 1987-89

- Em US\$ milhoes -

PAISES	Balança Comercial			Transações Correntes*		
	1987	1988	1989**	1987	1988	1989**
Argentina	975	4.253	5.350	-4.232	-1.586	-1.690
Bolivia	-127	57	95	-526	-314	-220
Brasil	11.106	19.186	16.000	-1.456	4.909	110
Colombia	1.868	647	780	344	-460	-455
Chile	1.230	2.219	1.670	-869	-282	-925
Equador	-33	589	610	-1.263	-657	-605
Mexico	8.450	1.703	-200	3.722	-3.130	-5.500
Paraguai	-97	69	80	-158	-158	-80
Peru	-517	-56	1.570	-2.283	-2.108	-455
Venezuela	1.735	-1.347	4.990	-1.103	-4.661	1.290
Uruguai	102	293	435	-139	13	90
Costa Rica	-136	-71	-405	-442	-356	-600
El Salvador	-334	-353	-520	-233	-186	-395
Guatemala	-350	-340	-390	-528	-477	-455
Haiti	-101	-128	-160	-146	-182	-260
Honduras	-50	-24	-20	-341	-349	-285
Nicaragua	-439	-483	-285	-766	-732	-525
Panama	-595	-177	-690	149	625	95
Rep. Dominicana	-881	-715	-875	-441	-218	-230
T O T A L	21.806	25.322	28.035	-10.711	-10.309	-11.095

FONTE : CEPAL - Anuario Estadístico de America Latina y Caribe, 1989

ELABORAÇÃO: Coord. Análise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

(*) Inclui transferências unilaterais privadas líquidas.

(**) Estimativa.

TABELA 13

ASIA ORIENTAL: INDICADORES ECONOMICOS POR PAISES SELECIONADOS - 1988-90

PAISES	Cresc. Real PIB/PNB (%)			Taxa Inflação - IPC (%)			Saldo Conta Corrente BP (US\$ bilhoes)		
	1988	1989	1990*	1988	1989	1990*	1988	1989	1990*
Nordeste Asiático	9,8	6,1	6,4	5,5	6,3	6,9	27,2	21,3	15,4
Rep. Coreia (**)	12,4	6,7	8,0	7,1	5,7	8,0	14,2	5,1	1,0
Taiwan (**)	7,8	7,2	6,0	1,3	4,4	3,6	10,2	11,2	8,5
Hong Kong	7,2	2,5	3,0	7,5	10,1	8,8	2,8	5,0	5,9
ASEAN	8,1	8,3	7,4	6,1	6,2	6,9	1,2	-1,5	-4,1
Brunei	2,2	3,5	2,5	2,0	2,5	2,0	1,4	1,6	1,6
Indonésia	5,7	7,4	7,0	8,0	6,4	6,8	-1,2	-1,5	-2,0
Malásia	8,7	8,5	8,3	2,5	2,8	2,7	1,8	-0,1	-1,0
Filipinas (**)	6,7	5,7	5,3	8,8	10,6	11,8	-0,4	-1,6	-1,8
Cingapura	11,1	9,2	8,5	1,5	2,4	3,5	1,3	2,3	2,4
Tailândia	13,2	12,4	9,5	3,8	5,4	6,5	-1,7	-2,2	-3,3
TOTAL	8,9	7,3	6,9	5,8	6,2	6,9	28,4	19,8	11,3
NIEs Asiáticos	10,0	6,3	6,6	5,2	6,0	6,6	28,5	23,6	17,8
ASEAN 4	7,9	8,3	7,4	6,5	6,6	7,3	-1,5	-5,4	-8,1
China	11,2	3,7	5,3	18,5	17,8	9,0	-3,8	-3,1	-0,3

FONTE: NRI - "Quarterly Economic Review", Agosto/90.

NOTAS: - ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático.

- NIEs asiáticos: Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura.

- ASEAN 4: Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

(*) Previsão

(**) PNB

TABELA 14

PAISES EM DESENVOLVIMENTO: DIVIDA EXTERNA E SERVIÇO DA DIVIDA - 1988

- Em US\$ milhoes -

P A I S E S	D i v i d a E x t e r n a			Div.Total	Serviço da Divida		Serv. Divida
	L. Prazo	C. Prazo	TOTAL*	como % do PNB	Juros	TOTAL	como % das Exportações**
AMERICA LATINA E CARIBE	366.576	44.511	427.463	50,7	32.271	51.363	38,1
Dos quais:							
Brasil	101.355	9.903	114.592	32,5	12.962	17.136	47,0
Mexico	88.665	8.097	101.566	57,2	8.420	14.662	45,7
Argentina	49.544	5.714	58.936	65,4	2.926	4.266	37,1
Venezuela	30.296	4.361	34.657	56,1	3.091	5.512	43,0
Chile	16.121	2.202	19.645	90,1	1.182	1.779	21,1
Peru	13.898	3.880	18.579	71,7	209	358	9,6
Colombia	15.392	1.609	17.001	46,5	1.374	3.140	42,9
Equador	9.378	1.082	10.864	105,0	303	575	21,7
Nicaragua	6.744	1.308	8.052	n.d.	77	159	n.d.
Bolivia	4.651	607	5.456	129,9	111	242	35,2
ASIA ORIENTAL	168.533	33.613	205.554	27,0	13.925	36.177	17,6
Dos quais:							
Indonesia	45.655	6.322	52.600	70,2	3.571	9.228	42,9
Rep. Coreia	27.261	9.780	37.041	21,9	2.992	9.625	13,6
Filipinas	24.467	3.888	29.448	72,6	1.979	3.299	29,8
China	32.196	8.806	42.015	11,0	2.127	4.224	7,9
Malasia	18.441	2.100	20.541	62,7	1.660	5.568	23,0
Tailandia	16.904	2.531	20.097	34,1	1.394	3.614	16,7
ASIA MERIDIONAL	84.211	6.955	95.556	26,5	3.828	7.338	21,6
Dos quais:							
India	51.168	3.772	57.513	20,7	2.841	4.958	22,9
Paquistao	14.027	2.425	17.009	44,1	626	1.480	20,1
AFRICA SUBSAARICA	118.349	14.186	139.542	93,8	4.141	9.035	23,9
Dos quais:							
Nigeria	28.967	1.752	30.718	108,7	1.451	2.263	29,3
Costa do Marfim	11.623	1.828	13.959	154,1	491	1.132	33,3
Sudao	8.418	2.530	11.853	97,0	119	163	17,0
Zaire	7.013	675	8.475	118,0	n.d.	n.d.	n.d.
Zambia	4.194	1.364	6.498	154,6	61	176	14,1
Quenia	4.869	564	5.888	65,3	240	582	31,0

TABELA 14 (cont.)

PAISES EM DESENVOLVIMENTO: DIVIDA EXTERNA E SERVIÇO DA DIVIDA - 1988

- Em US\$ milhoes -

P A I S E S	D i v i d a E x t e r n a			Div.Total como % do PNB	Serviço da Divida		Serv. Divida como % das Exportações**
	L. Prazo	C. Prazo	TOTAL*		Juros	TOTAL	
EUROPA E MEDITERRANEO	136.054	29.719	168.160	53,4	10.712	29.408	28,0
Dos quais:							
Grecia	18.797	4.717	23.513	44,9	1.836	4.015	30,8
Iugoslavia	19.340	1.033	21.684	40,9	1.541	3.581	15,6
Turquia	31.589	7.704	39.592	57,3	3.103	7.935	40,6
Polonia	33.661	8.476	42.137	64,0	932	1.901	11,5
Hungria	14.791	3.483	18.908	67,9	1.320	3.099	25,1
Portugal	14.565	2.603	17.168	42,0	1.343	4.662	25,7
N.AFRICA E ORIENTE MEDIO	105.892	12.760	120.129	79,3	5.253	15.393	38,4
Dos quais:							
Argelia	23.040	1.621	24.661	47,2	1.907	8.379	95,5
Marrocos	18.767	200	19.923	90,7	956	1.629	24,3
Egito	43.259	6.522	49.970	145,8	1.033	1.884	15,1
Jordania	3.955	1.529	5.532	130,3	341	926	27,3
T O T A L	979.615	141.745	1.156.406	44,8	70.129	148.715	26,7
PAISES DE RENDA MEDIA	723.192	108.979	855.268	51,6	57.776	122.415	28,8
Dos quais:							
Altamente endividados***	440.801	57.493	516.776	55,3	35.912	58.282	35,2
PAISES DE BAIXA RENDA	256.423	32.767	301.137	32,4	12.353	26.300	19,8
Dos quais:							
Altamente endividados***	88.038	9.987	103.480	104,1	2.646	5.076	25,3

FONTE : Banco Mundial "World Debt Tables 1989-90".

ELABORAÇÃO: Coord. Analise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP.

(*) inclui credito FMI

(**) Exportações de Bens e Serviços

(***) Países que apresentam índices superiores aos níveis considerados criticos em tres das quatro seguintes relações: divida/PNB; divida/exportações de bens e serviços; serviço da divida/exportações; e juros/exportações.

TABELA 15

EUROPA ORIENTAL: PRINCIPAIS INDICADORES ECONOMICOS, POR PAISES - 1986-89

PAISES	População (milhoes)	PIB p.capita (US\$ 1,00)	Cresc. Real do PML (*) (%)				Preços ao Consumidor (**) (%)			
	1988	1988	1986	1987	1988	1989	1986	1987	1988	1989
Bulgaria	9,0	5.633	5,3	5,0	2,4	-0,4	3,5	0,1	-1,3	9,2
Tchecoslovaquia	15,6	7.603	2,6	2,1	2,4	1,3	0,5	0,1	0,2	1,4
Hungria	10,6	6.491	0,9	4,1	0,3	-2,0	4,5	8,0	16,5	18,0
Polonia	38,0	5.453	4,9	1,9	4,9	0,0	17,7	23,5	60,0	244,1
R.D. Alema	16,6	9.361	4,3	3,3	2,8	1,9	0,0	0,0	0,0	2,0
Romenia	23,0	4.117	7,3	4,8	3,2	-9,9	-0,1	0,2	n.d.	n.d.
Uniao Sovietica	286,4	5.552	2,3	1,6	4,4	2,4	2,0	1,0	0,4	2,3
TOTAL	399,2	-	3,0	2,1	4,0	1,2	-	-	-	-

FONTES : ONU - "Estudio Economico Mundial, 1990".

OCDE - "OECD Economic Outlook", Junho/90.

ELABORAÇÃO: Coord. Analise de Conjuntura Internacional/DEAIN/SNP/MEFP

(*) Produto Material Liquido

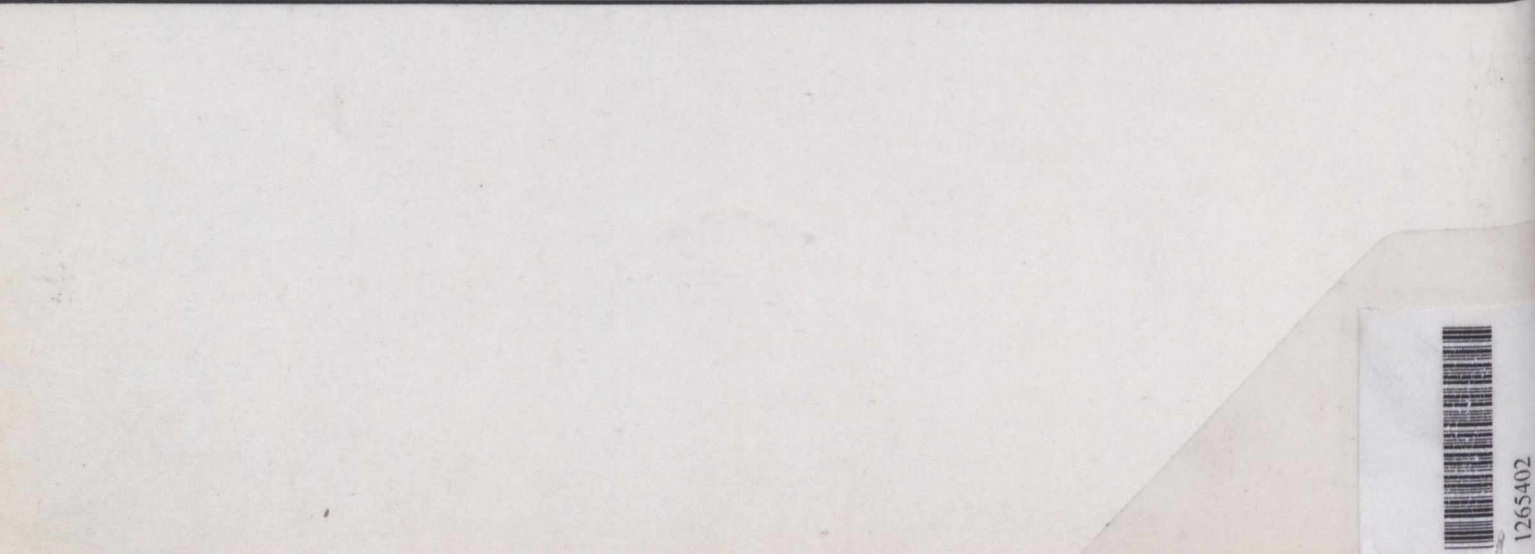
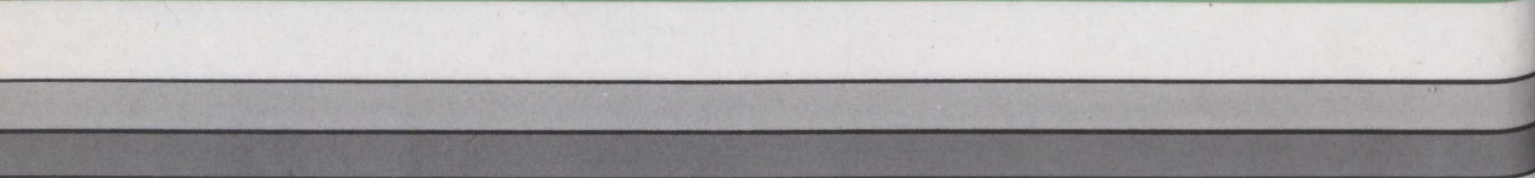
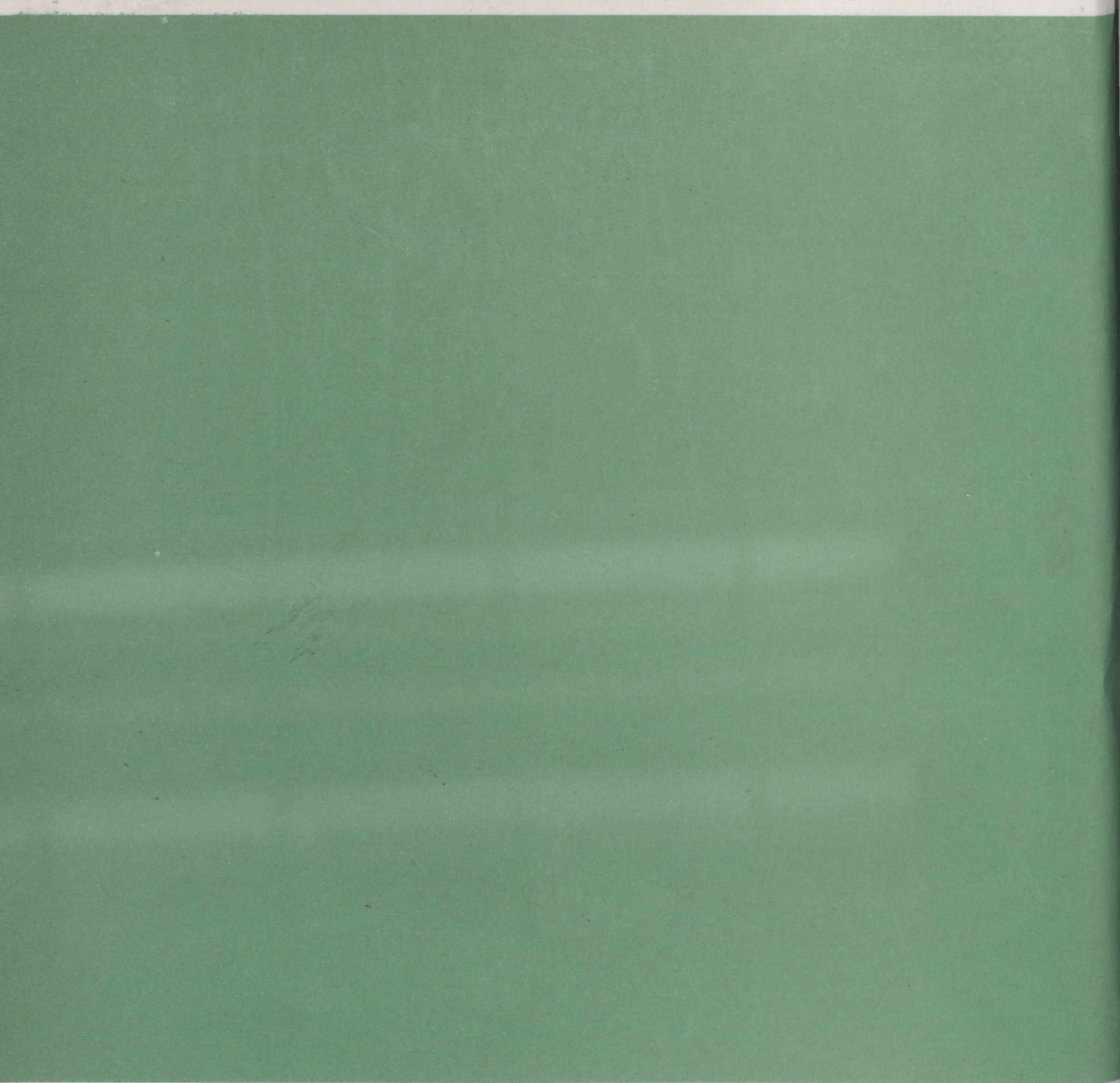
(**) NOTAS - Bulgaria: preços no varejo no setor estatal.

- Tchecoslovaquia: indice de custo de vida para operarios e empregados.

- Polonia: indice de custo de vida para operarios e empregados no setor socialista.

- R.D. Alema: inclui honorarios e tarifas de diversos tipos.

- URSS: inclui o abastecimento publico.



1265402